

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO/PPGCOM
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

RENATA COSTA CÉZAR DE ALBUQUERQUE

SENTIDOS SILENCIADOS: deslocamentos e apagamentos de
sentidos indesejáveis no discurso midiático sobre a luta pela terra

Recife
2015

RENATA COSTA CÉZAR DE ALBUQUERQUE

SENTIDOS SILENCIADOS: deslocamentos e apagamentos de sentidos
indesejáveis no discurso midiático sobre a luta pela terra

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito à obtenção do grau de Mestra em Comunicação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Teixeira
Vieira de Melo

Recife
2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

A345s	Albuquerque, Renata Costa Cézar de Sentidos silenciados: deslocamentos e apagamentos de sentidos indesejáveis no discurso midiático sobre a luta pela terra / Renata Costa Cézar de Albuquerque. – Recife: O Autor, 2015. 115 f.: il. Orientador: Cristina Teixeira Vieira de Melo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Comunicação, 2015. Inclui referências e apêndices. 1. Comunicação. 2. Análise do discurso. 3. Engenhos (PE) - Reportagens e repórteres. 4. Trabalhadores rurais - Jornais. 5. Posse da terra. 6. Crítica textual. 7. Imprensa - Aspectos sociais. I. Melo, Cristina Teixeira Vieira de (Orientador). II. Título. 302.23 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2015-226)
-------	--

SENTIDOS SILENCIADOS: deslocamentos e apagamentos de sentidos indesejáveis no discurso midiático sobre a luta pela terra

Aprovada em: 31/08/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cristina Teixeira Vieira de Melo
Orientadora - Presidente – PPGCOM/UFPE

Prof.^a Dr.^a Isaltina Mello Gomes
1ª Examinadora Interna – PPGCOM/UFPE

Prof.^a Dr.^a Evandra Grigoletto
2ª Examinadora Externa – PPGL/UFPE

Recife, 31 de agosto de 2015

*“Se fecharem os poucos caminhos, mil trilhas
nascerão. Muito tempo não dura a verdade
nestas margens estreitas demais”.*

(Se calarem a voz dos profetas – Autor desconhecido)

AGRADECIMENTOS:

Somos troca, irremediavelmente. Por isso, aqui estão presentes tantos homens e mulheres, amigos, companheiros, família, memórias, que contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço a minha orientadora Cristina Teixeira Vieira de Melo, pela assistência e incentivo durante a realização desta pesquisa, por ser portadora de tanta ternura e estimular minha autonomia intelectual. Agradeço a todos e todas que fazem parte do Programa de Pós Graduação em Comunicação (PPGCOM) e a Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de apoio financeiro, fundamental para que eu pudesse me dedicar à realização da pesquisa. Agradeço, com carinho, ao professor Luiz Anastácio Momesso, que antes mesmo de eu pensar na seleção do mestrado, já me estimulava a seguir, com postura crítica, a vida na acadêmica.

Agradeço à Comissão Pastoral da Terra pelo aprendizado cotidiano e por alimentar a esperança cotidiana da chegada de um novo tempo, um novo homem e uma nova mulher. Agradeço pela oportunidade de ter conhecido o povo dos Prados: homens e mulheres de coragem e vida que decidiram tomar para si a responsabilidade de escrever suas próprias histórias.

Agradeço a Armando, pelo amor e por existir em minha vida. Agradeço aos amigos e amigas, companheiros e companheiras do peito, pela presença que traz leveza e alegria aos dias e pelos exemplos de perseverança, cuidado, carinho, atenção e dedicação. Agradeço a minha família: pai, mãe, Mari e Naninha, pelo amor, com o que de mais forte ele pode significar em cada simples gesto.

Agradeço a Deus e ao tempo, que estiveram - e estão - de mãos dadas comigo, me ajudaram a atravessar caminhos desertos e solitários e me ensinaram que a vida é urgente e, quando tem que ser, simplesmente se impõe!

Obrigada de coração.

RESUMO

Esta dissertação aponta, na cobertura do conflito agrário no Engenho Prado, ocorrido em Pernambuco entre os anos de 1997 e 2005, como três jornais locais (DP, JC e FPE) e um jornal de circulação nacional (FSP) ressignificaram, silenciaram e (des)estabilizaram sentidos sobre a temática da violência e da luta pela terra. A pesquisa analisa como tais movimentos de sentidos se constituíram em diálogo com o desejo de controle de poder e com as questões ideológicas dos contextos aos quais estão inseridos os agentes do conflito e os jornais analisados. Neste percurso, a principal estratégia discursiva utilizada foi o apagamento da voz do latifúndio/Usineiros. Tal estratégia causa surpresa à medida que silenciamentos são comumente atribuídos aos discursos proveniente dos trabalhadores rurais sem-terra. A partir de tal verificação, a pesquisa empreende uma análise acerca dos efeitos de sentidos provocados por tal fenômeno.

Palavras-chave: *Análise do discurso. Engenho Prado. Luta pela terra. Silenciamento.*

ABSTRACT

This dissertation indicates how, in the coverage of the agrarian conflict in Engenho Prado, which took place between 1997 and 2005, three local newspapers (DP, JC and FPE) and one national newspaper (FSP) shifted the significance, silenced and destabilized the purposes and meanings of the violence and the struggle for land. The research assesses how these shifts in meaning and purposes constituted into dialogues with the desire of control and power and with ideological issues of the context in which the conflict actors and newspapers are situated. In this process, the main discourse strategy was the erasure of the voice of large land/Mill owners. Such strategy causes awe in the sense that the silencing usually targets the discourse coming off of landless workers. From such findings, the research develops an analysis regarding the effects in the meaning and purposes caused by such phenomena.

Key words: *Discourse Analysis. Engenho Prado. Land conflicts. Silencing.*

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

CBE	Companhia Brasileira de Equipamentos
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT NE II	Comissão Pastoral da Terra – Regional Nordeste II
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DP	Diario de Pernambuco
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FPE	Folha de Pernambuco
FSP	Folha de S. Paulo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JC	Jornal do Commercio
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PT	Partido dos Trabalhadores
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
DISCURSO, MÍDIA E CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS	12
METODOLOGIA	14
SOBRE O CORPUS ANALÍTICO	16
 CAPÍTULO 1– BREVES APONTAMENTOS SOBRE O CONFLITO E O CONTEXTO DA REGIÃO	19
1.1 UMA TERRA MARCADA PELO LATIFÚNDIO CANAVIEIRO	19
1.2 UMA TERRA MARCADA POR CONFLITOS NO CAMPO	25
1.3 O CONFLITO	29
1.3.1 Do lado de fora das cercas do latifúndio improdutivo	29
1.3.2 Do lado de dentro das cercas do latifúndio improdutivo	31
1.3.3 A História	33
 CAPÍTULO 2 – PERCURSOS PARA A CONSTITUIÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A VIOLÊNCIA E A LUTA PELA TERRA	44
2.1. PANORAMA DA COBERTURA MIDIÁTICA SOBRE O CONFLITO	44
2.1.1 Classificações das matérias publicadas	48
2.1.2 Vozes presentes na cobertura midiática	50
2.2 A INTERPRETAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS	53
2.2.1 Os modos de designação dos sujeitos	60
2.2.2 Os modos de inserção do discurso do Outro	65
2.2.3 Os modos de introdução do discurso do Outro	73
 CAPÍTULO 3 – O QUE É IMPEDIDO DE SIGNIFICAR NO DISCURSO SOBRE VIOLÊNCIA E LUTA PELA TERRA	81
3.1 O PODER PRIVADO/LATIFÚNDIO COMO FONTE SECUNDÁRIA	81
3.2 O SILENCIAMENTO DOS SENTIDOS INDESEJÁVEIS	85
3.3 DISPENSABILIDADE AMPARADA NO DISCURSO DA LEGALIDADE	91
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
 REFERÊNCIAS	100
 APÊNDICE A	105
APÊNDICE B	112

INTRODUÇÃO

Os esforços desta pesquisa localizam-se em compreender a relação entre mídia, discurso e contextos de violência voltados para uma realidade muito presente em nosso país: os conflitos agrários e a luta pela terra, sobretudo na região da Zona da Mata de Pernambuco. Trata-se de uma região cuja história é constituída, por um lado, da secular concentração fundiária – que excluiu do direito à terra um contingente composto por milhares de camponeses empobrecidos – e, de outro lado, dos exemplos de resistência e organização destes trabalhadores e trabalhadoras rurais em movimentos sociais que atuaram e atuam frente à realidade de concentração fundiária e de negações e violações de direitos.

Cabe ressaltar que Pernambuco é um estado de tradições na luta pelo direito à terra e palco onde emergiram várias iniciativas de resistências e mobilizações no campo. São alguns exemplos os vários quilombos formados a partir da resistência de negros escravizados pelo sistema colonial e as Ligas Camponesas, surgidas na década de 50 e consideradas as primeiras organizações de camponeses e camponesas que reivindicaram a Reforma Agrária no país. Até os dias atuais, o estado assume uma desconfortável posição de destaque nacional quando o assunto é conflito agrário e violência no campo.

Tais conflitos, por sua vez, ocorrem como expressão de uma estrutura fundiária historicamente concentrada, presente não só no estado de Pernambuco mas em todo o país, e que não tem sofrido alterações significativas nas últimas décadas. O Brasil é a nação que possui uma das estruturas fundiárias mais desiguais do mundo¹. Por isso, a realidade de violência no campo ainda se constitui como um problema social longe de ser resolvido. No estado de Pernambuco, a região da Zona da Mata ganha destaque nesta questão, não apenas no Nordeste, mas, sobretudo, no Brasil, pois é considerada uma das regiões mais conflituosas do país².

Como caso específico para a realização desta pesquisa, investiga-se o discurso midiático elaborado sobre um conflito agrário ocorrido no Engenho Prado, localizado no município de Tracunhaém – Zona da Mata de Pernambuco. O Conflito, que durou de 1997 até

¹ De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006. Mais detalhes serão apresentados no Capítulo 1.

² Segundo o Banco de Dados Dom Tomás Balduino, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

2005, é considerado um dos mais prolongados e violentos ocorridos no estado nos últimos 20 anos – período que representa a retomada dos movimentos sociais de luta pela terra pós-redemocratização³.

Aproximadamente 300 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, organizadas com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ocuparam, em fevereiro de 1997, as terras da Usina Santa Tereza como uma estratégia de reivindicar e pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a atuar na desapropriação da área para fins de Reforma Agrária. As terras da Usina, reivindicadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, eram de propriedade do Grupo João Santos, que, além de estar presente no setor sucroalcooleiro, é também um dos maiores fabricantes de cimento do Brasil e detentor de concessão de meios de comunicação. A disputa pelas terras do Grupo João Santos perdurou por oito anos, quando, em 23 de novembro de 2005, o Incra foi imitado na posse do imóvel, destinando a área para o assentamento das famílias.

O conflito em questão foi sistematicamente pautado pelos meios de comunicação social e gerou um vigoroso e extenso arquivo para análise. Esta intensa cobertura midiática sobre o caso pode oferecer pistas importantes de como os meios de comunicação operam na atualização, (des)estabilização e apagamento de sentidos sobre a violência e a luta pela terra.

DISCURSO, MÍDIA E CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS

Circulam na sociedade, no cotidiano e nas relações de troca, ideias, pensamentos e sentidos que, por um conjunto de circunstâncias, podem ser considerados como naturais ou como verdades em um determinado tempo histórico. Este processo de constituição dos sentidos que práticas sociais e valores vigentes adquirem é frequentemente fortalecido e disseminado por instituições que possuem o poder de dizer. Aqui, entram em cena os meios de comunicação social que possuem amplitude e eficácia reconhecidas, tanto na difusão de conteúdos, quanto no próprio processo dialético de reprodução e construção de sentidos em nossa sociedade.

Assim, na contemporaneidade, os meios de comunicação têm se posicionado cada vez mais no centro das reflexões sobre as práticas sociais, os valores e as questões que afligem a nossa sociedade, uma vez que, como aponta Charaudeau (2006, p. 58), “as mídias

³ Banco de Dados da CPT NE 2 e do Dom Tomás Balduino, da Secretaria Nacional da CPT.

apresentam-se como um organismo especializado que tem a vocação de responder a uma demanda social por dever de democracia”. Segundo o autor, toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro. “Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva a dizer que as mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social” (CHARAUDEAU, 2006, p. 63).

Comumente considerada a arena onde se movem e se confrontam os mais distintos discursos de sujeitos, instituições e grupos sociais presentes na sociedade, os meios de comunicação, ao exercitarem esta articulação, ressignificam o discurso do outro e estabelecem o seu próprio discurso. “As interpretações construídas no âmbito da imprensa, em decorrência de sua histórica inserção no tecido social, podem vir a atuar na institucionalização e inscrição dos sentidos na memória social” (FERREIRA, 2007, p. 61). Trata-se de um efeito de verdade (CHARAUDEAU, 2006), alicerçado sob o discurso da imparcialidade e da credibilidade, sem o qual os meios de comunicação não existiriam.

Na imprensa, então, narrativas, entrevistas e descrições dos acontecimentos, “sob a ilusão de uma linguagem neutra, tornam visíveis as muitas experiências sociais e, ao mesmo tempo, direcionam modos de compreender e significar essas experiências” (MARIANI, 2007, p. 200). A constituição desse discurso jornalístico revela, surpreendentemente, que as possibilidades de sentido podem alterar-se, ora em nome da manutenção de um determinado consenso, ora por sua transformação. A procura por desvendar e localizar tais mecanismos discursivos apresenta-se, então, como uma tarefa inquietante e desafiadora: deixar que os discursos apontem os sentidos presentes em um determinado tempo histórico; compreender e identificar, a partir dele, como marcham os sentidos no caminho da história; e despir-se de impressões pré-construídas para enxergar as estranhezas, as rupturas e desordens nos sentidos. Por esse caminho, a dissertação lança-se no universo da linguagem, dos discursos, do que é dito e do que é silenciado, dos sentidos que, ao longo da história, soterram realidades de injustiças e desigualdades.

A pesquisa realizada se insere, fundamentalmente, nos estudos acerca da constituição de sentidos e de discursos, nos meios de comunicação social, relacionados a conjunturas de conflitos, violências e injustiças sociais no campo. Como os meios de comunicação social articulam os mais divergentes discursos em situações de conflito social? E, neste contexto, como emerge o discurso midiático? São perguntas que impulsionaram a realização deste trabalho.

Esta dissertação se confessa seduzida em investigar os processos de constituição de verdades e de controle de poder presentes no discurso midiático a partir da análise sobre o que é dito e o que é interdito. Assim, ainda que de forma bastante elementar e modesta, deseja-se contribuir para a reflexão científica sobre os desafios sociais enfrentados pelo povo brasileiro a partir da perspectiva da linguagem e dos sentidos que nela se movimentam.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, alguns percursos metodológicos foram seguidos e serão apresentados nas linhas que se seguem. O *corpus* da pesquisa foi selecionado a partir do arquivo disponível no setor de documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e corresponde a um total de 221 notícias e reportagens, considerando que “a notícia é um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. Já a reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística” (MARQUES DE MELO, 2003, p.66). Ressalta-se, principalmente, que esses textos jornalísticos são aqui considerados como

Artefactos linguísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e que resultam de um processo de construção e fabrico onde interagem, entre outros, diversos factores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural e do meio físico/tecnológico, que são difundidos pelos meios jornalísticos e aportam novidades com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia. Registre-se ainda que embora as notícias representem determinados aspectos da realidade quotidiana, pela sua mera existência contribuem para construir socialmente novas realidades e novos referentes. (SOUSA, 2002, p. 13)

Do total de notícias e reportagens, 84 foram publicadas pelo Jornal do Commercio, 81 pelo jornal Diário de Pernambuco, 44 pela Folha de Pernambuco e 12 pelo jornal Folha de S. Paulo. Devido à extensão temporal do conflito, o trabalho ora apresentado se deteve à análise daquelas que foram publicadas no período de maio a dezembro de 2003. A seleção deste período ocorreu pelo fato de o conflito ter sido intensificado a partir de uma maior presença do Estado e de milícias privadas do Grupo João Santos nas ações de repressão, bem como de ações de desobediência civil dos sem-terra. Tal conflito gerou episódios de violência que tornaram o caso motivo de preocupação por parte da presidência da República e de organismos nacionais e internacionais de Direitos Humanos, além de ter sido

sistematicamente pautado pelos meios de comunicação social, tornando-se o ano com mais registros de matérias sobre o caso.

No primeiro capítulo da pesquisa, há a contextualização histórica e social da região da Zona da Mata no que diz respeito ao aspecto da concentração fundiária e do surgimento de iniciativas de resistência camponesa e de luta por terra. A partir daí, descreve-se o conflito do Engenho Prado, identificando os principais sujeitos envolvidos e a trajetória que começou em 1997, com a ocupação da terra, e findou-se em 2005, com a desapropriação da área para fins de Reforma Agrária. Para analisar os elementos discursivos propostos pela pesquisa, tornou-se substancial mobilizar tais aspectos que historicizam não apenas o conflito midiático mas o contexto que o antecedeu.

No capítulo segundo, é apresentado o panorama da cobertura midiática no que diz respeito aos aspectos de agendamento e à classificação temática de todo o corpus. Também apresenta os aspectos de composição do discurso midiático a partir das análises realizadas sobre os modos de narrar os acontecimentos, da identificação das vozes presentes na cobertura midiática, bem como dos modos de enunciação e designação dos sujeitos envolvidos no conflito. Tal análise forneceu elementos consideráveis para se compreender, de forma mais ampla e global, o comportamento discursivo dos meios de comunicação impressos no que concerne à cobertura midiática sobre a luta pela terra no caso estudado. Desta forma, a dissertação empreende gestos interpretativos com a finalidade de identificar as filiações discursivas, as contradições, as atualizações, os silenciamentos e as transferências de discursos para explicitar os movimentos dos sentidos.

Finalmente, no terceiro capítulo, há a reflexão sobre os sentidos indesejáveis e silenciados no discurso sobre a violência e os conflitos sociais no campo. Esse capítulo discorre sobre uma constatação pouco esperada pela pesquisa: a de um certo apagamento da voz do poder privado/latifúndio na cobertura jornalística em questão, ao contrário do que se costuma esperar (o apagamento da voz dos trabalhadores rurais). *A partir desta constatação, empreendeu-se uma reflexão apoiada nos debates teóricos sobre o silenciamento de sentidos, no intuito de compreender, sob a perspectiva discursiva, o que ele significa, bem como quais seriam os seus efeitos ou deslocamentos de sentidos possíveis.*

As análises realizadas neste trabalho se alinham, sobretudo, com os preceitos teóricos e metodológicos da análise do discurso que observam os aspectos de constituição dos sentidos a partir do dito e, particularmente, do que é silenciado. A pesquisa dialoga com as contribuições teóricas de autores como Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau,

Authier-Revuz, Eni Orlandi, e Michel Foucault. Reúnem-se, deste modo, autores que caminham nos territórios da análise do discurso, na construção de sentidos e nos silenciamentos e interditos que, reservadas as suas especificidades teóricas, são capazes de orientar as reflexões propostas por esta dissertação.

SOBRE O CORPUS ANALÍTICO

O *corpus* de pesquisa corresponde às matérias publicadas pelos três jornais diários e de maior circulação no estado de Pernambuco – a saber, Jornal do Commercio, Diario de Pernambuco e Folha de Pernambuco –, além de um jornal de circulação nacional, a Folha de S. Paulo, durante o período de maio a dezembro de 2003. Como dito anteriormente, o *corpus* analítico foi selecionado a partir do arquivo do setor de documentação da Comissão Pastoral da Terra. A entidade, desde o seu surgimento, em 1975, possui a prática de realizar levantamentos de dados, reunir e catalogar toda espécie de documentos que tratam sobre situações de violência e conflitos agrários no país.

No ano de 1985, o serviço de registro sobre violência no campo se consolidou dentro da organização enquanto setor de documentação⁴ e foi sistematizado e publicado pela primeira vez em forma de Caderno. Desde então, todos os anos, a CPT lança relatório anual denominado “Conflitos no Campo Brasil”, contendo o conjunto de registros sobre conflitos agrários ocorridos no Brasil no ano em questão. A partir deste serviço, “a CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre a questão agrária em escala nacional”⁵.

A prática de documentar e sistematizar dados de violência no campo possui, de acordo com a CPT, finalidades teológica, ética, política, pedagógica, histórica e científica⁶. Os casos de violência sofrida pelas famílias camponesas são obtidos através de fontes de pesquisas primárias e secundárias. Estas últimas são compostas por materiais produzidos pelos meios de comunicação social, como revistas, jornais de circulação local, estadual ou nacional, e coletadas através de clipagem diária, além dos documentos de órgãos governamentais.

⁴ A partir de 2013, o Setor de Documentação da CPT passou a se denominar Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

⁵ Informação disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

⁶ Segundo apresentação da Publicação Conflitos no Campo Brasil – CPT.

Para o Centro de Documentação da CPT, portanto, se tem três objetivos ao fazer a coleta de dados. 1. Buscar as fontes primárias de informações para construir o banco de dados (a partir de relatos e de informações obtidas com os agentes de base da CPT); 2. Buscar fontes secundárias em jornais, documentos oficiais, denúncias de movimentos sociais relatadas em seus veículos de comunicação; e, 3. Processá-las, sistematizando e analisando estes dados, transformando-os em denúncias de violações.⁷ (CPT, 2015, p11).

Estes foram os princípios metodológicos que orientaram o registro e a catalogação de fontes secundárias que tratam sobre o conflito do Engenho Prado. O acervo geral da CPT está localizado na Secretaria Nacional, em Goiânia (GO), onde funciona o setor de documentação Dom Tomas Balduino. No entanto, o arquivamento e o levantamento de informações e dados sobre os conflitos ocorrem de forma dialogada com os setores de documentação localizados nas regionais da entidade. As coordenações regionais, nesse sentido, também possuem acervos próprio de documentos que ficam à disposição para consultas de estudantes, pesquisadores e pesquisadoras, organizações nacionais e internacionais, movimentos sociais, sindicatos e demais entidades que, por ventura, possam se interessar pelo acervo, a exemplo da presente pesquisa.

O arquivo sobre o Engenho Prado, organizado pela CPT NE II, compõe-se de documentos de naturezas distintas e as fontes secundárias, em particular, os jornais impressos, foram catalogadas através de clipagens diárias. Toda e qualquer notícia ou referência sobre o conflito, oriunda dos jornais, foi expressamente inserida no arquivo. Foi desse registro maior, mais denso, que procedemos na seleção do *corpus* analítico, selecionado a partir de alguns recortes pré-estabelecidos.

O arquivo desta pesquisa, no entanto, não se encerra em um conjunto de documentos físicos ou dados objetivos organizados sobre uma determinada temática. É preciso compreendê-lo como um aparato simbólico produzido em condições sócio-históricas particulares, portanto, com dimensão e expressão históricas. É preciso compreendê-lo como um espaço de memória, como uma materialidade discursiva que aponta relações, embates, movimentos, vestígios e marcas da constituição de sentidos sobre determinadas questões que circulam na sociedade. Ademais, não é só o que pode ser dito em um determinado tempo histórico que revela o arquivo. Há o silêncio, o apagamento, as ausências, que, frutos de fechos de relações, também revelam embates de legitimação ou deslegitimação dos sentidos.

⁷ Comissão Pastoral da Terra, **Conflitos no Campo Brasil 2014**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2015.

É pelo arquivo que o(a) analista de discurso, apoiado em dispositivos teóricos e dispositivos analíticos, empreende a sua jornada de interpretação.

CAPÍTULO 1– BREVES APONTAMENTOS SOBRE O CONFLITO E O CON- TEXTO DA REGIÃO

1.1 UMA TERRA MARCADA PELO LATIFÚNDIO CANAVIEIRO

Compreender como a mídia articula as diversas vozes e o sentido de violência no conflito agrário em tela exige um necessário olhar para o contexto, para a história das lutas sociais na região e para as suas razões de existência. O conflito no Engenho Prado está inserido na região da Zona da Mata pernambucana⁸, que, por sua vez, é marcada historicamente, de um lado, pela concentração de terras e pela hegemonia do cultivo da cana-de-açúcar e, de outro lado, pelo legado de movimentos sociais – sujeitos coletivos que se contrapuseram à lógica da concentração fundiária e das formas de uso e ocupação da terra, implementadas na região desde os primeiros anos da colonização portuguesa.

O discurso historiográfico sobre a constituição das sociedades na Zona da Mata no estado considera o desenvolvimento do modelo de produção baseado no monocultivo da cana-de-açúcar o seu principal pilar. Foi a cana-de-açúcar, hegemonicamente, o produto em torno do qual se organizaram a economia, o espaço e a população da região, constituindo-se ali, a partir do período colonial, as chamadas sociedades açucareiras⁹, que representavam uma complexa teia de relações sociais, de trabalho e de uso da terra. A partir da utilização de grandes extensões de terra e da mão de obra escravizada, oriundas em sua maioria do continente Africano, o cultivo foi se consolidando e transformando o cenário, antes ocupado pela vegetação da Mata Atlântica e por povos originários.

Assim, na Zona da Mata, "sem o braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela [a produção da cana-de-açúcar] seria irrealizável" (HOLANDA, 2008). Ou, como enfatizou Galeano (1976, p. 74):

⁸ A Zona da Mata é uma das cinco mesorregiões que compõem o estado de Pernambuco. Além dela, há a mesorregião do Sertão, a do São Francisco Pernambucano, a do Agreste e a Metropolitana do Recife. Esta divisão foi concebida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para fins estatísticos, uma vez que são classificadas pelo órgão como áreas geográficas que possuem semelhanças quanto aos aspectos sociais e econômicos.

⁹ Termo utilizado por Manoel Correia de Andrade para designar o conjunto de características sociais, econômicas e políticas durante a implementação do monocultivo açucareiro no Nordeste Colonial.

O açúcar arrasou o Nordeste. A faixa úmida do litoral, bem regada por chuvas, tinha um solo de grande fertilidade, muito rico em húmus e sais minerais, coberto por matas tropicais da Bahia até o Ceará. Esta região de matas tropicais converteu-se, como diz Josué de Castro, em região de savanas. Naturalmente nascida para produzir alimentos, passou a ser uma região de fome. Onde tudo germinava com exuberante vigor, o latifúndio açucareiro, destrutivo e avassalador, deixou rochas estéreis, solos lavados, terras erodidas. (...) A abundância e a prosperidade eram, como de costume, simétricas à miséria da maioria da população. (GALEANO, 1976, p. 74).

Com isso, o monocultivo açucareiro na Zona da Mata condenou a região a enfrentar uma estrutura de concentração de terras, de renda e relações de trabalho escravo e/ou precarizado, que, ao longo da história, não foram superadas em sua forma estrutural. Como aponta Dabat (2007, p. 16-17),

A história da Zona da Mata oferece um desafio para a disciplina histórica, focalizada na apreensão da mudança, pois ela se distingue por ser uma “[h]istória de persistência em vez de mudança”, segundo Schwartz. Entre as características duráveis, o monopólio da terra nas mãos dos plantadores é dos mais notáveis. Negada aos trabalhadores, ela permaneceu o apanágio muito bem defendido da rede estreitamente tecida de grandes famílias de plantadores, os chamados ‘barões do açúcar’. A monocultura da cana, associada a essa configuração fundiária, adotou a forma da plantação - a chamada “plantation”. (DABAT, 2007, p. 16-17).

E segue,

A concentração fundiária, que praticamente impede o acesso à propriedade e à posse da terra ao pequeno produtor rural, é consequência ainda desta estrutura colonial, adaptada a cada momento histórico, mantendo, porém, as suas características fundamentais, através da qual a classe dominante manteve o controle da propriedade da terra, tanto nas áreas de povoamento antigo, como até nas áreas em ocupação. (DABAT, 2007, p. 64)

Com o fim formal da escravidão, em 1888, a atividade e o trabalho na cana-de-açúcar passaram por um processo de reconfiguração, sem que se alterasse a estrutura fundiária. Sobre isso, reconhece Dabat (2007) que a abolição da escravidão não foi acompanhada da libertação das terras. Nesse sentido, como forma de manutenção e reserva da mão de obra para o monocultivo da cana, foram se formando as moradas nos Engenhos¹⁰. O contexto identificado pela historiadora corrobora com o que o geógrafo Manoel Correia de Andrade (1963) já apontava, ao afirmar que:

¹⁰ São denominadas de Engenhos as unidades de produção da cana-de-açúcar e do açúcar.

O escravo que se viu liberto de uma hora para outra, sem nenhuma ajuda, sem terras para cultivar, sem assistência dos governos, sentiu que a liberdade adquirida se constituía apenas no direito de trocar de senhor na hora que lhe aprouvesse. Transformou-se em assalariado, em “morador de condição”. (ANDRADE, 1963, p. 92).

No século XIX, a região sofreu reconfigurações econômicas impulsionadas por fatores internacionais – a exemplo da Revolução industrial – que interferiram, sobremaneira, na forma da produção açucareira. Os Engenhos passaram a ser unidades obsoletas e entraram em cena as Usinas de Cana-de-açúcar, mais modernas e com maior capacidade de produção. Esse processo, além de aumentar a concentração de terras nas mãos das bem sucedidas Usinas de cana, também transformou boa parte das relações de trabalho no processo produtivo. Naquele momento, as relações trabalhistas baseadas no assalariamento entraram em cena, e, com elas, a precarização dos homens e mulheres empregados nas Usinas de cana¹¹.

Na história recente do Brasil e do Nordeste do país, no século XX, o modelo de produção baseado no monocultivo da cana-de-açúcar ganhou novos reforços políticos e discursivos que atualizaram e justificaram sua manutenção. Isto porque, na década de 1970, a crise mundial do petróleo, conhecida como “choque do petróleo” deixou os Governos em alerta sobre as limitações da matriz energética baseada hegemonicamente no combustível fóssil não renovável. Diante do cenário de crise, no Brasil, a cana-de-açúcar passou a ser vista como uma possível saída para o problema das fontes de energias não renováveis. Em 1975, o Governo Brasileiro criou, através do Decreto n.º 76.593, o Programa Nacional do Alcool, conhecido como ProAlcool, que gerou incentivos e estímulos à plantação em larga escala da cana-de-açúcar, a fim de produzir agrocombustível, particularmente o etanol, com o objetivo de assegurar o consumo interno de combustível no país.

O Programa incentivou a produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana, fazendo com que as grandes Usinas da região convertessem parcialmente a sua cadeia produtiva do açúcar para o álcool. O crescimento da produção de álcool, na década de 70, cresceu voluptuosamente, saindo de 600 milhões de litros/ano (1975-76) para 3,4 bilhões de litros/ano (1979-80)¹². O avanço da área de produção da cana-de-açúcar, a partir do estímulo dado pelo Governo Brasileiro através do ProAlcool, trouxe consequências e efeitos negativos para o meio ambiente e para as populações rurais da Zona da Mata, atingidos diretamente pelo aprofundamento da concentração fundiária implementada na região.

¹¹ Sobre esse processo, ver: ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3 ed. (Revista e Atualizada). São Paulo: Brasiliense, 1973.

¹² Informações disponíveis em: <<http://www.biodieselbr.com/proalcool/pro-alcool/programa-etanol.htm>>. Acesso em: 25 mar.2015.

Tal modelo do monocultivo açucareiro, ao inviabilizar a permanência ou fixação de uma camada da população camponesa no espaço agrário, gerou, em séculos de existência, um contingente populacional composto por milhares de famílias camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais que passaram a viver em condições de vulnerabilidade nas periferias das cidades. Na década de 70, Francisco Julião, advogado e ex-líder das Ligas Camponesas em Pernambuco, apontava em sua autobiografia as condições de vida das populações rurais, não somente no estado, mas em toda a região Nordeste.

O camponês nordestino, angustiado pela falta de terra, perseguido pelo latifúndio, flagelado pela seca, é o que mais se movimenta e o que menos se fixa no país. Vive por toda a parte, mas para onde vai leva a visão do seu mundo, a sua vivacidade, a sua iniciativa e a sua valentia. Temos de imaginá-lo dentro de um ângulo aberto sobre a terra. Cada lado desse ângulo tem um significado, é um símbolo, uma representação das coisas a que ele mais aspira [...]. Sendo a terra a geratriz de todas as coisas, ela permanece como eixo principal, o símbolo mais forte. A vida não pode ser concebida sem a terra, mas para ter a terra, é preciso conquistar a liberdade. (JULIÃO, 2009, p. 91).

E segue,

O Nordeste brasileiro tem condições de oferecer tudo ao homem [...]. E ali vive, ou antes, morre de inanição, de miséria, de fome, de doença, de angústia, o homem que não pôde ainda ser dono de tanta riqueza. O homem escravizado. Analfabeto. Enganado. Com medo. Sem terra. Sem trabalho. Sem dignidade. Sem horizonte. Sem pátria. (JULIÃO, 2009, p. 11).

A despeito de uma série de motivações sociais, econômicas, culturais e históricas que, quando somadas, podem explicar com mais profundidade o fenômeno do êxodo rural, a ausência de políticas de Estado, de qualidade de vida no campo e a concentração de terra constituíram-se como elementos substanciais para o deslocamento em massa da população camponesa para as áreas urbanas. No período de implementação do ProÁlcool, deu-se um processo¹³ de expulsão maciça de moradores de Engenho para as periferias das cidades. De acordo com o documento “Açúcar com gosto de Sangue”, elaborado pela Federação dos Trabalhadores Agricultura do Estado de PE (Fetape), em 1984, estima-se que nos cinco primeiros anos de implementação do ProÁlcool, cerca de 40 mil sítios foram destruídos na Zona da Mata pernambucana, gerando um contingente populacional marginalizado que, sem alternativas de trabalho e de moradia, deslocou-se para as periferias dos centros urbanos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a composição da população em Pernambuco, nos últimos 60 anos, o estado seguiu uma

¹³ Dabat alerta que tal aspecto já vinha ocorrendo como parte de uma política de Estado para o campo brasileiro, mas que foi ainda mais intensificada com o ProÁlcool.

tendência nacional de reversão da população rural em urbana. De acordo com o levantamento do órgão, a população rural no estado passou de 55%, em 1960, para 16%, em 2010, como detalha o quadro a seguir¹⁴:

Quadro 1 – População rural e urbana em Pernambuco / 1960 – 2010

Pernambuco	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Urbana	45%	55%	62%	71%	75%	84%
Rural	55%	46%	38%	29%	25%	16%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A realidade de concentração de terras na Zona da Mata e de suas consequências tem sido, ao longo das décadas, amplamente estudada por pesquisadores e pesquisadoras das mais diversas áreas do conhecimento. Aqui, de forma muito modesta e superficial, expõem-se, brevemente, as reflexões propostas por alguns destes intelectuais que viam na concentração fundiária uma resposta para se compreenderem muitas das problemáticas regionais e a condição de empobrecimento que atinge a região da Zona da Mata e o Nordeste, de forma geral. Outros exemplos de obras clássicas que versam sobre a temática a partir desta perspectiva são: “Geografia da fome”, de Josué de Castro; “Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado; “O povo brasileiro”, de Darcy Ribeiro; “A questão agrária no Brasil”, de Caio Prado Júnior; “A Revolução Burguesa no Brasil”, de Florestan Fernandes; e “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freire.

Tal modelo de uso e ocupação da terra, implementado na região e caracterizado pela grande propriedade privada destinada à produção em larga escala da cana-de-açúcar, tornou os municípios da Zona da Mata dependentes economicamente do setor sulcroalcooleiro desde o período colonial até os dias de hoje. Além dos aspectos sociais, a presença do monocultivo açucareiro, aliado ao crescimento urbano, gerou um passivo que contribuiu para a redução do bioma da Mata Atlântica, restando somente cerca de 8% de sua cobertura original¹⁵.

¹⁴ Existem novos estudos realizando em âmbito nacional que sugerem novos métodos e critérios para contabilizar a população rural e urbana no Brasil, a saber: "Repensando o conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas", coordenado pela pesquisadora e professora de economia da UFPE, Tânia Bacelar. Por este estudo, a população rural no Brasil é considerada maior do que os dados do IBGE apontam.

¹⁵ Informações do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.ib.usp.br/ecosteios/textos_educ/mata/historia/historia.htm>. Acesso em: 15 abr.2015.

Esta região, atualmente composta por 43 municípios, é habitada por 1,3 milhão de pessoas, o que representa 15% da população de Pernambuco¹⁶. No ano 2000, residiam na área urbana dos municípios da Zona da Mata 69% da população da região. Em 2010, esse número subiu para 74,7%. A população que vive em situação de extrema pobreza alcança a porcentagem de 17,2% dos habitantes para os municípios da Mata Norte e 17,9% para os municípios da Mata Sul. Esse índice, no entanto, é ampliado para 24,3% quando se trata da sua população rural. No que diz respeito aos índices de saneamento básico, 55% das residências particulares não possuíam rede geral de esgoto ou fossa¹⁷.

Os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios da Zona da Mata também indicam uma região de contrastes. São exemplos os municípios de Sirinhaém, cujo IDH é 0.597; Buenos Aires, com 0.593; Araçoiaba, com 0.592; Itaquitinga, 0.586; Água Preta, 0.553; Maraial, com 0.534; e Tracunhaém, com 0.605.¹⁸ Assim como os pesquisadores elencados anteriormente, os movimentos sociais de luta pela terra e as organizações sociais que atuam na Zona da Mata atribuem o contexto de pobreza e de negação de direitos à histórica concentração de terras na região, tal qual exposto no documento intitulado “Diretrizes para reestruturação socioprodutiva da Zona da Mata: uma contribuição da sociedade civil”¹⁹. Elaborado em 2013 pelos movimentos sociais do campo e pela Fetape, o documento apresenta uma descrição da Zona da Mata que se assemelha com as constatações apresentadas por Francisco Julião (2009) sobre a situação dos trabalhadores rurais na década de 70:

Trata-se de uma região marcada pela exploração da mão de obra assalariada rural na monocultura centenária da cana-de-açúcar para a produção de açúcar – em maior proporção – e etanol, inclusive com registros de trabalho análogo ao trabalho escravo. São homens e mulheres, negros/as e pardos/as, que possuem baixa escolaridade, muitos analfabetos, que ganham baixos salários, frequentemente trabalham em condições degradantes, enfrentam, além do desemprego sazonal, em função do ciclo produtivo, as oscilações de humor do mercado sucroenergético, que ora estimula, ora inibe a produção de cana. Somam-se a esse cenário, a violenta degradação ambiental produzida ao longo de séculos por essa monocultura e a recente valorização da terra com a implantação das indústrias e unidades domiciliares que atenderão à migração que, normalmente, acompanha esses processos rápidos de industrialização. Tudo isso dificulta, ainda mais, o acesso à terra pelos pequenos produtores rurais, assentados/as e acampados/as, ocasionando, ainda, uma pressão – por vezes violenta – para que as pequenas propriedades localizadas no entorno desses empreendimentos. (FETAPE, 2013, p. 9).

¹⁶ Segundo o Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010.

¹⁷ FETAPE. Diretrizes socioprodutivas para a região da zona da mata de Pernambuco. Pernambuco, Agosto, 2013.

¹⁸ Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010.

¹⁹ FETAPE. Diretrizes socioprodutivas para a região da zona da mata de Pernambuco. Pernambuco, Agosto, 2013.

Muitos dos indicadores mencionados anteriormente são consideravelmente inferiores às médias nacionais e estaduais e revelam a agudeza do empobrecimento dos municípios da Zona da Mata pernambucana. Mesmo passados por séculos desde as primeiras plantações em larga escala da cana-de-açúcar e mesmo diante das reivindicações de movimentos sociais rurais, o contexto de concentração fundiária não se alterou significativamente na região com o passar das décadas.

Decerto, a concentração fundiária não é uma característica histórica reservada à Zona da Mata, ainda que as suas especificidades sejam aqui destacadas. O modelo de uso das terras no Brasil, consolidado através dos séculos, conferiu ao país uma das estruturas fundiárias mais desiguais de todo o mundo. De acordo com resultado do último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, em 2006, o índice Gini²⁰ do país foi de 0,854 pontos. O resultado foi similar aos índices apresentados na pesquisa de 1985 e 1995, cujos registros foram de 0,857 e 0,856, respectivamente²¹. No estado de Pernambuco, os resultados não foram destoantes da média nacional. O Gini de PE em 2006 foi de 0,825. Em 1995, registrou-se índice de 0,821 e em 1985, 0,829²². Sendo assim, é possível observar que, mesmo após 30 anos, os índices que medem a concentração de terras no estado e no país não se alteraram de forma significativa, demonstrando a permanência do modelo de concentração fundiária na região e no país.

1.2 UMA TERRA MARCADA POR CONFLITOS NO CAMPO

As contradições e injustiças implicadas na estrutura do sistema monocultor transformaram o Nordeste em uma região de lutas insurrecionais e de resistências sociais que marcaram a história do país. O conjunto de fatores descritos acerca da estrutura fundiária da Zona da Mata acarretaram em inúmeros processos de resistência, fugas, revoltas e desobediências ao patronado, que passaram a compor a identidade das populações indígenas, negras e da população camponesa que estavam submetidas ao sistema de exploração do trabalho e de negação do acesso à terra.

Já no fim do século XVI e início do século XVII, registram-se no estado de Pernambuco histórias de resistências indígena e negra ao sistema colonial. Significa

²⁰ De acordo com o índice Gini de concentração de terras, quanto mais próximo for do número 1, maior é a concentração de terra. Sendo o número 1, a concentração de terra é absoluta.

²¹ Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/indice_de_gini.shtm>. Acesso em 03 abr. 2015.

²² Idem.

reconhecer que, de forma geral, a questão agrária e as resistências e lutas pelo direito à terra e ao território estiveram presentes, ainda que muitas vezes de forma isolada, individual ou dispersa no cotidiano das populações camponesas do país, desde o início da colonização portuguesa.

Após a abolição formal da escravidão, mais precisamente a partir do século XX, identificam-se processos de articulação e mobilização de massas de trabalhadores e trabalhadoras rurais empregados nos Engenhos e nas Usinas de Cana no Nordeste, que, àquela época, moravam em sítios localizados no interior de tais unidades de produção. Fez-se emergir um sujeito coletivo até então excluído do cenário social e político, isolado e invisibilizado, ou que, quando não invisibilizado, aparecia como uma figura pitoresca ou arcaica, a exemplo da representação literária do personagem *Jeca Tatu*²³, criado pelo escritor Monteiro Lobato – alimentando o imaginário de que estas populações representavam o lado arcaico do país. Estas lutas adquiriram um novo patamar, com novos aspectos e características, que transformou e influenciou a identidade, o modo de organização e de mobilização desse sujeito coletivo que entrava em cena.

Elementos históricos que interferiram nesse cenário de mobilização camponesa podem ser identificados por volta da década de 40, marcada, por sua vez, pela implementação de indústrias de base e grandes empresas – representando o início de um processo de industrialização, com o marco do Governo de Getúlio Vargas e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), sancionada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. No contexto internacional, o cenário era o da segunda Guerra Mundial seguida pela Guerra Fria, quando o mundo se viu dividido entre os ideários capitalistas e socialistas.

A partir da década de 1950, surgiram novos exemplos que adquiriram destacável dimensão de ousadia, visibilidade e que, de forma geral, podem ser corporificados nas experiências desenvolvidas pelo sindicalismo rural e pelas Ligas Camponesas, que reivindicavam melhores condições de trabalho nos canaviais e a Reforma Agrária “na lei ou na marra”²⁴, respectivamente. Esta última, de vida mais curta, teve fim com o Golpe Militar de 1964, sendo suas lideranças presas, perseguidas ou assassinadas pelo regime. Quando foi formada, no Engenho Galiléia²⁵, a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de

²³ Personagem presente na obra “Urupês”, de Monteiro Lobato.

²⁴ A expressão “Reforma Agrária na Lei ou na Marra” ficou conhecida como umas das principais palavras de ordem das Ligas Camponesas.

²⁵ Localizado no município de Vitória de Santo Antão/PE.

Pernambuco (SAPPP), em 1º de janeiro de 1955, logo foi denominada pela imprensa como “Ligas Camponesas”.

A mobilização dos camponeses de Galiléia tornou-se, nos últimos anos da década de 1950, um símbolo de resistência para uma parcela da sociedade, enquanto para outros representava o avanço do comunismo e a ruptura da *pax agrária*. Após a criação da SAPPP, em 1954, e sua regulamentação, no ano seguinte, o movimento de trabalhadores rurais assistiu a uma constante campanha de acusações e ameaças de subversão da ordem e desrespeito ao princípio sagrado da propriedade na quase totalidade da grande imprensa e nos meios políticos. Por parte do governo do estado, o canal de negociação era bastante reduzido. Apesar de toda esta campanha, as delegacias das Ligas se expandiam em Pernambuco e em 1959 estas já eram em número de 25. (MONTENEGRO, 2004, p. 400).

Francisco Julião (2009) ressalta que a palavra “camponês”, nessa conjuntura, foi adquirindo um sentido que transcendia ao que podia ser encontrado nos dicionários, sendo apropriada pela imprensa da época para agregar acepção de ilegalidade aos sujeitos do campo.

A palavra camponês, que dá nome à camada mais numerosa e mais importante dos que vivem diretamente unidos à terra, apesar de sua pureza, da sua definição simples – campo, camponês – não se pronunciava, a não ser entre os marxistas e progressistas, nem se escrevia, exceto nos jornais e revistas de esquerda. A grande imprensa, a “imprensa sadia”, não a registrava, nem era articulada nas altas rodas, nos conclaves sobre agricultura, nas assembleias de deputados e senadores, e, sobretudo entre os grandes senhores de terra ou no recinto de suas associações. [...]. Quem a pronunciasse ou a escrevesse caía no index, atraindo a ira dos poderosos, dos donos do país, do latifúndio sem fim [...]. Não era uma simples designação ou um tranqüilo qualitativo, mas uma palavra ideológica. Sua menção, apenas, trazia a lembrança de associações, movimentos e lutas organizadas contra outros senhores de terra, em outros países ou épocas... A imprensa reacionária, na sua pressa em caracterizar como perigosa, subversiva, contrária à ordem de coisas vigentes, batizara a associação dos foreiros de Pernambuco de “Liga Camponesa”, situando-a sempre nas páginas policiais dos órgãos de comunicação escrita. Buscou-se assim, precipitar a associação na ilegalidade, o que não foi alcançado, porque ela tinha objetivos claros, precisos, definidos, concretos, circunscritos à legislação em vigor. (JULIÃO, 2009, p. 93).

Paralelamente à extinção das Ligas Camponesas no período da Ditadura Militar, os Sindicatos de Trabalhadores e trabalhadoras rurais foram ocupados ou tomados como instrumentos para o Regime, a partir da atuação de interventores no interior de suas organizações. Todas essas mobilizações em torno da democratização de terras no país, silenciadas durante a Ditadura Militar, incorporam-se à luta pela redemocratização do Brasil a partir do fim da década de 1970.

A partir da necessidade de organização em torno da efetivação dos direitos das populações camponesas, o período de redemocratização passou a apresentar um novo cenário de lutas sociais. Além do já histórico sindicalismo rural, surge o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), a CPT e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – pastorais ligadas à Igreja Católica –, nascidas ainda no período da ditadura militar (respectivamente no fim dos anos 60, em 1975 e 1972). A partir daí, deu-se início a novos processos de emergência e à organização de outros movimentos sociais na década de 1980, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas, para citar alguns exemplos.

Na Zona da Mata de Pernambuco, as principais reivindicações cobradas pelos movimentos sociais do campo diziam e dizem respeito à Reforma Agrária, à melhoria nas condições de trabalho no setor sulcroalcooleiro e à possibilidade de permanência de famílias em seus territórios tradicionalmente ocupados, como os quilombolas, indígenas e pescadores tradicionais. Cabe ressaltar que estas reivindicações ocorriam e ocorrem através de processos mobilizatórios e de resistência que materializam as disputas pelas terras e pelos territórios que, em sua maioria, não acontecem de forma pacífica. A realidade de violência no campo constitui-se, até os dias atuais, um problema social longe de ser resolvido no país. A região Nordeste, de acordo com dados da CPT, ainda é uma das que mais sofrem com casos de violações de direitos e violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais. De acordo com os registros da Pastoral em 2013, a região Nordeste concentrou 41% das áreas que se encontravam em conflito agrário no país naquele ano. Em 2012, a região concentrou cerca de 50% e, em 2011, o percentual foi de 49,5%²⁶. Ainda de acordo com os dados, em 2013, em Pernambuco, cerca de 10 mil famílias estiveram envolvidas em situação de conflito, seja na luta pela terra, seja em mobilizações ou na resistência para a permanência em seus territórios. Em 2014, mais de seis mil famílias ainda vivem em áreas de conflitos agrários no estado²⁷.

²⁶ Dados divulgados na publicação “Conflitos no Campo Brasil”, lançada anualmente desde 1985 pela CPT, que traz os registros dos episódios de conflitos no espaço agrário brasileiro. Em 2002, a obra foi reconhecida como publicação científica pelo Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia (IBICT). Para o levantamento desses dados, foram consultadas as publicações “Conflitos no Campo Brasil” referentes aos anos de 2011 a 2013.

²⁷ Dados divulgados na Publicação anual Conflitos no Campo Brasil 2014.

1.3 O CONFLITO

Muitas pessoas que passam hoje pela estrada PE-41, que liga os municípios de Araçoiaba e Carpina, na Zona da Mata Norte de Pernambuco, não sabem que aquele lugar reserva uma história recente que marcou a luta pela terra no estado. A área foi palco de um conflito que durou de 1997 até 2005 e é considerado um dos mais prolongados e violentos dos últimos 30 anos na área – período que representa a retomada dos movimentos sociais de luta pela terra pós-ditadura militar. Para além de uma acirrada batalha judicial, desde a data da ocupação até o decreto de desapropriação das terras para fins de Reforma Agrária, os sujeitos envolvidos no caso, a saber, trabalhadores rurais sem-terra, Estado e Proprietários da Usina, tornaram-se protagonistas de um conflito que, como classificado pelos meios de comunicação à época, transformaram a região em um verdadeiro cenário de guerra.

1.3.1 Do lado de fora das cercas do latifúndio improdutivo

A CPT Nordeste II, entidade que assessorou, durante todo o processo, as famílias de trabalhadores rurais sem-terra, é uma pastoral filiada à CPT Nacional, instituição de caráter ecumênico, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, desde 1975, acompanha as comunidades camponesas em processos de reivindicação de direitos. A CPT considera-se um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, aos quais presta apoio e assessoria na organização com vistas ao acompanhamento de conflitos agrários e da denúncia de violações de direitos humanos; ao fortalecimento da organização das comunidades camponesas para que conquistem seus direitos à terra, à água, ao território, educação, além de direitos políticos, econômicos e culturais e da preservação ambiental de seus territórios; bem como à denúncia local, nacional e internacional das violações de direitos humanos cometidas contra estas comunidades. Em Pernambuco, a CPT foi fundada em 1988 e tem como compromisso e missão “ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo”²⁸.

²⁸ Missão da Comissão Pastoral da Terra – Regional Nordeste II, disponível em: <<http://www.cptne2.org.br/index.php/quem-somos/missao.html>>. Acesso em: 15 mar.2015.

O grupo envolvido no conflito agrário do Engenho Prado foi composto por aproximadamente 300 famílias de trabalhadores e trabalhadoras que viviam, em sua maioria, nas periferias de municípios como Tracunhaém, Paudalho, Igarassu e Itapissuma. O grupo, também em sua maioria, já havia vivenciado a experiência de proletário rural (AMÂNCIO, 2006), desempenhando atividades no plantio e no corte da cana-de-açúcar nas usinas da região ou estavam submetidos a condições de trabalho informal ou precarizado nos centros urbanos. Muitos dos homens e mulheres que ocuparam o Engenho Prado possuíam parentesco com a geração de camponeses e camponesas que sofreram o processo de expulsão dos sítios, em decorrência da expansão do monocultivo da cana-de-açúcar, como exemplificam os seguintes depoimentos²⁹:

O meu pai nasceu nos Prados, foi batizado naquela Igreja que ainda existe ali. Ele morava e trabalhava para o dono de Engenho, mas foi expulso ainda novo porque quem mora nos Engenhos é até quando o dono quer. Quem mora nos Engenhos não tem sossego. O meu pai não tinha hora pra trabalhar e quando o trabalhador estava explorado, o dono de Engenho mandava embora. Quando eles precisam do trabalhador, eles exploram, exploram e depois despedem o trabalhador sem nenhum direito. Aí, meu pai botou as trouxas na cabeça, a família na frente e foi embora. Meu pai arrumou um sitiozinho na área do Exército e criou os filhos lá, mas, como era considerada uma área de risco, eles colocaram as famílias numa cidade próxima, que era Araçoiaba. A família do meu cunhado também era dos Prados, mas também saiu de lá nos anos 80. O meu sogro morreu dentro do Engenho e o dono fez o enterro, mas descontou do dinheiro que dava ao meu cunhado. Ele saiu de lá porque não tinha condições de ficar. Era pra trabalhar até morrer. (Maria do Carmo). (CPT NE2, 2013b, p.11).

Eu morava em Itapissuma. Trabalhava na maré. Ali eu tirava a ostra, tirava o sururu pra dar de comer aos meus filhos. Ali foi um tormento triste, foi uma luta terrível. Ali eu não tinha nada. Quando foi um tempo, chegou um homem que morava por lá e disse: 'Olha Dona Rosiete, o povo tá ocupando uma terra, a senhora quer ir?' Eu disse: 'Oxe, eu vou!' Aí, ainda fiz reunião com a CPT... aí eu disse assim: 'Meu Deus, e agora?' É porque eu ouvia dizer que a pessoa quando acampava, o capanga ia tirar a gente de noite, podia até matar... Meu filho mais velho dizia: 'A senhora como é que vai com aqueles meninos pra uma coisa daquelas? Mãe, a senhora é doida é?' Eu vejo no repórter que quando o povo ocupa as terras, mata o pessoal todinho'. Eu disse pra ele: 'Eu mesmo vou, que eu não tenho casa. Ainda mais porque um dia eu ouvi a palavra que Jesus ia me dar um lar. Eu não tenho medo mesmo'. Aí, se aproximou esse dia. Meu outro filho mais novo que morava comigo, Cal, disse: 'Eu também vou, mãe'. Respondi: 'Oxe, a gente vai sim!' Ai, nesse dia Cal foi pra maré de manhã bem cedo, arrumou dinheiro, fez uma compra, comprou umas lonas, aí eu disse: 'É agora!'. (CPT NE2, 2013b, p.11).

Ou como versou o trabalhador rural através do trecho do Cordel,

²⁹ Disponíveis na publicação: A re-volta dos camponeses e camponesas. A luta e a conquista da terra pelos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra no Engenho Prado 1997 – 2005 [Comissão Pastoral da Terra] - Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

Com mais de 40 anos/ ninguém queria ficar/ o jeito era fazer bico /De aqui e de acolá/ mas sempre na esperança/ de um dia a coisa mudar/ na safra cortava cana/ pra usina São José/ saia de madrugada às vezes sem tomar café / um pouquinho de farinha/ no caneco e uma colher/ saia de madrugada/ montado em um caminhão/ em uma vida arriscada/ me batia o coração/ isso era todo dia/ como fosse devoção/ cortava cana queimada/ pra enricar o patrão/ cortava três toneladas/ dava quase um caminhão/ e o cabo ainda dizia: hoje tu pegasse o pão. (João Tomás de Aquino). (CPT, 2013, p.10-11).

Nos fins de 1996 e início de 1997, as famílias, então dispersas, passaram a se reunir a partir da assessoria e do trabalho de base realizado pela CPT. “Foi quando escolheram as áreas do Engenho Prado após uma criteriosa avaliação quanto às exigências legais de improdutividade da terra realizada pelo próprio movimento” (AMÂNCIO, 2006, p.9). Sob uma atuação inspirada na teologia da libertação, a CPT reunia-se com as famílias no Centro Social Urbano (CSU) do município de Igarassu, com o intuito de contribuir com a formação eclesial, política, pedagógica para o processo de ocupação da terra. Segundo o documento da CPT:

No final de 1996 e início de 1997, a notícia de que uma ocupação de terra seria realizada se espalhou entre os trabalhadores e trabalhadoras que viviam nestes municípios. Com o apoio da CPT e através de um processo organizativo e de formação, as famílias Sem Terra foram se fortalecendo na perspectiva de retomar as terras onde um dia seus antepassados viveram. O Centro Social Urbano (CSU) do município de Igarassu era o lugar onde os trabalhadores e trabalhadoras realizavam as reuniões de preparação para a ocupação. Essas reuniões, que sempre tinham a presença de representantes da CPT, serviam como espaço de diálogo e animação das famílias para a ocupação. A cada reunião marcada, aumentava o número de participantes que se interessavam em transformar suas histórias. (CPT, 2013, p.12).

1.3.2 Do lado de dentro das cercas do latifúndio improdutivo

O alvo de reivindicação das famílias de trabalhadores sem-terra foi a Usina Santa Tereza, localizada no município de Tracunhaém, Zona da Mata norte de Pernambuco, distante cerca de 63 quilômetros da capital pernambucana.

Figura 1 – Estado de Pernambuco, com destaque para o município de Tracunhaém, localizado na Zona da Mata norte do estado.



Fonte: Wikipédia

A Usina Santa Tereza foi fundada ainda em 1910,

[...] pelo coronel Francisco Vellozo de Albuquerque Melo, João Joaquim de Mello Filho e José Henrique Cézar de Albuquerque e era considerada a maior usina de cana do Estado. Em 1929, possuía 12 propriedades agrícolas. Na época da moagem trabalhavam na fábrica cerca de 150 operários. Tinha uma ferrovia de 60 quilômetros, cinco locomotivas e 200 carros. Possuía uma grande vila operária, seus empregados tinham seguro contra acidentes e a usina mantinha duas escolas com frequência média anual de 30 alunos. Em 1937 foi vendida para João Pereira dos Santos e mais nove sócios. Sob seu comando foi criada a Companhia Agroindustrial de Goiana, atual proprietária da usina, tendo como sócio majoritário João Santos, que comprou as ações dos demais componentes da empresa, tornando-se o único proprietário. As escolas fecharam e as vilas foram desapropriadas. (AMANCIO, 2006, P.77, *apud* ANDRADE, 1989; MOURA, 1998)

No entanto, “depois de duas décadas sua capacidade de produção foi reduzida a mais da metade e muitos engenhos foram arrendados ou abandonados já que o principal investimento deste grupo estava na produção de cimento” (AMANCIO, 2006, P.77 *apud* ANDRADE, 1989; MOURA, 1998). O Grupo João Santos diversificou suas atividades econômicas, não somente por ser um dos maiores fabricantes de cimento do Brasil - Cimento Nassau –, mas também por deter concessão de meios de comunicação, como a empresa de comunicação TV Tribuna e Tribuna FM³⁰. Com a diversificação de suas atividades econômicas, o Grupo João Santos passou a ser considerado como um dos três conglomerados mais importantes do Nordeste, junto com a Odebrecht e o Grupo Queiroz Galvão, sendo

³⁰ Informação disponível na página eletrônica: <<http://www.tribunarecife.com.br/empresa.html>>. Acesso em: 19 mar.2015.

também um dos maiores conglomerados empresariais do país³¹. Era de conhecimento das organizações sociais que o poderio econômico do grupo causava ingerências nas esferas do Estado, como aponta trecho do relatório³² a seguir, que ressalva que a propriedade ocupada

[...] pertencia ao grupo João Santos que controla há mais de 90 anos as atividades canavieiras na região do litoral norte do estado de Pernambuco, se tornando um dos grupos empresariais mais influentes na política estadual e nacional, com ramificações em órgãos públicos e privados, assim como nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), em âmbito estadual e federal. (GAJOP, 2004, p. 6).

No ano da ocupação, em 1997, havia cerca de três décadas que “não se produzia nada, pois ela estava em litígio com os antigos arrendatários das terras” (AMÂNCIO, 2006, p. 65). Além disso, passou a ser de conhecimento do grupo de sem terras e da CPT que o grupo João Santos não considerava mais prioridade a atuação na produção de açúcar e álcool, em decorrência da volatilidade dos preços dos produtos no mercado internacional e de seus investimentos nestes outros ramos da economia anteriormente citados. O grupo deixou, assim, a propriedade ociosa e improdutiva, não cumprindo com os preceitos constitucionais no que diz respeito à função social da propriedade privada. A área da antiga Usina equivalia a 3.603,20 hectares e era composta pelos Engenhos denominados de Prado, Taquara, Papicú, Penedinho, Tocos e Dependência³³.

1.3.3 A História

A data que marca o início da história do conflito no Engenho Prado é 09 de fevereiro de 1997. Era um dia chuvoso de carnaval³⁴, quando aproximadamente 300 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra realizaram a ocupação do Engenho Prado, pertencente à Usina Santa Tereza, como uma estratégia de reivindicar e pressionar o Incra à

³¹ IstoÉ Dinheiro - Nº edição: 671 | Negócios – 12 de agosto de 2010.

³² “Relatório da Sociedade Civil sobre a independência dos Juizes/as e advogados/as no Brasil”, elaborado pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), através do Programa DH Internacional - Recife, outubro de 2004.

³³ O Engenho Dependência não fez parte da ação judicial.

³⁴ CPT. A re-volta dos camponeses e camponesas. A luta e a conquista da terra pelos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra no Engenho Prado 1997 – 2005 [Comissão Pastoral da Terra] - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

atuar na desapropriação da área para fins de Reforma Agrária. Em junho do mesmo ano, um grupo diferente ocupou outro Engenho da Usina, denominado de Taquara e o Incra verificou a contiguidade dos domínios dos engenhos Prado, Taquara, Papicú, Penedinho, Tocos e Dependência.

Depois de aproximadamente um mês de ocupação, as famílias sofreram o primeiro despejo. A Juíza da comarca de Carpina, Dr.^a Karina Pinheiro D'Almeda Lins elaborou um termo de compromisso no dia 05 de março de 1997 para que os trabalhadores e trabalhadoras saíssem da propriedade sem força policial até às 9h do dia seguinte. De acordo com o termo, a força policial só seria utilizada caso as famílias não cumprissem o acordo. Nesta data, os trabalhadores e trabalhadoras rurais saíram da propriedade e se alojaram às margens da estrada PE-41, que dava acesso a área onde o acampamento estava localizado. Ainda no ano de 1997, o Incra realizou duas vistorias no imóvel e, no mês de outubro, o órgão concluiu a fiscalização e classificou os Engenhos da Usina Santa Tereza como latifúndios improdutivos.

No mês de dezembro do mesmo ano, saiu o decreto assinado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, garantindo a desapropriação do imóvel para fins de Reforma Agrária. No entanto, o Grupo João Santos contestou o decreto presidencial na Justiça, por meio de um mandado de segurança impetrado no Supremo Tribunal Federal e, como consequência, em março de 1998, o Ministro Marcos Aurélio concedeu liminar suspendendo o decreto de desapropriação dos Engenhos, impedindo, assim, o prosseguimento de desapropriação do imóvel. A anulação do decreto foi aceita porque o Grupo João Santos alegou haver um projeto técnico de reflorestamento de bambu no imóvel, aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o que inviabilizaria legalmente a desapropriação para fins de Reforma Agrária.

Enquanto ocorriam as primeiras disputas na esfera judicial, iam se materializando, nas terras da Usina Santa Tereza, ações de violência no conflito pela posse da terra. O ano de 1999 iniciou com funcionários da Usina Santa Tereza destruindo as lavouras plantadas pelos sem-terra. As destruições foram seguidas de mutirões para o replantio, realizados pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como a decisão de prender as máquinas da Usina como reação à destruição das lavouras. No fim de 1999, a CPT, em apoio aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, questionou formalmente o Ibama sobre o suposto projeto de reflorestamento de bambu no imóvel, uma vez que não havia nenhuma plantação de bambu no local, segundo próprio monitoramento feito pelas famílias.

Com isso, foi reivindicada uma nova vistoria conjunta dos órgãos, Incra e Ibama, para averiguar se o Grupo João Santos estaria cumprindo com o que tinha apresentado no projeto de reflorestamento. Os órgãos realizaram a vistoria no imóvel em dezembro de 2000 e concluíram que não houve cumprimento do cronograma de execução do projeto de reflorestamento, além de terem sido identificadas práticas de crime ambiental na propriedade, com a plantação de cana-de-açúcar em áreas de Reserva Legal³⁵. Após tais averiguações, o processo para a desapropriação das terras da Usina Santa Tereza foi reaberto no Incra. Com isso, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, juntamente com a CPT, tiveram que realizar um novo pedido de vistoria do imóvel ao Incra, para averiguar mais uma vez se a propriedade seria considerada improdutiva.

Em agosto de 2002, foi decretada, por interesse social para fins de Reforma Agrária, a desapropriação de um dos Engenhos da Usina Santa Tereza, o denominado Engenho Penedinho, que se transformou no assentamento Nova Canaã e onde foram assentadas apenas 39 família sem-terra, no ano de 2003. De acordo com a normas do Incra, não se pode assentar um número indeterminado de famílias em uma área delimitada, pois cada família deve tomar posse de um número mínimo de hectares de terra, chamados de módulos rurais³⁶, que visa evitar contextos de favelização rural e viabilizar a sustentabilidade familiar na terra através da produção agrícola. A escolha das famílias que seriam assentadas nesse Engenho foi feita em Assembleia entre todos os trabalhadores e sob o método de sorteio. As demais famílias continuaram acampadas.

Cabe ressaltar que o ano de 2003 se iniciou com nova expectativa para os movimentos sociais de luta pela terra no país, causada pela eleição presidencial de 2002, cujo vitorioso foi um presidente que começou sua trajetória política em bases sindicais e populares. Entre os movimentos sociais do campo, a expectativa era de que a partir daquela data se iniciaria um processo de diálogo e de garantia do cumprimento de reivindicações históricas da questão agrária. Entre elas, destacava-se a Reforma Agrária.

No ano de 2003, a efervescência no campo pode ser observada através de alguns dados e registros. Nessa época, existiam no país 864 acampamentos, com 95.577 famílias acampadas³⁷. Em 2004, segundo o Incra, existiam no órgão uma demanda para a vistoria de 500 imóveis no estado de Pernambuco, sendo que 237 deles estavam localizados na Zona da

³⁵ Art. 16 do antigo Código Florestal – Lei n.º 4.771/65.

³⁶ Módulo Rural, como definido e regulado pelo Estatuto da Terra (ET) - Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964.

³⁷ Segundo informações do Incra, Dataluta (banco de dados da UNESP) e Contag para o ano de 2003.

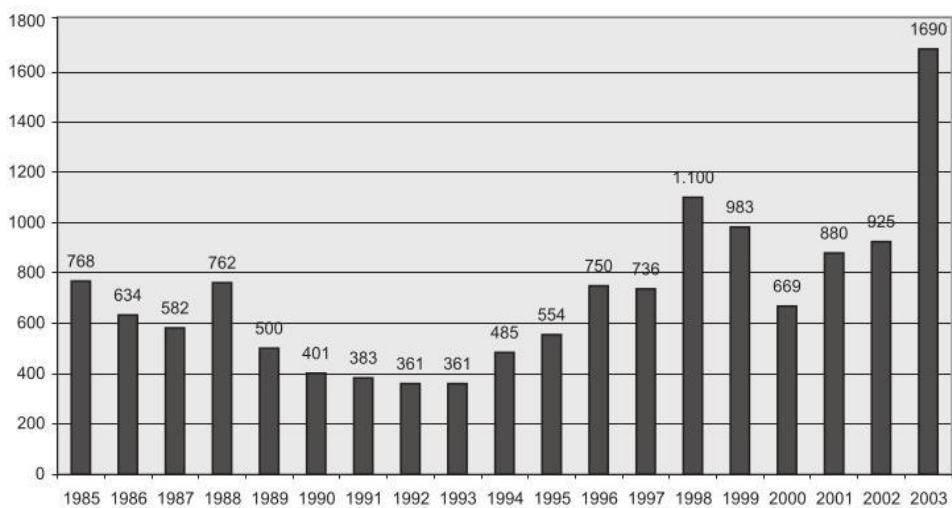
Mata. Além disso, dos 248 acampamentos existentes, segundo o órgão, 106 estavam localizados na Mata pernambucana (INCRA, 2004. p. 40-41). Era frente à realidade da concentração histórica de terras que se formava um contingente de milhares de trabalhadores rurais que viam na conquista da terra a possibilidade de mudança de vida e de mudança estrutural das relações de poder na sociedade.

O aumento das mobilizações no campo em defesa da democratização de terras no país foi avaliado pelo geógrafo Porto-Gonçalves (2004, p7):

O ano de 2003 começou, então, com a euforia da “esperança que vence o medo”. Os trabalhadores e trabalhadoras do campo acreditaram que havia chegado a hora de uma mudança profunda, que a Reforma Agrária finalmente iria acontecer. Por isso, multiplicaram suas ações que bateram um recorde histórico. Ocupações e acampamentos somados atingiram o número de 676 ações, envolvendo um número de 124.634 famílias, 623.170 pessoas. O número de pessoas que participaram de manifestações também foi o maior, 481.023 pessoas. O total dos conflitos atingiu um patamar nunca antes atingido: 1.690 conflitos, com 1.190.578 pessoas envolvidas. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.07).

Os dados do aumento de conflitos no campo em 2003 também podem ser observados no seguinte gráfico comparativo:

Gráfico 1 – Conflitos no campo Brasil 1985 – 2003



Fonte: Comissão Pastoral da Terra – Conflitos no Campo Brasil 2003.

O estado de Pernambuco não fugiu à regra observada em nível nacional. Em 2003, a repercussão da disputa pela terra na região, tanto pelo exemplo da luta do Engenho Prado, como também de outras ocupações protagonizadas por movimentos sociais de luta pela terra, contribuíram para o momento observado no país.

Nesse contexto de efervescência de lutas sociais no campo, acirrou-se a disputa pela terra no Engenho Prado e aumentaram os episódios de violência no local. De acordo com o setor de documentação da CPT, registram-se, nesta época, o aumento da presença de milícias armadas privadas e casos de perseguições, ameaças, intimidações contra as famílias e também o aumento de ações ofensivas, de reações e de enfrentamento dos trabalhadores rurais.

No início do ano, houve registro de destruição das lavouras e dos barracos de lona preta, feita por funcionários da Usina, além de pulverização de venenos no local. Como consequência, as famílias decidiram realizar um bloqueio na estrada que liga o município de Araçoiaba a Carpina. Uma semana depois, as mulheres tentaram fazer o replantio da lavoura, mas foram impedidas por seguranças privados da Usina e por Policiais Militares. Dias depois, as famílias decidem destruir os tratores da Usina Santa Tereza como protesto às destruições das lavouras.

No dia 19 de maio de 2003, cerca de dois mil trabalhadores rurais realizaram um protesto contra o latifúndio improdutivo da Usina Santa Tereza, que se estendeu a todos os latifúndios improdutivos da região da Zona da Mata do estado de Pernambuco. Uma trabalhadora rural explica que o ato ocorreu na Casa Grande do Engenho porque

[...] aquela Casa Grande servia como Quartel General da Polícia. Eles dormiam e tudo na Casa Grande. A Polícia vivia na casa com armas, em cima de um jipe, apontadas para o acampamento, amedrontando as crianças, todo mundo. Eles estavam lá para proteger o patrimônio da Usina, estavam a serviço da Usina³⁸.

Após deste protesto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, aumentaram as preocupações do Governo Federal, da Igreja Católica e de entidades internacionais que acompanhavam o caso. Os diversos sujeitos envolvidos no conflito pela terra expressavam nitidamente, através da esfera discursiva, a batalha de ideias e a disputa que se materializava na terra. Ainda no mês de maio, a violência no campo no estado de Pernambuco, a partir do exemplo do caso do Engenho Prado, rendeu declaração do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em que dizia que “Não é possível imaginar que em um país deste tamanho, com a quantidade de terra que tem, precisa ter ocupação com violência contra quem quer que seja. Nós precisamos fazer uma Reforma Agrária tranquila e pacífica”³⁹.

³⁸ CPT. A re-volta dos camponeses e camponesas A luta e a conquista da terra pelos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra no Engenho Prado 1997 – 2005/ [Comissão Pastoral da Terra]. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

³⁹ Folha de S. Paulo, 23 de maio de 2003.

Imediatamente após a declaração, o então Presidente Nacional da CPT, Dom Tomás Balduino, enviou carta ao presidente da república criticando sua postura:

Suas declarações de ontem, no Maranhão, a respeito dos conflitos no Engenho Prado, em Tracunhaém, Pernambuco, veiculadas no jornal nacional, da Rede Globo de Televisão, partiram de grave desinformação e foram ofensivas aos camponeses. Com efeito, neste caso preciso, não se trata de ocupantes de terra, mas de 300 famílias de lavradores que há seis anos vem cultivando eficientemente a terra e que tiveram suas lavouras totalmente destruídas pelas máquinas do proprietário João Santos. Esta área já obtivera decreto de desapropriação, injustamente anulado por ação impetrada junto ao judiciário [...]. Estes e outros conflitos só serão superados através de uma adequada e efetiva Reforma agrária⁴⁰.

Uma semana após o protesto, o então Ouvidor Agrário Nacional do Incra, Gercino Filho, desembarcou em Pernambuco para acompanhar de perto o conflito. No mesmo dia em que ele realizou uma visita aos acampados e acampadas, um novo episódio ganhou repercussão nacional. Os próprios trabalhadores e trabalhadoras rurais detiveram dois seguranças privados da Usina, que estavam sendo acusados de intimidar e ameaçar crianças e os jovens do acampamento.

No final do mês de maio, uma força tarefa nacional do Incra chegou em Pernambuco para acompanhar o conflito no Engenho Prado e, no início de junho de 2003, o órgão publicou notificação por edital para iniciar as vistorias nos Engenhos da Usina. Enquanto a vistoria não era concluída, a Usina conseguiu na Justiça o direito de reintegração de posse da área e, no dia 03 de julho, as famílias sofreram o segundo despejo desde que ocuparam as terras do Engenho Prado em 1997. Neste despejo, 180 casas, duas igrejas e três escolas foram destruídas e houve prisões de trabalhadores. Mesmo com imissão de posse em Nova Canaã, os policiais tentaram despejar as famílias que lá se encontravam, porém, não obtiveram sucesso. Esta operação de despejo contou com 385 policiais militares, cavalaria e cães de guarda. No entanto, no dia seguinte ao despejo, as famílias reocuparam a área, sob tutela jurídica, uma vez que a reintegração havia sido anulada por decisão judicial momentos depois de ter sido cumprida.

No mês de julho de 2003, o Incra Nacional comunicou que a vistoria realizada na área reivindicada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais teve como resultado “improdutiva” e, por isso, poderia seguir com o processo de desapropriação para fins de Reforma Agrária. No entanto, no dia 27 de julho de 2003, o Tribunal Regional Federal julgou o agravo de instrumento e concedeu novo despejo às famílias. Ao saberem da decisão, os trabalhadores e trabalhadoras rurais decidiram enfrentar o despejo, com declarações públicas de resistência

⁴⁰ Trecho do documento enviado pelo então Bispo da CPT, Dom Tomas Balduino, à Presidência da República, no dia 23 de maio de 2003.

até a morte. As declarações de lideranças foram amplamente repercutidas pela imprensa, sendo interpretadas como uma possibilidade de luta e resistência armada por parte dos trabalhadores rurais. A hipótese de resistência e confronto armado foi esclarecida em nota elaborada pelo MST, que, à época, somou-se à luta dos trabalhadores do Engenho Prado:

Lamentamos a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) de manter o mandado de reintegração de posse do Engenho Prado e apelamos para que o Governo resolva definitivamente a situação de maior conflito no Estado, que são as áreas do complexo do Grupo João Santos (Engenho Prado, Engenho Bonito e Usina Aliança). Buscaremos várias formas de impedir o despejo das famílias acampadas na área. Iremos recorrer no próprio Tribunal de Justiça de Pernambuco e no Supremo Tribunal Federal. Contamos também com o cumprimento do acordo feito com o governo do Estado, no qual qualquer reintegração de posse só pode ser feita após negociação com o MST e a CPT. [...]. A decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco criou uma situação muito tensa na Região da Mata Norte com a possibilidade de haver mais um despejo. Quando o MST e a CPT declararam em 29 de julho, após a decisão do Tribunal de Justiça, de que iriam resistir ao despejo, caso ocorra, estavam falando em utilizar o que temos de mais importante, que é o número de pessoas acampadas, contando com a solidariedade dos acampamentos e assentamentos da região da Mata Norte do Estado e o apoio da sociedade para impedir o despejo e assim ganhar tempo e possibilitar que o INCRA possa entrar com ação de desapropriação da área. O MST de Pernambuco nunca defendeu a luta armada como método político de fazer a Reforma Agrária ou de resolver conflitos. Nossa força não está em usar armas, mas na justeza da necessidade da Reforma Agrária. Os latifundiários e suas milícias é que usam constantemente armas contra os trabalhadores. Por isso, repudiamos a forma como alguns jornais noticiaram o clima de tensão no Engenho Prado. Esperamos que o governo e a sociedade entendam que os trabalhadores são vítimas da violência da falta de terra e da violência dos latifundiários, especialmente aqui em Pernambuco. Exigimos que a Polícia Federal desarme todas as milícias e jagunços que existem em Pernambuco.⁴¹

Com o Estado ciente da decisão de resistência das famílias a qualquer tipo de ação ou força policial, o clima de tensão na área ganhou novos ares de preocupação. Naquele momento, o caso foi discutido por relatores da Organização das Nações Unidas (ONU) em Recife, que passaram a analisar as violações de direitos humanos no Engenho Prado.

Durante os meses que antecederam o despejo, uma batalha judicial foi travada no intuito de acelerar o processo de desapropriação, além de uma série de articulações entre os órgãos e os movimentos sociais que acompanhavam o conflito, para que se evitasse mais violência no local, sendo oferecidas outras áreas para que as famílias pudessem ser assentadas e, assim, desistirem das terras do Engenho.

No dia anterior à data marcada para ocorrer o despejo, 31 de outubro de 2003, as famílias decidiram iniciar a retirada do acampamento, antecipando-se à chegada do Batalhão de Choque. A decisão de retirada foi tomada uma vez que havia o compromisso do Incra de

⁴¹ Nota emitida pelo MST, assinada pelo então dirigente estadual Jaime Amorim, em 30 de julho de 2003.

que a desapropriação dos Engenhos da Usina Santa Tereza já era certa e seria efetivada em poucos dias. No entanto, mesmo com as famílias já em retirada do acampamento, o despejo ocorreu com o uso da força policial, destruindo os pertences dos trabalhadores rurais.

Ficou marcado para acontecer num sábado, 01 de novembro, mas os trabalhadores decidiram sair na sexta-feira e isto foi informado ao governo do Estado pela CPT. Os trabalhadores ficaram na dupla expectativa, de o efeito da reintegração de posse ser anulado e de deixar o local sem confronto violento, para ocupar a PE-41, rodovia que liga Araçoiaba a Tracunhaém. O governo estadual aparentemente concordou com a decisão dos trabalhadores, mas mesmo assim, na manhã de sábado, enquanto eles ainda abandonavam pacificamente a área, o batalhão da Polícia Militar de Nazaré da Mata chegou fortemente armado, quebrando instalações, destruindo pertences dos acampados e batendo em quem ficasse em seu caminho. O ímpeto das crianças do acampamento Chico Mendes II foi fundamental ao impedir que as árvores fossem destruídas, se posicionando na frente dos tratores [...].⁴²

Esse despejo foi considerado pelas famílias de trabalhadores sem-terra como o mais violento da história do conflito⁴³. Foram deslocados para cumprir o mandado de reintegração de posse cerca de 500 policiais e os advogados e carros de imprensa foram impedidos de chegar ao local do despejo, com exceção dos veículos que conseguiram chegar antes que a barreira da polícia fosse montada. O mandado de reintegração de posse só foi lido após o início da ação da Polícia, que, por sua vez, foi realizada antes do horário determinado pelo artigo 172 do Código do Processo Civil, que assegura a execução de reintegração de posse a partir das 6h. Seis agricultores foram presos sob a acusação de desobediência. Além de destruir os pertences das famílias, a Polícia destruiu também todas as lavouras e alimentos produzidos pelos trabalhadores. Nesta ação, o efetivo da Polícia Militar contou com o apoio do proprietário da Usina, através do deslocamento de seus funcionários e máquinas, tratores e caminhões. A memória desse acontecimento é descrita por uma das trabalhadoras rurais sem-terra da seguinte forma:

O fato que fica na memória foi esse despejo. A alimentação sendo destruída, o direito do povo não foi respeitado, as crianças, os idosos, a Igreja, as casas, as piscinas de peixe... tanto tempo para construir e foram destruídos em tão pouco tempo. Spray de pimenta. Polícia com arma na mão. A gente não podia fazer nada

⁴² Informações do Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=180>>. Acesso em 02.nov.2014.

⁴³ CPT. A re-volta dos camponeses e camponesas A luta e a conquista da terra pelos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra no Engenho Prado 1997 – 2005 [Comissão Pastoral da Terra]. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

senão resistir, pois tinha o Juiz a favor deles. Era como na história de Davi: o menor no meio dos grandes. (Ana Paula Florêncio) (CPT, 2013b, p.23).

Com o despejo, as famílias foram impedidas de permanecer na área reivindicada, bem como nas margens da PE-41, sendo transferidas para as margens de outra estrada, distante aproximadamente 10 quilômetros do acampamento destruído. Um dia depois da reintegração de posse, uma comissão de trabalhadores retornou ao Engenho para fazer a colheita de parte da produção de inhame que escapou da destruição no momento do despejo. Ainda nesta ocasião, houve clima de tensão entre os funcionários da Usina e as famílias.

Durante os anos em que as famílias permaneceram acampadas no Engenho, muita coisa foi construída. Além de cerca de 200 barracos de lona preta e dos roçados individuais, os trabalhadores e trabalhadoras também ergueram infraestrutura que os auxiliou no convívio em comunidade no acampamento. Foram construídos viveiros de peixe, produção de hortaliças agroecológicas, hortas medicinais, criação de abelha, roçados coletivos, escolas para as crianças e adultos do acampamento cujos professores eram da própria comunidade, produção de materiais de higiene para uso pessoal e doméstico, entre outras iniciativas que, na medida em que iam sendo realizadas, contribuíam para fortalecer as relações de solidariedade entre as famílias. Também ocorriam reuniões de formação política com a CPT que giravam em torno do tema “O Brasil que nós queremos”.

Na semana seguinte ao despejo, as famílias decidiram acampar em Brasília com o intuito de pressionar o Governo Federal a agilizar a desapropriação da área. No dia 26 de novembro de 2003, o presidente Lula assinou o decreto de desapropriação para fins de Reforma Agrária de 2,6 mil hectares de terras dos Engenhos da Usina Santa Tereza. No entanto, o Grupo solicitou a suspensão do decreto um mês após a assinatura do chefe do Poder Executivo.

Contudo, em fevereiro de 2004, o Supremo Tribunal Federal negou a liminar impetrada pelo Grupo, mas julgaria o mérito do pedido apenas um ano depois. Em 31 de julho de 2004, uma comissão composta por 50 trabalhadores rurais sem-terra viajou novamente a Brasília para assistir, no Supremo Tribunal Federal, ao julgamento do mandado de segurança movido pelo Grupo João Santos contra as famílias ocupantes, ou seja, o julgamento do pedido de anulação da desapropriação da área. As famílias foram para Brasília sem que houvesse data definida do Julgamento. *A posteriori*, o julgamento foi marcado para ocorrer no dia 16 de dezembro de 2004, tendo sido adiado porque o ministro Eros Grau pediu vistas no processo.

Enquanto a situação não era definitivamente resolvida e a votação no STF não ocorria, multiplicavam-se mensagens de apoio vindas de entidades de direitos humanos, religiosos e organizações sociais que se posicionaram em defesa da luta protagonizada pelos trabalhadores para garantir a manutenção do decreto presidencial que definia a desapropriação das terras da Usina Santa Tereza. O bispo de São Felix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, foi um dos que se manifestaram em defesa dos trabalhadores, enviando carta de solidariedade aos trabalhadores e à CPT, em que afirmava:

[...] Manifesto minha indignação e meu total repúdio pela ação criminosa do grupo João Santos e pela irresponsabilidade cúmplice das autoridades, estaduais e federais, que deveriam ser competentes no caso. O latifúndio e a politicagem coronelista continuam substituindo a constituição. Mesmo na dor e na decepção por essa falta de justiça, da Reforma Agrária e de respeito aos direitos humanos, peço a estas 300 famílias, tão nossas, que não esmoreçam. Elas são um referencial de resistência, um exemplo de dignidade. Apesar de todas as prepotências e claudicações, a terra será do povo da terra. Contamos com o Deus da vida e da terra. Contamos com sangue dos mártires da terra.⁴⁴

Em carta encaminhada ao então Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, o presidente da Relatoria Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, Água e Terra Rural declarou que:

Venho acompanhando [...] as múltiplas violações de direitos humanos cometidas contra as 300 famílias de trabalhadores rurais [...]. Estas famílias, durante sete anos, até junho de 2003, produziam alimentos sem utilização de agrotóxicos para seu consumo e abastecimento de pelo menos quatro cidades nos arredores da área conhecida como Engenho Prado. Durante o ano de 2003, sofreram despejos violentos, realizados de forma ilegal, durante a madrugada. Tiveram suas casas, escola, igreja e lavouras destruídas. O ultimo despejo ocorreu menos de 20 dias antes da publicação do decreto de desapropriação para fins de reforma agrária, pelo presidente da República. Desde novembro de 2003, estas famílias estão vivendo às margens da rodovia que margina as referidas terras e no dia 16 de outubro de 2004 tiveram parte de seus barracos de lona destruídos por um incêndio provocado pela queimada intencional da cana na referida propriedade [...]. Expresso a certeza desta relatoria que a sequencia de violações de direitos humanos cometidos contra estas famílias será interrompida por este egrégio Tribunal.⁴⁵

Ainda no fim de 2004,

Entre despejos, idas e vindas das ações contestatórias do Grupo João Santos, no dia 15 de novembro de 2004, cerca de 200 barracos são queimados. O evento ficou

⁴⁴ Nota enviada pelo então Bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, em dezembro de 2004. Arquivo: CPT NE2.

⁴⁵ Dhesc Brasil – Flávio Luiz Schieck Valente, enviado em 11 de dezembro de 2004. Arquivo CPT NE2.

conhecido como a tragédia do Dia das Crianças Acampadas, pois os assentados haviam programado para a tarde deste dia uma atividade de “quebra-panela” para descontrair o ambiente e comemorar a data recém passada. As suspeitas de uma ação intencional tornaram-se a hipótese principal dos assentados como também do próprio Incra, devido a focos de incêndio localizados de modo a nenhum dos barracos ser poupado, e à idade da cana, tecnicamente nova para a colheita - conforme constatou a própria superintendente do Incra, presente no acampamento. Nesta época do ano, é comum a queimada noturna de canaviais para facilitar a colheita no dia seguinte.⁴⁶

Finalmente, passados oito anos, a disputa pelas terras entre as famílias de trabalhadores rurais sem-terra e o Grupo João Santos chega ao fim. Em 23 de novembro de 2005, o Incra foi imitado na posse dos Engenhos Papicú, Taquara e Tocos, destinando a área para o assentamento definitivo de cerca de 160 famílias de trabalhadores rurais. No local, foram criados os assentamentos denominados de Ismael Felipe⁴⁷ (Antigo Engenho Taquara), Chico Mendes I (antigo Engenho Papicú) e Chico Mendes II (antigo Engenho Tocos). Ironicamente, o Engenho Prado – nome pelo qual ficou conhecido o conflito – não foi desapropriado para fins de Reforma Agrária. Esta Unidade, que teve parte ocupada pelas famílias não foi desapropriada mediante a Medida Provisória (MP) 2.027-38, de Fernando Henrique Cardoso, que impede atuação de vistoria e a desapropriação de áreas rurais que foram ocupadas.

⁴⁶ Informações do Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=180>>. Acesso em 02.nov.2014.

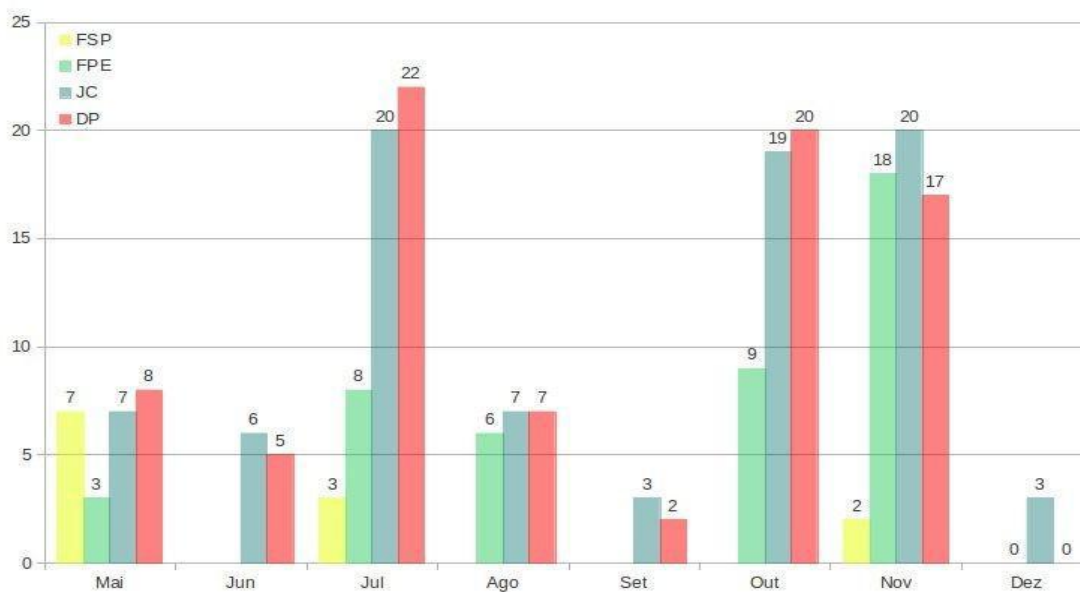
⁴⁷ Trabalhador rural acampado no Antigo Engenho Taquara que foi assassinado por um segurança ligado à vice-prefeitura de Tracunhaém. O crime aconteceu em um bar próximo ao acampamento.

CAPÍTULO 2 – PERCURSOS PARA A CONSTITUIÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A VIOLÊNCIA E A LUTA PELA TERRA

2.1. PANORAMA DA COBERTURA MIDIÁTICA SOBRE O CONFLITO

O conflito no Engenho Prado gerou um arquivo grandioso de material jornalístico. Notas, matérias e reportagens narravam quase que cotidianamente os acontecimentos que circundavam o conflito. Tal aspecto já causa estranheza, se forem levados em consideração outros contextos de violência e conflitos fundiários ocorridos no estado e que sucederam a luta das famílias acampadas nas terras da Usina Santa Tereza. Não há conhecimento de arquivos tão volumosos (nos arquivos da CPT NE2) no que diz respeito à cobertura jornalística sobre conflitos agrários em Pernambuco quanto ao do conflito no Engenho Prado.

Um primeiro olhar sobre o *corpus* diz sobre o comportamento dos meios de comunicação no percurso do conflito e dos acontecimentos que geraram maior volume de cobertura midiática. É possível observar que o Jornal do Commercio e o Diario de Pernambuco apresentam-se como os jornais que mais acompanharam o caso, gerando, no recorte temporal da pesquisa, 84 e 81 matérias, respectivamente. Outro periódico de circulação estadual, a Folha de Pernambuco, gerou um número menor de notícias sobre o conflito, sendo contabilizadas 44 matérias. Já o jornal de circulação nacional Folha de S. Paulo publicou 12 reportagens sobre o conflito, concentradas nos meses de maio, julho e novembro. O gráfico a seguir apresenta uma sistematização das matérias, no que concerne à sua distribuição mensal:

Gráfico 2– Distribuição mensal das matérias - maio a dezembro de 2003

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

O número reduzido de notícias publicadas pelo Jornal Folha de S. Paulo pode ser condicionado pelo seu distanciamento geográfico. Enquanto no Jornal Folha de Pernambuco, ressaltamos que, logo nos seus primeiros anos de circulação⁴⁸, o periódico assumiu um foco editorial e um estilo mais popularesco, o que foi considerado um condicionante para a diminuição do número de publicações sobre as repercussões do conflito, por exemplo: os acompanhamentos jurídicos e do Governo sobre o caso.

Com as informações dispostas no gráfico, é possível também observar uma determinada similaridade no volume de matérias que foram veiculadas mês a mês entre os jornais. Saltam aos olhos, inicialmente, as similaridades entre o Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco. Na Folha de Pernambuco, também é possível constatar uma distribuição similar aos outros jornais locais – resguardadas as diferenças quantitativas entre eles. A distribuição temporal do *corpus* nos ajuda a compreender o movimento impulsionado por fatores de agendamento midiático sobre o conflito.

Observa-se que os meses de julho, outubro e novembro destacam-se pelo maior volume de matérias publicadas, enquanto nos meses de maio, junho, agosto, setembro e dezembro pode ser observada uma diminuição da cobertura jornalística sobre o conflito. Com relação ao mês de julho, um dos períodos em que se registrou maior volume de cobertura

⁴⁸ O Jornal Folha de Pernambuco entrou em circulação em 03 de abril de 1998.

mediática, as matérias tratam sobre a reintegração de posse em favor da Usina, que ocorreu logo no início do mês. As famílias foram retiradas da área e cerca de 180 casas foram derrubadas, além de pertences destruídos e trabalhadores e trabalhadoras agredidos. O Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco realizaram cobertura sistemática sobre o fato, ocorrido no dia 03 do mês em análise.

Tal acontecimento, entretanto, não se encerrou em si mesmo, mas foi capaz de gerar novos episódios que iam sendo divulgados quase que cotidianamente nos meios de comunicação impressos. Denúncias de violações de direitos humanos enviadas a entidades internacionais pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais; o retorno dos sem-terra à área após a reintegração de posse (que depois de concretizada, foi anulada pela justiça, possibilitando o retorno dos trabalhadores ao local ocupado); bem como informações acerca das disputas judiciais que foram acirradas com a retirada das famílias.

O fim do mês de julho foi marcado pelo aumento da tensão na área, causada pelo anúncio dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de que iriam resistir a qualquer custo às decisões judiciais que asseguraram a retirada das famílias da área. As declarações dos sem-terra foram anunciadas pelos meios de comunicação impressos como a possibilidade de conflito armado contra o Estado, a Justiça e a Polícia. O mês de outubro também surgiu como um dos que mais veicularam notícias sobre o conflito. Isto porque foi intensificado, na justiça e entre os órgãos estatais, o debate sobre a impossibilidade da permanência das famílias no local reivindicado diante de uma nova reintegração de posse considerada inevitável em favor da Usina.

As notícias, neste mês, também giraram em torno da possibilidade de um confronto armado entre os sem-terra e o Estado, uma vez que a resistência a qualquer custo já havia sido anunciada em julho. Os meios de comunicação acompanharam as medidas que estavam sendo tomadas para que fosse evitado um confronto com vítimas fatais. Outro mês que se sobressaiu no quesito volume de matérias foi novembro, quando teve continuidade o clima de tensão na área, com a definição da reintegração de posse que retiraria mais uma vez os trabalhadores e trabalhadoras da terra ocupada. Ainda no mês de novembro, a cobertura midiática repercutiu as ações judiciais que estavam em andamento, bem como as medidas postas em prática pelo Estado.

Os meses em que menos houve repercussão do conflito na mídia foram maio, junho, agosto, setembro e dezembro. No mês de maio, a maior parte das notícias publicadas informava sobre um episódio: a destruição da Casa Grande da Usina Santa Tereza,

protagonizada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como os acontecimentos que ocorreram em decorrência desse fato, como a visita do Ouvidor Agrário ao local. Os meses de junho, agosto e setembro foram marcados por notícias que tratavam sobre o cenário de conflitividade no estado de forma mais geral, com pautas frias e menos frequentes. Finalmente, o mês de dezembro foi marcado por poucas publicações acerca do decreto de desapropriação das terras do Engenho Prado.

O número de matérias veiculadas pelos jornais locais sobre os episódios que compõem o conflito agrário – ainda que com uma variação de quantidade de um para outro – é consideravelmente alto. Observou-se uma cobertura jornalística continuada, que atualizava novos acontecimentos e que repercutia os episódios de violência, de conflitos e de disputa judicial quase que diariamente.

No dia 24 de maio de 2003, a Folha de S. Paulo publicou, em seu jornal impresso, entrevista com Gercino Filho, Ouvidor Agrário Nacional e responsável por mediar os conflitos agrários no país, cujo título foi “Ouvidor agrário diz temer ‘várias mortes’”. Quando perguntado pelo jornalista se ele ficou surpreso com os últimos acontecimentos no Engenho Prado⁴⁹, o ouvidor respondeu:

Fiquei e ainda estou assustado com o que vi, sem dúvida. É uma situação que não se enquadra às centenas de reuniões que já fiz como ouvidor. A radicalização lá é de 100%, de ambas as partes. Os donos da propriedade não querem nem conversa, e os sem-terra não admitem abrir mão da área⁵⁰.

Em outro momento da entrevista, o Ouvidor confessou que, “em termos de radicalização e violência, eu nunca tinha visto coisa igual”⁵¹.

Tal descrição sobre o conflito feita pelo Ouvidor Agrário Nacional dá pistas sobre os critérios de noticiabilidade e de agendamento midiático adotados pelos jornais analisados. Critérios estes que são identificados como sendo um “conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável” (TRAQUINA, 2005, p. 63). Um caminho possível para compreender tal postura dos meios de comunicação frente ao conflito no Engenho Prado é constatar a radicalização – seja nas ações, seja no próprio discurso – que iam constituindo os sujeitos envolvidos no conflito. A própria expressão e noção do conflito, assim como a radicalização na ação, a violência física ou simbólica

⁴⁹ Ouvidor Agrário diz temer “várias mortes”. Folha de S. Paulo. São Paulo, 24 mai.2003.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

constituem-se com “um valor-notícia considerável” (TRAQUINA, 2005, p.85). É causador de espanto e foge ao convencional. Segundo Traquina

Na política, certamente, a violência representa uma quebra do normal: por exemplo, é notícia a cena de deputados em luta física em vez de uma luta verbal. Num país democrático, a violência política é julgada ‘invulgar’, um desvio da norma. [...]. E representa assim uma ruptura fundamental na ordem social (TRAQUINA, 2005, p.84 – 85)

2.1.1 Classificações das matérias publicadas

Para fins metodológicos, as matérias que dizem respeito ao *corpus* da pesquisa foram classificadas a partir da temática central abordada em cada uma (Apêndice A). No entanto, um alerta ao leitor ou leitora desta dissertação precisa ser feito: determinadas matérias aqui analisadas podem se vincular a mais de uma temática. Contudo, por questões metodológicas, foram agrupadas em função de sua maior proximidade com o tema o qual a vinculamos. Dessa forma, temos as seguintes classificações temáticas:

- 1) Luta pela Terra em Pernambuco: engloba as matérias que tratam, de maneira geral, as questões relacionadas à luta pela terra no estado, sem ligações imediatas com o conflito em questão.
- 2) Ação dos Movimentos Sociais Rurais: nesta categoria, estão contidas as matérias que abordam as variáveis das ações protagonizadas pelos trabalhadores rurais e movimentos sociais – manifestações, ações de resistência, ações de enfrentamento, os pronunciamentos, protestos etc.
- 3) Violência - Poder Público: aqui, foram agrupadas as matérias que abordam as variáveis – despejos Judiciais e demais ações de coerção e uso da violência pelo Estado.
- 4) Violência - Poder Privado/latifúndio: nesta classificação estão inseridas as matérias que abordam variáveis como perseguições, ameaças, assassinatos, expulsões ou outras ações de violência protagonizadas pelo poder privado.

- 5) Aspectos legais: agrupam-se aqui todas as matérias que possuem como foco principal de abordagem questões específicas sobre o aspecto jurídico, as medidas de governo ou as demais ações institucionais que envolveram os sujeitos envolvidos na atuação para resolução do conflito.
- 6) Outros: agrupam as matérias que não se enquadram em nenhuma das classificações elaboradas acima.

Sistematizado, o *corpus* segue a organização representada abaixo:

Quadro 2 – Classificação temática do *corpus*

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Classificação temática do <i>corpus</i>					
Classificação temática	DP	JC	FPE	FSP	Total por classificação temática
Ação dos Movimentos Sociais Rurais	12 (14,8%)	16 (19%)	6 (13%)	4 (33,3%)	38
Violência – Poder Público	19 (23,4%)	15 (17,8%)	11 (25%)	2 (16,6%)	47
Violência – Poder Privado/Latifúndio			1 (2,2%)		1
Aspectos Legais	46 (56,7%)	46 (54,7%)	23 (52,3%)	4 (33,3%)	119
Luta pela Terra PE	3 (3,7%)	5 (5,9%)		1 (8,3%)	9
Outros	1 (1,2%)	2 (2,3%)	3 (9%)	1 (8,3%)	8
Total do <i>corpus</i>	81	84	44	12	221

De acordo com o quadro, podemos perceber que a classificação temática "aspectos legais", que diz respeito às questões institucionais (jurídicas ou de governo), sem sombra de dúvidas, foi a que envolveu um maior volume de matérias. As ações relacionadas à atuação do Estado, de forma direta e coercitiva, aparecem como segunda temática mais presente, ainda que em número consideravelmente menor que a primeira. A classificação "Ações dos Movimentos sociais rurais" figura como a terceira mais abordada.

Foi identificada somente uma matéria que teve como temática de destaque a violência do poder privado: "Ambiente fica ainda mais tenso no Engenho Prado", publicada pelo Jornal Folha de Pernambuco, no dia 21 de maio de 2003, um dia depois do acontecimento na Casa Grande da Usina, quando os trabalhadores realizaram protesto que culminou com a destruição

do imóvel. De toda forma, a atuação do Poder privado/latifúndio ficou diluída entre uma ou outra matéria, trazida pela voz dos trabalhadores rurais como denúncia e, portanto, como um acontecimento a ser comprovado.

Como observado, as notícias não trataram, necessariamente, somente dos momentos de tensão e conflito nas terras da Usina. Em sua maioria, assumem a classificação que envolve os aspectos legais do conflito. No entanto, a partir do olhar proposto pelo agendamento e dos critérios de noticiabilidade, esses episódios que materializavam a disputa pela terra foram impulsionadores, para que os meios de comunicação permanecessem pautando o conflito, partindo para a cobertura das repercussões desses episódios e gerando um extenso volume de matérias sobre o caso. O estado de conflito foi o que se desdobrou nos acontecimentos jurídicos e no acompanhamento sistemático dos órgãos governamentais e não o inverso. Pode-se dizer o mesmo da cobertura midiática.

Esta radiografia extraída da classificação temática também apresenta outro aspecto da cobertura midiática global sobre o conflito social analisado: a relação dos meios de comunicação social com as fontes e os discursos divergentes sobre o conflito, seja o do considerado "discurso competente"⁵², seja o discurso popular, seja o do poder privado, que esmiuçaremos nos tópicos seguintes.

2.1.2 Vozes presentes na cobertura midiática

Nas matérias analisadas, ressoam distintas vozes que foram acionadas pelos meios de comunicação na medida em que narravam os acontecimentos que circundaram a disputa pela terra na Zona da Mata pernambucana no início do século XXI. Todas as fontes ouvidas pelos quatro jornais analisados podem ser categorizadas da seguinte maneira: 1) Trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, cuja denominação já extingue a necessidade de detalhamento; 2) Apoio aos sem-terra (geralmente organizações de Direitos Humanos, grupos, coletivos e alguns parlamentares que se colocaram em defesa das famílias ou à disposição delas); 3) Comissão Pastoral da Terra (CPT) – organização que acompanhou os trabalhadores e trabalhadoras rurais no processo de reivindicação da terra para fins de Reforma Agrária; 4) Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), que prestou solidariedade e contribuiu em momentos de mobilizações; 5) Instâncias estatais do poder

⁵² CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. Cortez, 1990.

executivo: autoridades governamentais, ministérios, órgãos públicos nas esferas Municipais, Estaduais e Federais; 6) Poder Judiciário; 7) Polícia; 8) Poder privado/latifúndio: representantes da Usina/Grupo João Santos; 9) Entidade de apoio à Usina, a saber, o Sindaúcar; e 10) Outros⁵³.

No quadro que segue adiante, é possível observar a quantidade de vezes que esses sujeitos foram ouvidos pelos meios de comunicação⁵⁴:

Quadro 3: Inserções das vozes na cobertura midiática

Fontes:	Jornais				Total de inserções por fonte
	JC	DP	FPE	FSP	
Trabalhadores/as rurais	38 (13,8%)	48 (14,6%)	19 (11,3%)	4 (8,3%)	109
Entidades de apoio	14 (5,1%)	17 (5,2%)	3 (1,8%)		34
CPT	44 (16%)	65 (19,7%)	54 (32,3%)	6 (12,5%)	169
MST	24 (8,7%)	10 (3%)	3 (1,8%)	7 (14,5%)	44
Instâncias estatais – poder executivo	91 (33,2%)	107 (32,5%)	47 (28,1%)	20 (41,6%)	265
Poder Judiciário	20 (7,3%)	33 (10%)	24 (14,3%)	1 (2%)	78
Polícia	9 (3,3%)	21 (6,4%)	15 (9%)	6 (12,5%)	51
Poder Privado/latifúndio	16 (5,8%)	28 (8,5%)	2 (1,2%)	4 (8,3%)	50
Entidade apoio Usina (Sindaúcar)	4 (1,4%)				4
Outros	4 (1,4%)				4
Total de inserções por jornal	264	329	167	48	

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

É certo que os aspectos quantitativos que apontam a predominância, nos meios de comunicação, de uma determinada fonte em detrimento da outra não necessariamente desvelam para o leitor ou leitora os mecanismos de construção de sentido ou as estratégias discursivas postas em prática pela imprensa. Contudo, ainda que seja necessário adentrarmos com profundidade no universo da linguagem, algumas informações preliminares contidas no quadro acima já causam um tanto de estranheza.

⁵³ Aqui se inserem fontes localizadas dispersamente no *corpus*, por exemplo, fontes classificadas como confidenciais que não se ligam a nenhuma das categorizações acima relatadas.

⁵⁴ Contabilizamos as aparições dos sujeitos através do discurso direto e do discurso indireto, segundo conceituação de Maingueneau. Iremos aprofundar tal temática no tópico 2.4 desta dissertação

Sob uma perspectiva global, as instâncias Estatais do Poder Executivo, os trabalhadores rurais e a CPT foram as fontes mais ouvidas pelos quatro jornais analisados, sendo, evidentemente, constatadas pequenas variações no aparecimento dessas fontes entre um ou outro jornal. Uma observação precisa ser, de imediato, dita: efetuamos a separação das Instâncias Estatais em: Instâncias estatais do poder executivo, Poder judiciário e Polícia. Tal separação se deu pela identificação, no decorrer da análise, de que cada uma destas esferas do Estado, ao cumprirem papéis diferenciados no acompanhamento e resolução do conflito, era acionada pela imprensa para tratar de questões relacionadas às competências específicas. Se somados os três componentes, a voz do Estado ocupou um percentual de 43,8% no Jornal do Commercio; 48,9% no Diário de Pernambuco; 51,4% no Jornal Folha de Pernambuco; e 56,1% na Folha de S. Paulo.

Desta forma, as instâncias ligadas ao Estado, somadas, foram as vozes que se fizeram mais presentes na cobertura sobre o conflito, com ênfase na predominância nas instâncias estatais do poder executivo. Por sua inescusável presença na mediação ou intervenção para a solução do conflito, a participação preeminente da voz do Estado está permeada de sentidos de competência, que pode ser caracterizado pelo entendimento de que:

Não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência. (CHAUÍ, 1990, p. 7).

Esta predominância da voz do Estado, até compreensível e esperada, contrasta, por sua vez, com a estranheza causada pela significativa presença da voz dos trabalhadores rurais e de organizações sociais, particularmente, a CPT. Tal aspecto é captado como um elemento surpresa, diante de um histórico de constatações de silenciamento ou apagamento desses sujeitos na imprensa brasileira. Do outro lado, as vozes que menos foram ouvidas pelos meios de comunicação foram as do poder privado e de outras fontes que, no conflito, ocuparam um papel secundário, como o MST, as entidades de apoio dos trabalhadores e a entidade de classe que representa a Usina. De todos esses, também causou estranheza o pouco aparecimento da voz do poder privado na cobertura jornalística. A verificação de tal aspecto quantitativo, como dito anteriormente, não diz das nuances discursivas postas em prática pela imprensa ao

articular o discurso do outro em seu discurso. Ainda assim, trata-se de uma estranheza destacável e que convida à reflexão⁵⁵.

2.2 A INTERPRETAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS

“Selvageria no campo”. Assim, o *Jornal do Commercio* intitula a sua matéria de capa de 20 de maio de 2003. Logo abaixo ao título, duas fotos estampam a edição do jornal com a legenda: “Destruição: Nada ficou em pé no interior da casa-grande do Engenho Prado. Máquinas agrícolas e veículos também foram destroçados pela fúria dos sem-terra. O Incra reconhece que a situação é grave”⁵⁶. A matéria versa sobre uma ação de aproximadamente dois mil trabalhadores e trabalhadoras rurais, realizada na Casa Grande do Engenho, em resposta à destruição de suas plantações na área por seguranças privados da Usina Santa Tereza (Figura 02).

As fotos apresentam um cenário de destruição e o título, mais precisamente o termo “Selvageria”, contribui para imprimir ao acontecimento um aspecto de excepcionalidade da condição humana. No dicionário⁵⁷, a palavra selvagem, da qual deriva selvageria, é descrita como “sem civilização, primitivo, bárbaro: povos selvagens; grosseiro, rude, bruto; arisco, intratável, inconvertível”⁵⁸. A partir do tratamento e da escolha do léxico “Selvageria”, o jornal, já de início, imputa aos trabalhadores rurais sem-terra a condição de selvagem, de não civilizados.

A justificativa do ato vem ainda com os dizeres: “Os sem-terra justificaram a agressão como resposta à destruição de suas plantações na área”. No entanto, para o leitor, pode ser que já seja tarde. O mesmo acontecimento foi publicado pelos quatro jornais analisados sob os títulos de “MST depreda Engenho em Pernambuco”⁵⁹; “MST depreda e incendeia engenho em Tracunhaém”⁶⁰ e “Sem-terra tocam fogo em engenho”⁶¹.

⁵⁵ Sobre esse aspecto, iremos nos debruçar com mais detalhamento no Capítulo 3 desta pesquisa.

⁵⁶ “Selvageria no Campo”, *Jornal do Commercio*, Recife, 20 mai.2003.

⁵⁷ DA LÍNGUA PORTUGUESA, Novo Dicionário; DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. 1.^a edição, 3.^a impressão. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, SA, 1975.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ “MST depreda Engenho em Pernambuco”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mai.2003.

⁶⁰ “MST depreda e incendeia engenho em Tracunhaém”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 mai.2003.

⁶¹ “Sem-terra tocam fogo em engenho”, *Folha de Pernambuco*, Recife, 20 mai.2003.

Figura 2 – Capa do Jornal do Commercio do dia 20 de maio de 2003.



Fonte: Jornal do Commercio

A partir de então, o conflito no Engenho Prado assume um patamar onde os olhares voltam-se para ele de forma mais intensa. É sob este acontecimento que se inicia a jornada da narrativa dos meios de comunicação analisada por esta pesquisa. Outros acontecimentos sobre o conflito antecederam ao ponto de partida da dissertação, assim como outros se sucederam após a última matéria analisada. No meio desse percurso, os enunciados produzidos pelos meios de comunicação são aqui mobilizados para que seja possível refletir, não somente sobre a história da luta pela terra na Zona da Mata de Pernambuco, mas sobre o que dela os meios de comunicação puderam significar.

Dois meses após o episódio da destruição da Casa Grande, mais precisamente no dia 04 de julho de 2003, o jornal Folha de Pernambuco publicou a matéria "Governo diz que vai cumprir a lei". A notícia narra os acontecimentos ocorridos após um despejo judicial em 03 de julho de 2003. Em um dos fragmentos extraídos do texto, tem-se:

- (1) No dia seguinte à operação, os 12 caminhões, contratados pelo Grupo João Santos (empresa proprietária das terras), *depositaram* os pertences dos acampados às margens da estrada que liga os Engenhos Prado e Penedinho. Segundo os sem-terra, os objetos (móveis, roupas e até cadeiras da escola local) foram despejados no local sem o consentimento dos proprietários. "Ficou decidido que os pertences seriam levados até Penedinho, onde iriam ficar alguns acampados. Quando souberam da suspensão da liminar, jogaram os utensílios na estrada", acusou o advogado da Comissão

Pastoral da Terra, Bruno Ribeiro. Através da assessoria de comunicação, a direção do Grupo João Santos afirma que deixou o material no local exato solicitado pelos colonos. Sobre a questão dos processos de reintegração de posse, a empresa está no aguardo do cumprimento judicial. (“Governo diz que vai cumprir a lei”, *Folha de Pernambuco*, Recife, 05 jul. 2003, grifo nosso).

Já em 03 de novembro de 2003, dois dias após a efetivação do terceiro e último despejo judicial contra as famílias de trabalhadores rurais sem-terra, o jornal *Folha de Pernambuco* publicou matéria intitulada “Do Engenho Prado para a PE-41”. No texto, o jornal narra a terceira ação de reintegração de posse em favor da Usina, ocorrida no dia 01 de novembro daquele ano. O jornal narra também o deslocamento destas famílias para às margens da PE- 41, onde encontravam-se sob péssimas condições de acomodação. Um dos trechos da matéria segue adiante no fragmento abaixo:

- (2) Depois de quase sete anos, as 300 famílias ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT) que ocupavam o Engenho Prado, em Tracunhaém, foram retiradas na manhã de sábado da área de 2,5 mil hectares, por meio de um mandato de reintegração de posse, expedido pelo Juiz da comarca de Nazaré da Mata, Carlos Alberto Maranhão. A desocupação, que prometia ser pacífica, já que as famílias desde a noite da sexta-feira começaram a desmontar os acampamentos, indo em direção às margens da PE-41, foi marcada por tensão e indecisão. Até ontem, eles continuavam às margens da estrada, em Araçoiaba, *assistindo à destruição de tudo que construíram*. (“Do Engenho Prado para a PE-41”, *Folha de Pernambuco*, Recife, 03 nov. 2003, grifo nosso).

No dia seguinte, o mesmo jornal publicou matéria “Agricultores voltam ao Engenho Prado” cujo trecho segue adiante:

- (3) Depois de observarem a *destruição* de 95% da plantação de inhame e outros alimentos cultivados nos últimos sete anos, os sem-terra retirados do engenho Prado, em Tracunhaém, no último sábado, resolveram colher o pouco que lhes restava. (“Agricultores voltam ao Engenho Prado”, *Folha de Pernambuco*, Recife, 04 nov.2003, grifo nosso)

Já o *Diário de Pernambuco*, no dia 02 de novembro de 2003, publicou a matéria “PM desocupa terras do Engenho Prado”, que também narrava a ação de despejo no Engenho

Prado (Figuras 3 e 4). Na matéria, o relato do acontecimento foi escrito da seguinte forma:

- (4) O Engenho Prado, em Tracunhaém, Zona da Mata Norte, foi desocupado ontem *com apoio* de 508 homens da Polícia Militar, quase três meses depois da expedição do mandado de reintegração de posse em favor da empresa Companhia Brasileira de Equipamentos. Parte das 180 famílias que ocupavam o local, ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT), reclama ter sofrido agressões por parte do Batalhão de Choque, que chegou ao local às 5h50 utilizando spray de pimenta, bombas de efeito moral e balas de borracha. [...]. Seis agricultores chegaram a ser presos pela PM. [...]. Vários outros afirmaram ter levado tapas e empurrões dos PMs, como o adolescente N.D, 15 anos. “Já chegaram batendo, sem a gente ter feito nada”, afirmou. Boa parte do material *recolhido* em caminhões foi levado para o lixão de Tracunhaém – alguns pertences pessoais dos agricultores. Nem mesmo a escola pública construída pelos acampados e apoiada pela prefeitura de Tracunhaém foi poupada do *recolhimento*. [...]. Ao todo, a CBE contratou 280 pessoas para derrubar os barracos e limpar a área após a desocupação, além de ter mobilizado 7 caminhões e dois tratores. Todos estavam fardados com uma camisa identificando-os como Apoio e os coordenadores trocavam informações com rádios eletrônicos. (“PM desocupa Engenho Prado”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 02 nov.2003, grifos nossos).

Figura 3 – Capa do Diário de Pernambuco do dia 02 de novembro de 2003.



Fonte: Diário de Pernambuco

Figura 4 – Imagens vinculadas à matéria “PM desocupa terras do Engenho Prado”, do Diário de Pernambuco, no dia 02 de novembro de 2003.



Fonte: Diário de Pernambuco

A partir dos exemplos apresentados anteriormente, adentraremos, de pronto, nos aspectos presentes na narração dos acontecimentos, que, por sua vez, podem ser capazes de lançar o leitor ou leitora nas reflexões sobre os modos de significar o mundo que os cerca. No exemplo (2), o jornal descreve o acontecimento sem apontar diretamente no texto o sujeito que empreendeu o ato no qual os trabalhadores foram vítimas. Este aspecto é visto, sobretudo, no fragmento: “Até ontem, eles continuavam às margens da estrada, em Araçoiaba, assistindo à destruição de tudo que construíram.” É certo que as possibilidades de relato de um acontecimento podem ser variadas. O Jornal poderia relatá-lo de outra maneira, inclusive, escrevendo a frase de maneira ativa, onde os sujeitos da destruição estivessem explícitos no texto, como por exemplo: “a destruição, realizada pelos Policiais Militares e por funcionários da Usina Santa Tereza”. No entanto, a oração em que não se atribui diretamente o ator da ação é a que foi efetivamente materializada na superfície textual.

Narrativas similares a esta, extraída da matéria do Jornal Folha de Pernambuco, podem ser vistas em outros exemplos, como no fragmento (3). Já no caso do fragmento (4), chama atenção a expressão *com apoio* [grifo nosso], como um recurso lexical que igualmente omite o sujeito efetivo da ação. Se uma ação é feita com o apoio de 508 homens da Polícia Militar, então, quem, de fato, a realizou? Os Policiais Militares apoiaram a execução de ação de reintegração de posse que, por sua vez, não possuiu sujeito efetivo que a executasse, que possuísse a autoria do acontecimento.

Ainda no fragmento (4), observa-se a seleção lexical para atenuar atos de violência promovidos pelo Estado e pelo poder privado, como a vista no seguinte trecho: “Boa parte do material *recolhido* [grifo nosso] em caminhões foi levado para o lixão de Tracunhaém –

alguns pertences pessoais dos agricultores. Nem mesmo a escola pública construída pelos acampados e apoiada pela prefeitura de Tracunhaém foi poupada do *recolhimento* [grifo nosso]”. Neste exemplo, dá-se especial atenção ao contexto em que a palavra *recolhimento* está inserida na matéria.

O jornal narra que a escola pública foi recolhida. No dicionário⁶², a palavra *recolher* possui diversas possibilidades de uso que estão relacionadas sempre com os sentidos de por ao abrigo, reunir, juntar, retirar de circulação, conduzir, levar. Em nenhuma dessas possibilidades é factível *recolher* uma escola pública. Ao dizer uma palavra – neste caso, *recolhimento* – no lugar de outra mais provável, os sentidos sobre o acontecimento são ressignificados ou deslocados para outro lugar, atenuando o sentido de violência da ação narrada.

Ao fim do fragmento (4), faz-se referência à participação do poder privado na ação. Diz-se que “Ao todo, a CBE contratou 280 pessoas para derrubar os barracos e limpar a área após a desocupação, além de ter mobilizado 7 caminhões e dois tratores. Todos estavam fardados com uma camisa identificando-os como Apoio e os coordenadores trocavam informações com rádios eletrônicos”. O envolvimento do poder privado/latifúndio no despejo entra na narração jornalística somente neste trecho e é com ele que o jornal encerra a matéria. Não há nenhuma menção anterior à contribuição do poder privado para a execução de despejo.

Desta forma, o poder privado surge de maneira descontextualizada, causando a impressão de mescla entre a sua ação e a ação do Estado. Com isso, o jornal deixa uma pista acerca da fusão dos papéis e da coerção dele, amparada pelo poder coercitivo legal do Estado. A seleção lexical, somada as demais estratégias discursivas utilizadas para tratar um determinado acontecimento, surrupia de circulação sentidos e relações de poder existentes na sociedade.

Com efeito, é possível verificar nas imagens publicadas pelo jornal e também no próprio fragmento uma contraposição discursiva existente ao modo de narração do jornal. Em particular, os relatos feitos pelos trabalhadores rurais sobre as ações de violência vão de encontro à descrição do jornal. No fragmento (4), a voz do jovem de 15 anos pode apresentar-se como uma dissonância à forma de narração que foi materializada pelo Jornal. “Já chegaram batendo, sem a gente ter feito nada” emerge como um discurso destoante diante do que foi acionado para relatar o acontecimento.

⁶² DA LÍNGUA PORTUGUESA, Novo Dicionário; DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. 1ª edição, 3ª impressão. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, SA, 1975.

Também no fragmento 01, há uma dissonância entre o modo de narrar o acontecimento pelo jornal, que utiliza termos atenuadores de situações de violência e agressividade, e a versão dos trabalhadores rurais. Neste caso em particular, as versões dissonantes sobre o acontecimento giram em torno do ato de depositar os objetos dos trabalhadores às margens da estrada, como foi descrito pelo jornal, ou jogar e despejar tais objetos, como descrito pelos trabalhadores e pela CPT.

Estes exemplos ajudam a constatar que entre um acontecimento e o seu relato há um longo caminho, cuja distância não se conta em horas ou se mede em quilômetros que, porventura, possam separar o enunciador do leitor. Há aquilo que muitas vezes é invisível, que toca sem que se tenha consciência imediata de sua presença. A interpretação dos acontecimentos (ALSINA, 2009) é o resultado da interrelação que os grupos sociais fazem entre os fatos, com suas experiências e memórias. O sujeito ou os grupos sociais conferem sentido aos fenômenos que ocorrem, relacionando-os com outros fatos ou discursos sobre fatos já processados por eles anteriormente. Em suma, é presente no processo de constituição de discursos esta relação e esta presença de outros discursos sobre determinados saberes que fazem parte da história e da sociedade sob a qual estão inseridos.

O ato de transformar as experiências e acontecimentos em algo narrável configura-se como um processo discursivo onde o sujeito empreende uma jornada de re-flexão à memória e “neste voltar para trás” operam relações de poder expressas na linguagem e que incidem sobre o que do fato será narrado⁶³. Por isso, algo deve ser, logo de início, reforçado contra a noção de imparcialidade e neutralidade constituídas historicamente sobre o discurso jornalístico: “a informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo” (CHARAUDEAU, 2009, p. 19).

Tal afirmação nos lança à reflexão de que a linguagem só é possível se inserida dentro de um contexto que envolva interação entre os seres humanos, o que constitui, assim, seu aspecto fundante. “O enunciador, para construir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, “todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio” (FIORIN, 2008, p. 19). É, desta forma, o aspecto dialógico o “modo real de funcionamento da linguagem” (FIORIN, 2008, p.24). Deste modo, tanto a linguagem quanto a constituição das consciências e as ideologias se fundam a partir da relação do homem/mulher em estado social.

⁶³ Palestra proferida pelo Prof. Dr. Adriano Duarte Rodrigues na ocasião do I Colóquio Internacional de Jornalismo, realizado em João Pessoa, nos dias 30 e 31 de outubro de 2013.

Os discursos presentes nos meios de comunicação, inseridos em determinados contextos sociais, históricos e geográficos, também agem sob determinada perspectiva. Estes, a despeito de assumirem o papel de articular e costurar os discursos de variados grupos, instituições e sujeitos sociais, ao exercerem tal papel, estabelecem seus próprios discursos, pois não são uma instituição localizada à parte da sociedade e, portanto, não estão à parte dos aspectos que constituem o ato da linguagem. Daí, a impossibilidade de um jornalista – ou qualquer indivíduo – narrar um acontecimento sob uma perspectiva objetiva e imparcial, mesmo que leve em consideração todos os princípios éticos e os procedimentos que regem o processo de apuração da notícia.

Sobre os modos de narrar os acontecimentos, de nomear os sujeitos, de selecionar os depoimentos, de explicar as motivações e as consequências de um fato e de acionar e de introduzir os discursos alheios recaem regulações que são históricas e sociais. São gestos interpretativos que remontam a um já-dito, à memória de um sentido pré-construído e que estabelece relação com o que é dito no agora, pois, em todo o dizer pertence um já-dito.

Tal afirmativa não implica dizer que os sentidos são *a priori* ou que a “unidade não preexiste ao emprego” (ORLANDI, 1996, p. 21). Ao contrário: significa dizer que sentidos emergem levando em consideração a relação entre linguagem, história e sociedade. Por aí, os sentidos e as palavras significam, transmutam-se, deslocam-se, apagam-se, deixam de significar. “A realidade aí se sustenta e toma forma. O sentido se torna, assim, visível pela instituição, pelo consenso social” (ORLANDI, 1993, p. 166).

Ocorre que o discurso jornalístico é caracterizado como uma modalidade de “discurso sobre” (MARIANI, 1998). Nele, o narrador anuncia logo o seu afastamento diante do fato, potencializando a imagem da neutralidade e imparcialidade. Deixa demarcada a diferença entre o que ele diz e o que dizem os outros que lhes servem de fonte e que estão, estes sim, envolvidos no fato a ser relatado. Forja-se nesse processo. Por esse percurso, registra os fatos, junta as partes e conta a história das coisas do mundo e do cotidiano. Ao ocupar este lugar, o discurso jornalístico conserva um ar de autoridade, de competência e credibilidade (CHARAUDEAU, 2006). Deste modo, age na institucionalização de sentidos, contribui para consolidar memórias. As sutilezas desse processo de constituição de sentidos são veladas, todavia, pela posição de autoridade e competência que recai sob o seu discurso.

2.2.1 Os modos de designação dos sujeitos

Para cada um dos indivíduos identificados no *corpus* analítico são atribuídas formas de apresentações e designações que não podem ser consideradas somente como um aspecto estritamente referencial. O gesto de designar revela um tanto do contexto sócio histórico e ideológico ao qual estão inseridos tanto os sujeitos da enunciação, quanto os sujeitos e objetos dos quais se fala. A partir do gesto de designação, reforçam-se, atualizam-se e demarcam-se determinadas características identitárias do indivíduo às quais se faz referência. Este gesto revela o já-dito acerca dos indivíduos e das coisas e é “o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2005b, p.9).

No *corpus* analisado, foram identificadas algumas repetições de padrões na forma de designação dos sujeitos que serviram de fonte para os jornais impressos. Os títulos das matérias servem de exemplo para analisar como os jornais atribuem lugares sociais aos sujeitos, a partir das designações que lhes são atribuídas. Particularmente, chamam atenção as formas utilizadas para fazer referência às instâncias estatais – ao poder executivo, à justiça, aos camponeses e ao poder privado/latifúndio. Apresenta-se, então, o quadro a seguir.

Quadro 4 – Modos de designação dos sujeitos

Modos de designação dos sujeitos	
Trabalhadores rurais sem-terra	Trabalhadores rurais, agricultores, colonos, famílias, assentados, acampados, despejados, sem-terra, garota, comissão, MST.
Poder privado/latifúndio	Grupo; Donos de Terras; Donos de Engenho; Usina.
Justiça	Justiça, juiz, TRF, Tribunal de Justiça, TJ, Promotora, TJPE, Promotor.
Instâncias Estatais - poder executivo	Lula, Donary, Incra, Ouvidor agrário, Ouvidor do Incra, Ouvidoria agrária, Governo, Estado, ministro, Presidente, superintendente do incra, Jarbas, Ibama
MST	MST
Polícia	Polícia, PM, tenente, oficial.
CPT	CPT, Pastoral da Terra
Entidades de apoio à ocupação	Entidades

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Nos títulos de todas as matérias analisadas, somente três nomes próprios foram citados: o do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; o de Jarbas Vasconcelos, governador de Pernambuco à época do conflito; e Dorany Sampaio, então secretário-chefe da assessoria especial do Governo do Estado. São alguns exemplos: “Sem-terra vão à Brasília pressionar Lula”, “Lula decidirá futuro de sem-terra”, “Lula deve assinar desapropriação da área quinta-feira”, “Lula desapropria 4 engenhos” e “Dorany: Governo do estado cumpre a lei”; “Ministro pede para Jarbas evitar conflito no campo” (Jornal do Commercio); “Lula desapropria Engenho Prado” (Diário de Pernambuco); “Pastoral da Terra critica declarações de Lula” e “Lula libera Engenhos para reforma agrária” (Folha de S. Paulo).

Com relação às demais nomeações das instâncias estatais do poder executivo, observa-se inicialmente que os Jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio se referem ao Governo do Estado de Pernambuco como “Estado” ou “Governo” como nas matérias seguintes: “Comissão se reúne com o governo para expor a situação no engenho”, “Sem-terra aceitam área oferecida pelo governo”, “Estado garante que sem-terra serão avisados”, “Sem-terra rejeitam área oferecida pelo Estado” (JC); “Denúncia é entregue ao MP e Governo”, “Governo discute assunto em reunião”, “Governo pode cumprir ordem de reintegração”, “Governo acatará decisão judicial” (DP). No Jornal Folha de Pernambuco, foi registrado apenas um caso da palavra “Governo” nas chamadas de suas matérias: “Governo diz que vai cumprir a lei”. Além dessas, todas as notícias que diziam respeito às ações dos governantes foram transformadas em orações passivas.

No que diz respeito ao poder judiciário, houve a designação a partir da instância à qual se fazia referência ou simplesmente pela palavra “Justiça”, e.g.: “CPT vai à justiça para tentar impedir despejo”, “Justiça expulsa MST e depois volta atrás” (Jornal do Commercio); “Justiça mantém ordem de despejo” (Folha de Pernambuco); “Justiça de PE suspende despejo de sem-terra” (Folha de S. Paulo); “Justiça decide hoje sobre reintegração de posse” (Diário de Pernambuco).

Para fazer referência aos homens e mulheres que ocuparam a terra do Grupo João Santos, foram registradas as seguintes formas de identificação nos quatro jornais analisados: “trabalhadores rurais”, “agricultores”, “colonos”, “famílias”, “assentados”, “acampados”, “despejados”, “garota”, “comissão”, “MST”. Entretanto, o uso do substantivo sem-terra pode ser considerado hegemônico nas chamadas e títulos das matérias analisadas. É necessário, contudo, ressaltar que no Jornal de veiculação nacional, Folha de S. Paulo, a preferência se

deu pela nomeação MST. De todo modo, a expressão “sem-terra” – com hífen – é então a forma de designação encontrada majoritariamente nos títulos das matérias.

Interessante observar que no Dicionário Aurélio (1997), utilizado pela pesquisadora para averiguar o conceito de algumas palavras empregadas nesta dissertação, não consta a expressão “sem-terra”. O termo passa a fazer sentido e existir formalmente na medida em que, no contexto histórico e social brasileiro, emergiram enquanto sujeitos coletivos, como aponta Leonildes (2001, p.107):

Se nos anos 60/70 a marca dos conflitos fundiários foi a luta de "posseiros", "rendeiros" e "foreiros", resistindo à expulsão da terra, no final dos anos 70 e início dos 80 surgiram novos espaços de confronto, trazidos por novos segmentos de expropriados, principalmente no sul do país, coração do processo de modernização agrícola. É nesse quadro que emergiram os "sem terra", fruto do processo de pauperização ou expropriação de segmentos de trabalhadores que antes tinham acesso à terra na condição de pequenos proprietários ou arrendatários. Passando a demandar terra na sua região de origem e negando-se a se inserir nos projetos de colonização abertos [...]. Transformaram as ocupações e acampamentos em estratégia para criar fatos políticos e ver suas demandas atendidas. (LEONILDES, 2001, P.107).

A expressão, que passou a fazer menção à “condição do sujeito que se dedica ao cultivo ou às atividades rurais, mas que não tem legalmente o direito sobre a terra em que trabalha”⁶⁴, assume, assim, uma conotação que identifica uma categoria sócio-política constituída historicamente que passa a se organizar para reivindicar a Reforma Agrária. Por isso, a expressão “sem-terra, mais do que uma condição social, é uma referência política, social, cultural” (BOGO In MOTTA, 2005, p. 419).

Deste modo, não se trata de trabalhadores rurais desprovidos de propriedade e, sim, de trabalhadores que, ao reconhecerem sua condição de sem terra, tomam para si a responsabilidade de mudar seu destino. Tal forma de dizer tais sujeitos, utilizada pelos quatro jornais impressos, reforça o significado da conotação política que o termo adquiriu com o passar das décadas e, ainda que sua acepção política tenha emergido concomitantemente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), não se restringe a ele, como é comumente associado. Isso explica a utilização generalista da sigla MST utilizada pelos Jornais em alguns momentos da cobertura midiática.

A categoria sem-terra refere-se a "todos aqueles que se vêm como candidatos à reforma agrária” (SIGAUD, 2000, p. 84), por isso transcende à referência com o Movimento e diz de uma condição social de luta e reivindicação pelo direito à terra construída em um

⁶⁴ Informações extraídas na internet: <<http://www.dicio.com.br/sem-terra/>>. Acesso em 10 jan.2015.

contexto histórico do qual o MST faz parte. Aqui, vale a diferenciação: o termo Sem Terra, com letras maiúsculas e sem hífen, foi apropriado historicamente pelo MST e tornou-se um nome próprio. Sem Terra representa aquele trabalhador ou trabalhadora que é ligado ao MST, diferentemente de sem-terra que representa uma categoria social mais ampla que o movimento.

Os sem-terra não surgiram como sujeitos prontos, ou como uma categoria sócio-política dada, mediante o ato de criação do MST. Sua gênese é anterior ao Movimento e sua constituição é um processo que continua se desenvolvendo ainda hoje, embora, tal como no caso da classe operária analisada por Thompson, já seja possível identificar um momento da sua história em que se mostra como identidade melhor definida. Este momento corresponde ao final da década de 80 e início dos anos 90, do final do século XX. (CALDAR, 2001, p.211).

Destarte, a expressão sem-terra remete não somente aos homens e mulheres do Engenho Prado, mas especialmente a um sentido constituído historicamente sobre a condição e sobre um modo de ser. Tal modo de designação dos homens e mulheres do Engenho Prado vincula-os a um sujeito coletivo que os antecedeu, que é histórico e que aí se atualiza, que pressupõe atuação política, organização e que é fruto das contradições que os impossibilitam de serem donos de seus meios de produção. A partir deste acontecimento da luta da terra no Engenho Prado e, na medida em que são acionadas designações que os localizam em determinado lugar social, são recolocados em circulação sentidos que reforçam a identidade destes sujeitos sociais, pois parte-se do princípio que no discurso “sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo” (ORLANDI, 2007, p.76).

Por esse mesmo percurso, apontado por Orlandi (2007), também são constituídos os sentidos acerca do poder privado. Foi observado, no *corpus* da pesquisa, que as palavras utilizadas pelo discurso jornalístico para designar a Usina Santa Tereza/ Grupo João Santos foram: “Grupo”, “Donos de Terras”, “Donos de Engenho” e “Usina”. Observou-se que a possibilidade de designar o poder privado por seu nome próprio não foi levada em consideração por nenhum dos jornais analisados⁶⁵ nos títulos de suas matérias. A referência à Usina Santa Tereza ou ao Grupo João Santos, proprietário da área, deu-se de forma generalista, a partir da substituição pelas palavras anteriormente citadas e, com isso, não deixando de imediato esclarecido de qual Usina ou empresa se tratava. A palavra “Usina” ou expressões “Donos de terras” e “Donos de Engenhos” agregam significações impulsionadas

⁶⁵ Sobre esse aspecto iremos nos aprofundar no capítulo 3 desta dissertação.

pelas palavras “terras” e “Engenho” e podem localizar o leitor ou leitora ao contexto da Zona da Mata - em particular, a palavra Engenho, que é a unidade produtiva destinada à cultura da cana e fabricação do açúcar.

Não foi utilizada para designar o poder privado a palavra latifúndio ou latifundiário, cujo significado se relaciona diretamente com o caso em questão e cujo conceito assume características negativas, como explicita o Dicionário Aurélio (1997), que conceitua a palavra latifúndio como “Propriedade rural, características de países subdesenvolvidos, de monocultura e terras incultas, explorada por um só proprietário que utiliza mão-de-obra não especializada, mediante salário muito baixo”⁶⁶.

2.2.2 Os modos de inserção do discurso do Outro

De um lado, há no discurso, vozes que irremediavelmente o compõem e que não podem ser apontadas, demarcadas ou reveladas de maneira palpável, mas que estão sempre presentes porque assim se fundam os discursos, em relação de alteridade (AUTHIER-REVUZ, 1982). Do outro lado, há aquilo que podemos apontar, no discurso, como sendo a fronteira entre o que é a voz de um e a voz do outro. Trata-se da costura e articulação de vozes que são acionadas na medida em que experiências e acontecimentos são narrados. Nas unidades textuais investigadas, e na prática jornalística de maneira geral, o ato de acionar e demarcar as outras vozes funciona como um mecanismo que confere credibilidade ao ato discursivo do jornal e mobiliza o efeito de diferenciação entre o discurso citante e o discurso citado.

Esta prática, apontada pela linguista Authier-Revuz (1982) como heterogeneidade mostrada, representa a possibilidade de identificar no discurso, na materialidade discursiva, as diferentes vozes que a compõem. A heterogeneidade mostrada, ainda que possua características próprias, não está localizada à parte do elemento constitutivo da linguagem. Ao contrário, como afirma a autora, tal aspecto designa “formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 26).

Nesta dissertação, atua-se no intuito de explicitar as distintas vozes presentes nos meios de comunicação impresso, que aparecem através desta heterogeneidade mostrada, ora

⁶⁶ DA LÍNGUA PORTUGUESA, Novo Dicionário; DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. 1ª edição, 3ª impressão. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, SA, 1975.

mais explicitamente, ora menos explicitamente. Para fins metodológicos de levantamento de informações e de diálogo com os apontamentos propostos por Authier-Revuz, foram utilizados nesta pesquisa os procedimentos de identificação do Discurso Direto (DD) e Discurso Indireto (DI) propostos por Maingueneau (2008a). Além de corroborar com os preceitos citados, tal aporte analítico complementa-os, estando atento à sua aplicabilidade.

De modo global, o comportamento dos meios de comunicação analisados, na perspectiva da inserção do Discurso Direto ou Discurso Indireto, está sistematizado e apresentado no quadro seguinte. Estes foram os dois modos de inserção do discurso alheio identificados no *corpus* analisado. Para obter tal resultado, contabilizou-se o número de vezes em que as fontes apareceram no decorrer de todo o *corpus* – mesmo que tenham aparecido mais de uma vez em uma única matéria.

Quadro 5 – Registro de Discurso Direto e Discurso Indireto no *corpus*

Fontes:	JC		DP		FPE		FSP		Total por fonte
	DD	DI	DD	DI	DD	DI	DD	DI	
Trabalhadores/as rurais	25	13	18	30	7	12	1	3	109
Entidades de apoio	9	5	7	10	3				34
CPT	31	13	37	28	30	24	3	3	169
MST	11	13	3	7	3		3	4	44
Instâncias estatais -poder executivo	56	35	52	55	25	22	7	13	265
Poder Judiciário	14	6	15	18	14	10		1	78
Polícia	12	7	7	14	8	7	2	4	61
Poder privado/latifúndio	9	7	11	17		2	1	3	50
Entidade apoio Usina (Sindaúcar)	2	2							4
Outros	1	3							4
Total por jornal	170	104	150	179	90	77	17	31	

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

A partir dos dados extraídos do *corpus* é possível observar alguns aspectos da cobertura midiática no que concerne às formas de inserção das distintas vozes. Observa-se, inicialmente, uma diferença na cobertura do Jornal Diario de Pernambuco e do Folha de S. Paulo em relação ao Jornal do Commercio e ao Folha de Pernambuco. Os dois primeiros periódicos utilizaram um número consideravelmente maior de Discurso Indireto que os dois últimos. No Diario de Pernambuco, todos os sujeitos apareceram majoritariamente sob o discurso indireto na cobertura analisada, com exceção unicamente da CPT. Na Folha de S. Paulo registrou-se o mesmo fenômeno: as vozes de todos os sujeitos apareceram

majoritariamente através do discurso indireto, com exceção da CPT que, neste caso, o registro foi igual para ambas as formas.

De maneira geral, observou-se no *corpus* analisado que o recurso ao discurso indireto, na maioria das vezes em que aparece, foi empregado para antecipar o discurso direto. Este modo de inserção do discurso do Outro serviu como um gesto interpretativo dos jornais sobre o que era colocado em aspas imediatamente em seguida. O discurso indireto, nesse sentido, é a possibilidade de reescritura do discurso do Outro sem a necessária reprodução das suas palavras exatas. De acordo com Maingueneau (2001, p.108), "como o discurso indireto não reproduz um significante, mas dá um equivalente semântico integrado à enunciação citante, ele apenas implica um único 'locutor', o qual se encarrega do conjunto da enunciação". Deste modo, a voz que emerge na notícia é a do próprio jornal que, ao seu modo, através de um gesto interpretativo, insere o discurso do Outro em seu discurso.

Ainda segundo Maingueneau (2008), o caminho percorrido para a inserção do discurso indireto é diferente do direto e não se pode passar mecanicamente de um para outro. O autor ressalta que estes "são dois modos de citação independentes um do outro, que funcionam segundo esquemas enunciativos próprios"⁶⁷. Se no discurso indireto o jornalista opera na interpretação da fala do outro, fazendo uso das próprias palavras responsabilizando-se pelo dito, no discurso direto, o jornalista seleciona o que do discurso do outro será publicado e o insere em um contexto previamente ordenado por ele. Traremos para o corpo do texto alguns exemplos no intuito de refletir, não sobre a diferença e especificidade na cobertura de cada um dos jornais, mas como eles reproduzem o discurso do Outro em seu discurso e como as diferentes formas de inserções do discurso alheio são acionadas e acionam diferentes sentidos.

No dia 06 de outubro de 2003, o Jornal do Commercio publicou a matéria "Agricultores vão reagir à desocupação de terras". No texto, o jornal narra a situação de violência iminente no campo em Pernambuco, a partir da inevitável execução do mandato de reintegração de posse em favor da Usina, como mostra o trecho (5), a seguir:

- (5) O clima no Engenho Prado, em Tracunhaém, onde vivem cerca de 300 famílias ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT) voltou a ficar tenso. A partir de amanhã, o mandato de reintegração de posse, expedido pela justiça há dois meses, pode ser cumprido a qualquer momento pela Polícia Militar de Pernambuco. Os sem-terra prometem reagir a uma possível ação policial. 'Se o governo do estado não se mobilizar e arrumar uma área para os

⁶⁷ Ibidem, p. 149.

trabalhadores do Engenho Prado, pode comprar muitos caixões. Os trabalhadores vão reagir à ordem de despejo. Só vão sair daqui aos pedaços’, declarou Plácido Júnior, um dos coordenadores da CPT, deixando bem claro o clima de tensão no local. (“Agricultores vão reagir à desocupação de terras”, *Jornal do Commercio*, Recife, 06 out. 2003).

Seis dias depois, em 13 de outubro de 2003, o *Diário de Pernambuco* publicou, em seu jornal impresso, a matéria intitulada “Desocupação tem contagem regressiva”. No texto, o jornal também relata o clima de tensão no Engenho Prado, motivado pela iminência da reintegração de posse contra as famílias que acampavam no local. “Resistir até as últimas consequências. Esta é a determinação dos agricultores acampados no engenho Prado, em Tracunhaém, às vésperas do cumprimento da ordem de reintegração de posse, concedida há quase três meses pela justiça em favor da Companhia Brasileira de Equipamentos (Grupo João Santos), proprietária da área” (“Desocupação tem contagem regressiva”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 out. 2003). Assim, o jornal edifica, logo nas primeiras linhas, a atmosfera de tensão no local. Somente nas linhas seguintes, como mostra o fragmento (6), é apresentado ao público as versões e posições dos indivíduos que foram ouvidos durante a apuração da matéria:

- (6) “Não vamos deixar as terras, se precisar nos agarraremos às barracas e morreremos aqui. Se o governo quer assim, terá uma batalha”, afirmou José Carlos dos Anjos, um dos coordenadores do acampamento ligado à CPT. O coordenador assegurou que os trabalhadores estão desarmados, apesar da determinação em continuar na terra. [...]. O comandante da Polícia Militar, Coronel Weldon Nogueira, confirmou ontem que a corporação já definiu o esquema que garantirá que a determinação da justiça seja cumprida. “Não posso adiantar quantos homens estão envolvidos, mas o nosso planejamento está feito”. (“Desocupação tem contagem regressiva”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 out. 2003).

Nestes exemplos, os sujeitos ouvidos foram o coordenador da CPT [fragmento (5)]; um dos coordenadores do acampamento ligado à CPT e o comandante da Polícia Militar [fragmento (6)]. É possível observar os efeitos dos diferentes modos de inserção do discurso direto e indireto. Cada uma destas estratégias acaba por conferir sentidos também diferentes ao discurso do Outro no discurso jornalístico. Nos fragmentos, é possível identificar que a

inserção do discurso indireto vem acompanhada ou amparada nas aspas, discurso direto, que serve como uma forma de comprovação ao que o jornal afirmou sobre a voz do Outro. O discurso direto cumpre, deste modo, os papéis de: “i.) criar autenticidade, o efeito de sentido de que aquela é a exata transcrição da fala do outro; ii.) distanciar-se ou aproximar-se, na medida em que pode evidenciar uma aceitação ou recusa em relação ao dizer; iii.) mostrar-se objetivo, isento” (MAINGUENEAU, 2008a, p.142).

Neste outro exemplo adiante, extraído da matéria intitulada “Trabalhadores rurais fazem denúncias”, publicada pela Folha de Pernambuco, no dia 19 de novembro de 2003, o Jornal assume a estratégia do Discurso Direto para remeter ao Outro a responsabilidade do uso de expressões denunciatórias.

- (7) Os advogados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) entregaram, ontem, ao procurador geral do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Francisco Salles, um relatório contendo as denúncias das violações dos direitos humanos dos trabalhadores rurais, que ocupavam o Engenho Prado, em Tracunhaém, cometidas pela “Polícia Militar e Poder Judiciário”. (“Trabalhadores rurais fazem denúncias”, *Folha de Pernambuco*, Recife, 19 nov. 2003).

O mesmo efeito por ser observado também nos trechos (8) e (9) a seguir:

- (8) O deputado aproveitou para solicitar, por telefone, ao Procurador Geral do Ministério Público de Pernambuco, Francisco Sales, que interceda na área para que o “aparato de guerra” montado no local seja retirado o mais rápido possível (“Veículo oficial detido durante operação”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 mai. 2003).
- (9) Os advogados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que defendem as 300 famílias que ocupam o Engenho Prado, entraram ontem, com uma representação contra o juiz Carlos Alberto Maranhão, da comarca de Nazaré da Mata, no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), devido “as graves ilegalidades”, que estão sendo observadas em todas as solicitações relacionadas ao processo envolvendo o engenho. (“Ministro vai intervir em processo”, *Folha de Pernambuco*, Recife, 14 out. 2003).

A referência ao discurso direto, que ocorre em “Polícia Militar e Poder Judiciário”, “as graves ilegalidades” e “aparato de guerra” proporciona uma reflexão relevante sobre as formas

de anúncio dos discursos alheios. No fragmento (7), poderia ser possível que o jornal formulasse a notícia relatando que os advogados da CPT entregaram denúncias de violações de direitos humanos cometidas pela Polícia Militar e Poder Judiciário. Sem aspas. No entanto, o aparecimento das aspas foi o que, de fato, se materializou na unidade textual. Ao serem acionadas, as aspas mudam o sentido das notícias transcritas. Com elas, o Jornal relativiza o acontecimento, o apresentando como um ponto de vista de um determinado sujeito social e, assim, exime-se da responsabilidade sobre o que está sendo dito. O efeito causado pelas aspas nos fragmentos (7), (8) e (9) acaba por ser, não somente o da autenticidade, mas, particularmente, o da desresponsabilização do que está escrito. As denúncias de violência contra a Polícia Militar e o Poder Judiciário ou as ilegalidades observadas deixam de ser um acontecimento para ser uma versão dos fatos.

A utilização do discurso relatado explicitamente demarcado, tal qual exposto em todos os exemplos anteriores, “visa produzir diferentes tipos de provas: autenticidade do dito de origem, de responsabilidade daquele que disse, com o desvio lógico que deixa entender que se ele disse o que disse, é porque pensa o que disse; de verdade do que foi dito” (CHARAUDEAU, 2006, p.163). No entanto, é preciso fazer uma observação: mesmo que o discurso direto possua a característica de autenticidade, por ser considerado como uma reprodução na íntegra do discurso do outro, ainda recai sob os meios de comunicação a tarefa da seleção do que da fala do outro estará nas páginas dos jornais, bem como da escolha do local exato em que este discurso estará disposto no texto.

Mesmo quando o DD [Discurso Direto] relata falas consideradas como realmente proferidas, trata-se apenas de uma *encenação* visando criar um efeito de autenticidade: eis as palavras exatas que foram ditas, parece dizer o enunciador. [...]. De toda maneira, não há como comparar uma ocorrência de fala efetiva (com, no oral, determinada entonação, gestos, um auditório que reage...) e um enunciado citado entre aspas em contexto totalmente diverso. Como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado. O DD não pode então ser objetivo: por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal (MAINGUENEAU, 2008a, p. 141, grifo do autor).

Também para Charaudeau (2006, p. 163),

O discurso relatado se constrói ao término de uma dupla operação de reconstrução/desconstrução. De reconstrução porque se trata de tomar um dito para reintegrá-lo a um novo ato de enunciação, passando esse dito a depender do locutor relator. Assim, o discurso relatado opera uma transformação enunciativa do já dito e, ao mesmo tempo, aponta para uma apropriação e rejeição deste último pelo

locutor/relator. De desconstrução porque o discurso relatado mostra que se trata realmente de um dito tirado de um outro ato de enunciação, distinguindo o dito relatado do dito de origem e operando uma reificação deste último, que serve para provar a autenticidade do discurso do relator. Assim, o discurso relatado funciona estrategicamente como um *discurso de prova*, tanto em relação ao outro quanto a se mesmo. (CHARAUDEAU, 2006, p.163, grifo do autor).

Destarte, o discurso jornalístico atua na seleção e recorte do discurso alheio e o insere em seu discurso, de forma demarcada, com o intuito de conferir credibilidade ao fato relatado e ao mesmo tempo de (des)estabilizar sentidos e identidades desses sujeitos sociais.

Com relação aos homens e mulheres sem-terra, tornou-se recorrente a seleção de discursos que faziam referência à decisão de resistência a todo custo diante do conflito. Nos exemplos que seguem adiante, as expressões que foram relatadas a partir do discurso direto: “na lei ou na marra” [fragmento (10)] e “é melhor morrer na luta do que morrer de fome” [fragmento (11)] reforçam a identidade de resistência e, além disso, fazem referência a situações históricas de enfrentamento e lutas sociais que são exemplos para os movimentos sociais do campo. A primeira frase remete à atuação das Ligas Camponesas, nas décadas de 50 e 60, cujo lema ficou nacionalmente conhecido por “Reforma Agrária na Lei ou na Marra” e a segunda expressão “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”, de autoria da sindicalista paraibana assassinada na década de 80, Margarida Maria Alves, tornou-se um jargão das lutas camponesas pela Reforma Agrária.

(10) Quem está passando fome é capaz de tudo. Essa terra será desapropriada na lei ou na marra. Mesmo que isso custe a vida de muitos de nossos companheiros. Não podemos aceitar tanta humilhação. Somos ameaçados de morte por esses pistoleiros e ninguém faz nada’, contou a agricultora Marilene Ferreira, 35 anos, e mãe de cinco filhos. (“Sem-terra fazem dois refêns”, *Jornal do Commercio*, Recife, 24 mai. 2003).

(11) Já fizemos uma articulação com os 14 movimentos sociais de luta pela terra que atuam em Pernambuco. Todos vão nos ajudar a reforçar os acampamentos. Não vamos descartar nenhuma forma de luta. Vamos utilizar todas as armas possíveis para resistir. As famílias estão decididas a não sair daqui por nada’, informou um dos coordenadores da CPT, Plácido Júnior. [...]. Os trabalhadores assimilaram rapidamente o discurso de enfrentamento dos coordenadores. “Para passar por cima de nossas lavouras, primeiro terão que passar por cima de nossos corpos”, disse a coordenadora do acampamento Chico Mendes II, Luiza

Cavalcanti. “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”, afirmou Plácido Júnior (“Sem-terra reúne 2 mil para resistir”, *Jornal do Commercio*, Recife, 31 jul. 2003).

Já a inserção do discurso do Estado, em suas mais diversas esferas, se expressa a partir do sentido da competência e autoridade, reforçando a aceção de que não são todos que possuem “o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2006, p. 9). Exerce-se aí, a possibilidade de interferir ou exercer poder sob a voz do outro. Nos dois exemplos abaixo relatados, observa-se como a voz do Estado entra no discurso jornalístico para desfazer a versão dos fatos apresentada pelos trabalhadores ou trabalhadoras rurais. Coloca-se em descrédito a fala destes sujeitos coletivos. O *ethos* discursivo da autoridade e da competência expressa a partir da voz do Estado emerge, sobretudo quando corporificado pelo seu braço coercitivo e nas ocasiões de monopólio legal da violência, como expressam os exemplos (12) e (13):

- (12) Os sem-terra disseram que no sábado e durante todo o dia de ontem carros e motos passavam pela rodovia, na tentativa de intimidá-los. “Nos comprometemos a sair do engenho pacificamente, mas a polícia chegou batendo e desrespeitando mulheres e crianças”, observou a agricultora Luíza Cavalcanti. O secretário de defesa social, Gustavo Lima, afirmou desconhecer qualquer ato violento durante a ocupação. “Ocorreu tudo tranquilamente, sem problema. Se houve algum excesso e for comprovado, os responsáveis serão punidos”, observou Lima. (“Sem-terra recebem água e comida no novo acampamento”, *Jornal do Commercio*, Recife, 03 nov. 2003).
- (13) A prisão por desacato à autoridade de uma das líderes do acampamento, Luíza Cavalcanti, e de mais dois agricultores (um deles de menor), por porte ilegal de armas, foi o momento mais tenso da retirada. Os trabalhadores despejados acusaram a polícia de ter espancado e utilizado spray de pimenta contra a representante. “A verdade é que ela estava exaltada e utilizando palavras de baixo calão. Não houve qualquer tipo de agressão ou uso desse equipamento”, garantiu o comandante da PM, o tenente-coronel César Matos. [...]. (“Operação especial para a desocupação de engenhos”, *Folha de Pernambuco*, Recife, 04 jul. 2003).

Nesta perspectiva, a seleção do discurso relatado nos meios de comunicação impressos é um passo dado no percurso mais amplo de constituição de sentidos sobre os sujeitos sociais envolvidos no conflito. Ao operar na seleção dos discursos do Outro, o jornalista aponta para o leitor "a maneira como cada um desses personagens se movem no espaço social" (Maingueneau, 2008, p.18), o que reforça o estabelecimento do *ethos* de cada sujeito coletivo enredado no conflito. Pois, com o recorte, há a delimitação dos papéis discursivos relacionados a cada um desses sujeitos sociais que acaba por reforçar as "representações coletivas estereotípicas" (Maingueneau, 2008b, p.18). Assim, continua, "o destinatário a identifica apoiando-se em um conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar".

2.2.3 Os modos de introdução do discurso do Outro

Além dos aspectos de designação e de inserção de suas falas, outros mecanismos discursivos são acionados pelos meios de comunicação no processo de construção da notícia. "Toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações *ipsis verbis*, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra" (MARCUSCHI, 2001, p. 48). Os modos de introduzir o discurso do outro no discurso midiático também se configuram como uma estratégia discursiva habitada por questões que remetem a um já-dito e aos aspectos ideológicos que permeiam a linguagem. De acordo com Luiz Antônio Marcuschi (1991, p.75),

Apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informações, também uma certa tomada de posição diante do exposto. Assim, a avaliação linguística terá um caráter não meramente estilístico, mas sobretudo interpretativo e avaliativo. O mais notável é que isso se processa através do instrumento linguístico usado e não mediante uma interpretação explícita paralela. (MARCUSCHI, 1991, p. 75).

O instrumento linguístico ao qual Marcuschi se refere é o verbo introdutor de opinião (MARCUSCHI, 1991), como ele convencionou chamar a unidade que estabelece a relação entre o discurso de quem cita e o discurso citado. Segundo Marcuschi, os verbos introdutórios de opinião são como "parafraseantes sintéticos, pois resumem em uma só palavra o sentido

geral do discurso a relatar"⁶⁸. De acordo com o autor, esses verbos “agem seletivamente sobre os conteúdos, dando-lhes uma intencionalidade interpretativa com características ideológicas”⁶⁹.

[...] [A] interpretação ocorre de forma implícita em função dos verbos selecionados. Ao se informar a opinião de alguém é possível levá-lo a dizer algo que não disse. Esta manipulação sutil, feita com recurso de um verbo, é o que caracterizamos como interpretação implícita. Muitas vezes alguém levantou uma hipótese e o redator já nos faz ver uma declaração; outras vezes um político expressa uma posição mais dura e o redator transforma aquilo em uma ameaça; em outros casos alguém faz uma ressalva e o redator nos faz ver uma ênfase.⁷⁰

Deste modo, a inserção dos verbos introdutórios de opinião pode dar pistas sobre a posição tomada por um veículo de comunicação diante de um fato e, particularmente, diante dos discursos dos sujeitos sociais que são mobilizados para dentro das folhas do jornal. Este mecanismo de introduzir no próprio discurso o discurso do outro, ainda que esteja presente muito discretamente no texto, não está livre de relações de poder.

No processo de identificação dos verbos introdutórios presentes no *corpus* da pesquisa (Apêndice B), deparamo-nos com o que Marcuschi (1991) já havia chamado atenção em seus estudos preliminares sobre a temática. No conjunto das matérias analisadas, expõe-se uma nítida diferenciação acerca dos verbos que introduzem o discurso do poder e o discurso dos populares⁷¹. Tal distinção assegura de modo sutil, porém seguro, uma estigmatização dos discursos de fontes oficiais e para-oficiais, bem como dos populares⁷².

O Jornal do Commercio, no dia 15 de junho de 2003, publicou a matéria intitulada “Estado é líder em áreas de conflitos no campo”. No texto, o jornal narra a situação de violência iminente no campo em Pernambuco a partir do exemplo do conflito no Engenho Prado, como mostra o trecho (14) a seguir:

(14) “Quem mede a nossa paciência é a nossa barriga. A fome não quer saber se é Lula ou Fernando Henrique o presidente do Brasil. Estamos dispostos a tudo, inclusive a morrer na luta”. A frase é do

⁶⁸ Ibidem, p.77.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Ibidem, p. 79.

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

agricultor Ezequias Severino da Silva, 45 anos. Ele mora há seis anos e quatro meses debaixo de uma lona preta num acampamento de trabalhadores sem-terra, no Engenho Prado, em Tracunhaém, Zona da Mata Norte. [...]. O lema Reforma Agrária na lei ou na marra nunca esteve tão forte. Hoje Pernambuco é o estado do país com maior número de pontos de conflito. São 45 ao todo, a maioria deles na Zona da Mata. [...]. “Pernambuco virou um barril de pólvora. A coisa aqui está cada vez pior. É uma das situações mais graves do Brasil”, *alerta* o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), João Faria. [...]. Na semana passada, o presidente nacional do Incra, Marcelo Rezende, e o ouvidor agrário nacional, Gercino Filho, participaram de uma audiência pública na sede do Ministério Público Federal, na avenida Agamenon Magalhães, e mostraram-se bastante preocupados com a situação em Pernambuco. “O presidente Lula e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, pediram para redobrar a atenção aqui”, falou Gercino. [...]. O presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do estado de Pernambuco, Renato Pontes Cunha, informou que as ocupações só ocorrem em áreas produtivas. “Só estão querendo moleza, um filé já pronto. Um país que precisa crescer para gerar renda e cidadania tem que perseguir o caminho do empreendedorismo. O caminho da cidadania é o de respeito às leis”. (“Estado é líder em áreas de conflitos no campo”, *Jornal do Commercio*, Recife, 15 jun. 2003, grifo nosso)

Além de selecionar o que do discurso do outro deve ser reproduzido, o jornalista opera na construção da notícia agregando sentido à declaração da fonte. No trecho acima, chama a atenção o verbo alertar utilizado para introduzir a fala do Superintendente do Incra. Ele não apenas fala, mas faz um alerta sob a situação de violência iminente na região. Na medida em que se atribui o verbo alertar à fala do representante do Instituto, cria-se um sentido que muito certamente não emergiria se outra forma de introdução ao discurso do Superintendente estivesse presente, e.g.: “lamentar”, “reconhecer”, “queixar-se” e assim por diante. O alerta designa sentido de “cuidado, atenção, a qualquer momento alguma fatalidade pode acontecer e se acontecer, vocês foram avisados”. A escolha deste, e não de qualquer outro modo de introduzir a fala do Superintendente do Incra, se dá na medida em que a palavra alertar supre a necessidade de explicação de um contexto de violência iminente. Deste modo, o verbo utilizado já diz sobre o contexto a que se pretende referenciar.

Ao anunciar o discurso das fontes oficiais, como no caso acima, são utilizadas estratégias que, com frequência, renovam os seus discursos de autoridade e de competência

diante do acontecimento. Outros exemplos que asseguram esta mesma perspectiva estão nos

trechos que seguem adiante:

- (15) O Secretario-chefe da assessoria especial do Governo do Estado, Dorany Sampaio, *repudiou* as declarações do superintendente do Incra, João Farias, sobre a possibilidade de uma reação dos movimentos sociais em razão da ação de reintegração de posse das áreas dos Engenhos Prado, em Tracunhaém. ‘O Governo defende a reforma agraria e as aspirações legítimas dos trabalhadores do campo, mas também tem o dever de assegurar o respeito às leis e aos direitos inscritos na constituição, como o de propriedade e de garantia da ordem pública’, explicou. O secretário *garantiu* ainda que “o Governo de Pernambuco fará valer o princípio de autoridade e obediência às determinações dos poderes constituídos, garantia da paz social”, acrescentando que “o governador Jarbas Vasconcelos cumprirá sempre o seu papel, sem partidarismo ou emocionalismo, mas com a energia devida, desenvolvendo o alerta daquele (João Farias) funcionário”, afirmou. (“Governo diz que vai cumprir a lei”, *Folha de Pernambuco*, Recife, 05 jul. 2003, grifos nossos).
- (16) O Governo do estado anunciou ontem que vai cumprir em até dez dias o mandato de reintegração de posse dos 2,5 mil hectares do engenho Prado, em Tracunhaém. “Temos 100% de garantia do cumprimento da determinação judicial. A ação de despejo poderá acontecer a qualquer momento, mas estamos trabalhando com um período de dez dias e só o Tribunal de Justiça poderá reverter”. Com essas palavras, o secretário de produção rural, Gabriel Maciel, *sacramentou* a participação do estado no processo de despejo da propriedade, onde há seis anos estão acampadas as 300 famílias ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT). (“Acampado pode ser despejado de engenho”, *Diario de Pernambuco*, Recife, 09 out. 2003, grifo nosso).

Dentre os verbos introdutores de opinião presentes nos fragmentos (15) e (16), chamam atenção os verbos grifados "garantir" e "sacramentar", utilizados para introduzir o discurso das fontes oficiais. Em ambos os casos, os verbos que introduzem os discursos emergem como a síntese do sentido que o jornal atribuiu ao papel do Governo do Estado no acontecimento. Ademais, é possível observar no exemplo (2), o transparecer das contradições existentes entre órgãos e instâncias ligadas ao Estado. As contradições existentes em uma Instância, no entanto, não são expressas ou materializadas na folha do jornal como uma

discordância natural entre os que a compõem. No lugar do verbo "repudiar", poderiam ser acionadas as palavras "discordar", "divergir", "destoar", "dividir opinião", "responder" e assim por diante. Contudo, não seria possível a manifestação destes outros verbos no lugar de "repudiar" se o intuito foi o de erigir um cenário de polêmica e confronto.

Outros verbos introdutórios utilizados para caracterizar o ato da fala das Instâncias estatais foram: "explicar", "avisar", "justificar", "comunicar", "adiantar", "argumentar", "assegurar", "calcular", "prever", "definir", "informar", "endurecer o discurso", "ser enfático", "deixar claro", "afirmar", "ratificar", "rebater", "responsabilizar", "rechaçar", "prometer", "interpretar", "declarar", "antecipar", "condenar", "anunciar", "comprometer-se", "revelar".

Para introduzir as falas dos trabalhadores rurais, por exemplo, parte dos verbos selecionados é classificada como verbos de elocução, que fazem referência ao ato de dizer, por exemplo: "relatar", "afirmar", "dizer", "declarar", "informar", "contar", "comentar".

No entanto, outros aspectos ainda podem ser considerados a partir da identificação dos verbos introdutórios de opinião. Isso porque também foram utilizados, para expressar as vozes dos agricultores e agricultoras, verbos ou expressões verbais que conferem ao discurso e a identidade destes sujeitos o aspecto de ofensividade.

Nesta mesma perspectiva, incluímos as organizações sociais que estiveram, junto com os trabalhadores e trabalhadoras, acompanhando todo o processo para a desapropriação das terras, particularmente a CPT e o MST. Foram utilizadas para introduzir opiniões destas organizações, expressões e verbos, tais como: "ameaçar", "criticar", "questionar", "anunciar", "prometer radicalizar", "avisar", "discursar", "rebater", "disparar", "protestar", "criticar", "reagir", "acusar", como apontam os fragmentos (17), (18) e (19), adiante:

- (17) Em reunião no Incra, Farias e o ouvidor discutiram com o MST, Fetape e Comissão Pastoral da Terra soluções. "Os sem-terra querem as terras. Os dois lados estão irreduzíveis e já começou um processo de acirramento de ânimos", comentou Farias. "A Usina tenta destruir lavoura a lavoura dos trabalhadores e, por isso, não mais cabe negociação, e sim desapropriação de fato. O Estado deve, também, retirar a PM do local", *disparou* o diretor nacional do MST" ("Ambiente fica ainda mais tenso no Engenho Prado", *Folha de Pernambuco*, Recife, 21 mai. 2003, grifo nosso).

- (18) Para um dos coordenadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Plácido Júnior, a justiça perdeu uma “oportunidade ímpar de mostrar sua imparcialidade”. Ele *acusou* os desembargadores de querer jogar os agricultores na marginalidade. [...] “Não vamos sair por nada. É melhor morrer no campo do que ser expulso para a rua e viver na periferia das grandes cidades”, destacou. (“MST resistirá a ação de despejo”, *Jornal do Commercio*, Recife, 30 jul. 2003, grifo nosso).
- (19) “Só fomos atrás, pois eles perseguiram um companheiro nosso. Já havíamos denunciado que o dono da terra, João Santos, emite ordens para os seus capangas perseguirem os trabalhadores. As provas são evidentes. Dois seguranças foram presos. Se eles forem soltos pela polícia, vamos pegar um por um”, *ameaçou* o coordenador da Comissão Pastoral da Terra, Plácido Júnior. (“Sem-terra fazem dois reféns”, *Jornal do Commercio*, Recife, 21 mai. 2003, grifo nosso).

A este último fragmento (19), o sentido de ofensividade é constituído não apenas pelas estratégias discursivas, mas também por estratégias imagéticas acionadas pelo jornal, a partir da publicação da imagem que segue adiante, com a legenda: “ Ousadia Sem-terra capturam seguranças do Engenho Prado, em Tracunhaém, que chegaram a ser agredidos fisicamente. Depois, eles foram entregues aos policiais.” (“Sem-terra fazem dois reféns”, *Jornal do Commercio*, Recife, 21 mai. 2003, grifo do autor).

A matéria narra a captura de um segurança privado da Usina Santa Tereza, pelos trabalhadores rurais, motivada pelas ameaças que vinham sofrendo no local. A imagem que estampa a capa do Jornal apresenta alguns trabalhadores com rostos cobertos e portando objetos de trabalho, comumente associados pelos meios de comunicação como armas. A fotografia reforça o cenário de conflitividade, de "reforma agrária na lei ou na marra", descrito em fragmentos anteriores.

Figura 5 – Foto de capa do Jornal do Commercio, 21 de maio de 2003.



Fonte: Jornal do Commercio, Recife, 21. mai. 2003.

No que diz respeito ao poder privado/latifúndio, o seu discurso foi introduzido, geralmente, por verbos *dicendi* ou, quando não, por verbos ou expressões verbais como “contar outra versão”, “contenta-se em dizer”, “calculou prejuízo”, “denunciar”, “creditar ao governo a responsabilidade”, “acusar”, “anunciar” como mostram os exemplos (20) e (21) seguintes:

- (20) O gerente da Usina, Mário Barros, anunciou que o grupo irá recorrer. “Áreas com famílias acampadas não podem ser vistoriadas. É o que diz a lei. O Incra errou”. (“Incra diz que Engenhos são improdutivos”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 jul. 2003).
- (21) Através da assessoria de Comunicação, a direção do Grupo João Santos afirma que deixou o material no local exato solicitado pelos colonos. Sobre a questão dos processos de reintegração de posse, a empresa está no aguardo do cumprimento judicial. (“Governo diz que vai cumprir a lei”, *Folha de Pernambuco*, Recife, 05 jul. 2003).

Através deste mecanismo sutil, que se passa muitas vezes como algo despretensioso, os meios de comunicação inevitavelmente sinalizam a existência de uma interpretação dos acontecimentos e de interferência na construção de sentido no discurso do Outro. Pois, na medida em que se reproduz o discurso de um determinado sujeito, "procede-se a uma nova

seleção dos termos e a outra seleção sintática que as do autor. Embora esse processo aparente inocência, não impede a possibilidade de distorção ou interferência no discurso relatado” (MARCUSCHI, 1991, p. 75). Nesse sentido, os verbos introdutórios de opinião, “em primeiro lugar, agem diretamente sobre o discurso relatado; em segundo lugar, atuam sobre a compreensão desse discurso; e, em terceiro, podem ser eles próprios o relato da forma como o discurso relatado atuou ou deve atuar”⁷³.

⁷³ Ibidem, p. 83.

CAPÍTULO 3 – O QUE É IMPEDIDO DE SIGNIFICAR NO DISCURSO SOBRE VIOLÊNCIA E LUTA PELA TERRA

3.1 O PODER PRIVADO/LATIFÚNDIO COMO FONTE SECUNDÁRIA

Entre os dias 20 de maio e 31 de dezembro de 2003, os três jornais de circulação diária do estado de Pernambuco e o Jornal de circulação nacional, Folha de S. Paulo, publicaram ao todo 221 matérias sobre a disputa pela terra no Engenho Prado. No decorrer da leitura e análise do *corpus*, registrou-se o aparecimento de cada sujeito envolvido na cobertura midiática, seja sob discurso direto ou indireto. Neste exercício, foi possível observar que a voz das instâncias Estatais/Governo e autarquias federais apareceu 255 vezes; a voz da CPT apareceu 169 vezes; a dos trabalhadores e trabalhadoras rurais apareceu 109 vezes; a voz do Poder Judiciário apareceu 78 vezes; a voz do aparato policial apareceu 71 vezes; a voz do poder privado/latifúndio apareceu 50 vezes; a do MST apareceu 44 vezes; a de entidades de apoio à ocupação apareceram 34 vezes; e, finalmente, a voz da entidade de classe representativa da Usina apareceu 5 vezes, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 6 – Número de inserções por fontes

Número de inserções por fontes		
Fonte	Registro	Total por fonte
Instâncias estatais - poder executivo	255	31,20%
CPT	169	20,70%
Trabalhadores/as rurais	109	13,30%
Poder judiciário	78	9,50%
Polícia	71	8,70%
Poder privado/latifúndio	50	6,10%
MST	44	5,30%
Entidades de apoio à ocupação	34	4,10%
Entidade de classe/Sinaçúcar	5	0,60%

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Cabe ressaltar que o registro feito durante a análise das matérias diz respeito à

quantidade de vezes em que estes sujeitos apareceram, havendo casos em que há mais de uma aparição por matéria. Se levarmos em consideração a quantidade de matéria em que a voz do poder privado/latifúndio esteve presente, então, os dados são: das 84 matérias publicadas no Jornal do Commercio, a voz do poder privado - Usina Santa Tereza/Grupo João Santos - esteve presente em 11; já no Diário de Pernambuco, das 81 matérias, registrou-se o aparecimento da voz do poder privado/latifúndio em 16 delas; no jornal Folha de Pernambuco, foram registradas apenas 2 matérias das 44 elaboradas; e, finalmente, no Jornal Folha de S. Paulo, das 12 matérias elaboradas, também 2 matérias trazem a voz do poder privado/latifúndio. Sendo assim, as matérias em que a voz do poder privado/latifúndio se fez presente foi, no universo de 221, somente 31, que seguem identificadas no quadro abaixo:

Quadro 7 – Matérias com inserções da voz do poder privado e suas classificações temáticas

Matérias com inserções da voz do poder privado	Classificação temática
Folha de Pernambuco	
Operação especial para desocupação de Engenhos	Violência – poder público
Governo diz que vai cumprir a lei	Violência – poder público
Folha de São Paulo	
MST depreda engenho em Pernambuco	Ação dos movimentos sociais rurais
MST invade banco e prefeitura e faz dois reféns	Ação dos movimentos sociais rurais
Diário de Pernambuco	
Força-tarefa chega ao estado	Aspectos legais
Sem-terra enfrenta segurança de Usina	Ação dos movimentos sociais rurais
Sem-terra invadem e depredam engenho	Ação dos movimentos sociais rurais
TJPE deve julgar mérito	Aspectos legais
Incra diz que engenhos são improdutivos	Aspectos legais
Justiça decide hoje sobre reintegração de posse	Aspectos legais
Grupo contesta ação do Incra em engenhos	Aspectos legais
Aumenta tensão no Engenho Prado	Ação dos movimentos sociais rurais
Incra teme confronto	Aspectos legais
Sem-terra recusam proposta para deixar Engenho Prado	Aspectos legais
Acampado vai visitar área	Aspectos legais
Litígio judicial dura mais de 6 anos	Aspectos legais
Sai decreto para desapropriar engenho	Aspectos legais
TJ impõe trégua à área de engenho	Aspectos legais
Grupo rebate informações	Aspectos legais
Grupo impetra recurso no Incra Nacional	Aspectos legais
Jornal do Commercio	
Sem-terra destroem engenho	Ação dos movimentos sociais rurais
Área não pode ser desapropriada	Aspectos legais
Sem-terra fazem dois reféns	Ação dos movimentos sociais rurais
Força tarefa atuará em 12 municípios	Luta pela terra PE
Sem-terra comemoram após a sessão	Aspectos legais
MST resistirá à ação de despejo	Ação dos movimentos sociais rurais
Sem-terra colhem o que restou em roça de engenho	Ação dos movimentos sociais rurais
Superintendente do Incra contesta nota de donos da terra	Aspectos legais
Incra vai insistir em negociar com dono de engenho	Aspectos legais
TRF suspende os atos do Incra no engenho Prado	Aspectos legais
Dono da terras contesta decisão	Aspectos legais

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

Muito poderia ser dito sobre uma possível subrepresentação de um dos principais personagens envolvidos no conflito agrário em questão: o poder privado/latifúndio. Cinquenta inserções de vozes que representam o poder privado seria muito? 31 matérias que apresentam a sua voz seriam insuficientes para garantir uma mínima representatividade do poder privado na cobertura do conflito? Interessaria aos meios de comunicação impressos o acesso de seus leitores/as às opiniões da Usina? Interessaria aos representantes da Usina a aparição midiática nesta conjuntura? Em que momento o poder privado esteve presente na cobertura em questão? Qual o sentido presente em seu discurso, quando este aparece?

A partir da observação feita acerca da cobertura global do *corpus*, é possível afirmar, primeiramente, que a presença da voz do poder privado é consideravelmente pequena, se forem levadas em consideração a quantidade de vezes em que outros sujeitos sociais, tão igualmente envolvidos no conflito, foram ouvidos, a exemplo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que ocuparam as terras do Engenho Prado. O número torna-se ainda mais inexpressivo se for comparado à voz da CPT, que esteve junto aos trabalhadores durante o conflito, e com as instâncias estatais – poder executivo. Das fontes consideradas por esta pesquisa como de importância primária para a compreensão do conflito, a voz da Usina foi a menos ouvida.

Além dos dados apresentados sobre o número de inserções da voz do poder privado/latifúndio no *corpus*, também foi possível verificar que a Usina/ Grupo João Santos esteve presente em um número bastante reduzido de títulos das matérias. Do total de 221 matérias analisadas, as que fazem referência ao Grupo proprietário da Usina em seus títulos foram ao todo somente seis⁷⁴, como mostra o quadro a seguir:

⁷⁴ Observa-se que nem todas as matérias que citam o poder privado /latifúndio em seus títulos apresentam a voz da Usina no corpo do texto, a exemplo de “Superintendente do Incra contesta nota dos donos da Terra”.

Quadro 8 – Matérias cujos títulos citam o poder privado do conflito

Títulos que citam o poder privado
Jornal do Commercio
Superintendente do Incra contesta nota de donos da terra
Incra vai insistir em negociar com dono de engenho
Dono das terras contesta decisão
Diário de Pernambuco
Sem-terra enfrenta segurança de Usina
Grupo contesta ação do Incra em engenhos
Grupo impetra recurso no Incra Nacional
Folha de Pernambuco
-
Folha de São Paulo
-

Fonte: Elaborado pela autora (2015)

De acordo com o quadro 8, nenhum dos quatro jornais analisados fez referência nominal ao Grupo João Santos nos títulos de suas matérias, como já apontado no segundo capítulo desta dissertação. As palavras/expressões “Grupo”, “Usina”, “donos da terra” e “dono do Engenho” serviram para designá-lo sem que houvesse uma exposição do nome do Grupo João Santos estampada nos títulos das matérias. A opção de todos os jornais pela utilização de substantivos comuns para designar o poder privado/latifúndio nos títulos em análise gera uma invisibilização deste sujeito e coloca em segundo plano a importância que este possui nos acontecimentos.

Também é possível observar os verbos que representam as ações protagonizadas pelo Grupo que geraram as matérias dispostas na tabela. Quando o poder privado/latifúndio encontra-se na posição de sujeito ativo nos títulos, os verbos utilizados foram “contestar” e “impetrar”, que remetem a ações realizadas no âmbito jurídico. Nos demais casos destacados na tabela, o poder privado/latifúndio cumpre papel passivo na construção frasal.

Foi também verificado que, durante o processo de classificação do *corpus*, somente uma matéria foi categorizada sob a temática: “Violência – Poder Privado”. Referimo-nos à matéria “Ambiente fica ainda mais tenso no Engenho Prado”, publicada pelo jornal Folha de Pernambuco, no dia 21 de maio de 2003. Um dia após a mobilização na casa grande, o jornal noticiou que o clima de tensão na área havia aumentado porque, segundo denúncia feita por uma trabalhadora rural, os seguranças do proprietário da Usina ameaçaram seu filho. O fato

resultou na captura do segurança pelos trabalhadores rurais, que o entregaram à Polícia. O fragmento (22) narra o acontecimento da seguinte forma:

- (22) O ambiente de tensão entre os trabalhadores sem-terra (MST) que invadiram e incendiaram, na segunda, parte do patrimônio do Engenho Prado, em Tracunhaém, a 64 quilômetros do Recife, e seguranças *daquela propriedade*, ficou pior ontem, às 15h. O fato aconteceu quando uma mulher denunciou que seu filho estava sendo ameaçado *pelos seguranças* em uma propriedade próxima, o Engenho Penedinho. Cerca de 40 trabalhadores rurais dominaram os seguranças e atearam fogo em duas motos. Na confusão, foram ouvidos tiros, mas ninguém ficou ferido. (“Ambiente fica ainda mais tenso no Engenho Prado”, *Folha de Pernambuco*, 21 mai. 2003, grifos nossos).

Ainda que este fragmento finalize com o relato de uma ação de violência dos trabalhadores rurais, a matéria consegue fazer a associação do efeito com a causa das ameaças protagonizadas pelos seguranças da Usina. Por este motivo, a matéria foi prioritariamente inserida na classificação temática de “Violência – poder privado”. Ocorre que, neste caso, não houve inserção da voz do poder privado para tratar sobre o ocorrido, tão pouco o nome do Grupo João Santos ou da Usina Santa Tereza foi citado no momento do relato da ameaça. A opção foi por narrar a tensão entre trabalhadores sem-terra e seguranças “daquela propriedade” ou, mais à frente, somente “pelos seguranças”. Tal ausência do poder privado/latifúndio em acontecimentos que, a princípio, não poderiam passar sem a presença de sua voz é uma das características gerais do *corpus* analisado.

3.2 O SILENCIAMENTO DOS SENTIDOS INDESEJÁVEIS

Algo acontece para que ao poder privado/latifúndio seja dedicado menor espaço nas páginas dos jornais investigados. Há sempre a possibilidade de ingerências do poder econômico dos patrocinadores dos veículos de comunicação e imposições editoriais que frequentemente limitam o processo de elaboração da notícia dos jornais locais, mas que, em certa medida, redimem os jornais que se localizam geograficamente distantes do local do acontecimento. Ocorre que o apagamento da voz do poder privado não se deu somente nos jornais locais, mas também no jornal de circulação nacional. Há, por outro lado, a possibilidade de tal fator ser uma causalidade, um acidente. Por acaso, os quatro jornais

analisados dedicaram pouco espaço à voz do poder privado/latifúndio ao longo da cobertura midiática analisada.

Reconhecemos, por outro lado, que não compete a esta pesquisa dar respostas e aprofundar todas as possíveis hipóteses que dão conta de refletir sobre este assunto, mas que estão além do âmbito da linguagem. Aqui, nos interessa, sobretudo, compreender o aspecto que nos inquieta e desassossega – a escassez da voz do poder privado/latifúndio – sob uma perspectiva ideológica e discursiva, bem como os efeitos e os possíveis deslocamentos de sentidos causados por esse apagamento.

Sendo assim, o questionamento que impulsionou a realização deste capítulo partiu da estranheza causada pela constatação de que o poder privado/latifúndio não se configurou como uma fonte de informação relevante para a cobertura jornalística sobre o conflito, o que acarretou na escassez da sua voz no *corpus* analisado. Tal constatação nos faz compreender que os procedimentos de apagamento que recaem sobre o poder privado/latifúndio não são os mesmos que recaem às minorias que expressam demandas marginalizadas na sociedade.

É certo que a ausência da voz dos trabalhadores rurais sem-terra, ou de quaisquer minorias, não causaria tal estranhamento, uma vez que são portadores de discursos tidos como historicamente silenciados, apagados ou ocultos nos meios de comunicação. Essa averiguação pode ser apontada não só por diversas pesquisas sobre a problemática, mas, particularmente, por nossas percepções cotidianas ao nos depararmos diante de um jornal ou de uma TV, por exemplo. É importante, por isso, destacar que o silenciamento e as interdições que operam sob os discursos se manifestam de distintas maneiras.

A partir dos dados quantitativos levantados, pode-se afirmar que o comportamento dos quatro jornais analisados com relação à voz do poder privado/latifúndio é o mesmo. Este, enquanto fonte de informação, não aparece na cobertura midiática com a frequência que os demais envolvidos no conflito. Como já discutido anteriormente, no capítulo II, inseparáveis ao processo de construção da notícia, são os mecanismos de seleção que definem o que do acontecimento é acontecimento a ser relatado. O discurso jornalístico – bem como os demais discursos que circulam no cotidiano em nossa sociedade – opera, desta forma, elegendo algo do ocorrido que será dito, que estará presente nas folhas impressas do jornal. Ao mesmo tempo, elege também algo a ser excluído, algo que deixará de ser dito. Este processo, no entanto, não se dá de forma aleatória, ao acaso. Esta "relação dito/não dito pode ser

contextualizada historicamente, em particular em relação ao que chamamos de “poder-dizer”⁷⁵.

Entre algumas reflexões apresentadas por estudiosos(as) que se dedicaram a compreender este aspecto dos discursos, dialogaremos com as que são propostas por Eni Orlandi (1993), por considerarmos que elas apresentam aspectos importantes que podem ajudar a compreender as inquietações aqui colocadas.

De acordo com Orlandi (1993), é importante diferenciar as diversas formas de silêncio existentes em nossa sociedade. Para a pesquisadora, existe um silêncio fundador⁷⁶, que não é “a ausência de sons ou de palavras”⁷⁷ e sim a própria condição da produção de sentido e significa em si mesmo; e existe também a política do silêncio, que dispõe de cisões entre o dizer e o não-dizer (Orlandi,1993). Esta última se manifesta sob a forma do silêncio constitutivo: em que todo o dizer cala algum sentido necessariamente; e o silêncio localizado é considerado como a censura. “A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo”⁷⁸.

Em determinados momentos da história, a exemplo da Ditadura Militar, existia uma determinação para interditar e silenciar discursos cujos sentidos seriam indesejados pelo Regime. Existia a censura, que se mostrava como um controle deliberado do que dizer ou não dizer. Existia o poder coercitivo do Estado para garantir o silenciamento de vozes dissonantes ao sistema implementado. A interdição, nesta conjuntura, foi um instrumento que serviu para evitar tipos de associações da Ditadura Militar com mecanismos de repressão e violência contra aqueles ou aquelas que eram contrários/as à sua existência. Servia para dissimular-se a si mesma e dissimular também a assimetria entre o discurso e a prática do Regime. Como conceituou Orlandi⁷⁹, “trata-se da produção do silêncio sob a forma fraca, isto é, é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido”.

A presente pesquisa não se deterá nas nuances deste momento tão marcante e recente da história do Brasil ou mesmo as aprofundará. No entanto, este é um exemplo emblemático que serve a quem pretende aventurar-se nas reflexões sobre o silenciamento nos discursos,

⁷⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Unicamp, 1993. p. 75.

⁷⁶ Diante dos objetivos desta dissertação, não será possível desenvolver uma argumentação mais apurada tal qual a temática do silêncio fundador exige. Por isso, ficaremos, por ora, apenas na citação de tal aspecto do silêncio.

⁷⁷ Ibidem, p. 70.

⁷⁸ Ibidem, p. 75.

⁷⁹ Ibidem, p. 76-77.

pois, a censura é uma experiência histórica de interdição de discursos a fim de que sejam evitadas as circulações de sentidos indesejáveis em uma determinada conjuntura histórica e social. São contextos como este que Orlandi classifica como política do silêncio local. Esta, segundo ela, seria a de mais fácil identificação na relação da política do silêncio. A censura “tal como a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque impede-se que o sujeito ocupe certas posições”⁸⁰. Este silêncio se dá “naquilo que o indivíduo pode dizer, mas não pode dizer, porque há um poder de palavra que impede que seja dito. É o dizível que não pode ser dito. Em uma ditadura, não pode se falar que está numa ditadura” (*ipsis verbis*)⁸¹.

Por isso,

Podemos afirmar que a censura impede a circulação dos sentidos localmente. É o silenciamento, num sentido menos estrutural e mais relativo ao contexto histórico e social. Como afirma Orlandi, a censura é a proibição do formulável. Dado que é uma necessidade da estrutura da linguagem, a existência do silêncio, o dizer proibido, censurado, é uma manifestação cultural do silenciamento. (TFOUNI, 2008, p. 364).

Já o silêncio constitutivo é aquele que, de fato, interessa para compreender o fenômeno identificado no *corpus* desta pesquisa. É aquele no qual nos apoiaremos para dialogar e refletir sobre o apagamento do poder privado/latifúndio em uma conjuntura de violência e conflito agrário localizado em uma região marcada pela hegemonia do latifúndio canavieiro. Segundo Eni Orlandi, não podemos falar de todas as perspectivas, pois sempre que falamos algo, deixamos de falar outras coisas. No exercício da fala, “sempre sobrar algo que deixa de ser dito ao dizer” (*ipsis verbis*)⁸².

Segundo a pesquisadora,

Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma outra região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer. (ORLANDI, 1993, P. 75 - 76).

⁸⁰ Ibidem, p. 107.

⁸¹ Trecho da Conferência intitulada “Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio”, com Eni Orlandi, realizada pelo PPGICS em 19/08/2014.

⁸² Idem.

De acordo com a pesquisadora, o silêncio constitutivo se explicaria pelo fato de que, ao dizermos algo, construímos determinados sentidos e, ao mesmo tempo, excluímos, inevitavelmente, outros sentidos indesejáveis em uma situação discursiva dada. Esta operação discursiva, todavia, não se dá sob um processo que depende exclusivamente do indivíduo e tampouco de forma aleatória, ao acaso. Esta relação dito/não dito pode ser verificada e contextualizada social-cultural e historicamente. Por isso, é fundamental não apenas compreender aquilo que grita, que está na superfície do texto, mas também aquilo que cala, pois o não-dito explicita, tal como o dito, movimentos e práticas de poder em exercício nos discursos do cotidiano e no fazer jornalístico. Assim, “todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”. (ORLANDI, 1993, p. 12).

A realização desta pesquisa faz enxergar que as possibilidades e os mecanismos de silenciamento não atuam somente em uma voz dissonante de uma ordem vigente. Os movimentos aqui identificados apresentam-se justamente de forma inversa. Por isso, reafirmamos que, em face de sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto como "parte retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)" (ORLANDI, 1993, p. 31). É sobre isso que confessa o *corpus* desta pesquisa. Ao considerar o poder privado/latifúndio como fonte de informação desimportante em um conflito fundiário, os meios de comunicação deixam de recorrer a este para tratar sobre sua versão dos fatos. Aos poucos, o sentido acerca de um conflito fundiário deixa de ter como elemento central aquilo que justamente motiva a sua existência: a concentração de terras e o próprio latifúndio.

Tal observação aponta estratégias em que o apagamento da voz do poder privado/latifúndio não implica necessariamente a anulação ou certa deslegitimação deste. Trata-se do contrário: de um artifício para que ele, ao ser poupado em determinadas conjunturas, possa permanecer sem máculas, sem sofrer ameaças ao seu *status* e sem que haja a associação entre a sua existência e estados de injustiça social e conflito. Desta forma, a inexpressiva aparição do poder privado/latifúndio nos jornais em questão está associada a este elemento indispensável à constituição dos discursos e constituição dos sentidos. Ao dizer alguma coisa, precisamente deixamos de dizer outras. Assim, apagam-se sentidos que seriam possíveis de circularem, mas que são indesejáveis em um determinado contexto discursivo. Estabelecem-se, em uma formação discursiva, os limites do dizer.

Por isso, o mecanismo de apagamento que opera na voz do poder privado/latifúndio não é da ordem da censura. Trata-se de um silêncio constitutivo que interdita a emergência de

sentidos indesejáveis. Neste caso, tal silenciamento funciona de maneira inversa aos processos de repetição e são impedidos de inscreverem-se na memória do acontecimento. Esse é um dos aspectos predominantes, deparados pela pesquisa, sobre a cobertura jornalística e sua relação discursiva com o poder privado/latifúndio em contexto de conflito. A pouca aparição do poder privado/latifúndio, na cobertura midiática em que o contexto é o do conflito social, acaba por gerar um efeito de sentido que oculte ou que ao menos estabeleça uma dissociação entre ele e as motivações do conflito e da luta pela terra. Como aponta Orlandi (1993, p. 108),

Há sentidos que não nos são proibidos por uma autoridade de palavra mas que, por processos complexos de nossa relação ao dizível e que tocam diretamente ao como se significa a história, nós não chegamos a formular e nem mesmo a reconhecer (processo ideológico, do nível do esquecimento número 1 em Pêcheux) (...)E diria mesmo que é mais fácil responder à autoridade visível que a autoridade que não diz seu nome (do nível da constituição, do irrepresentável) e que se forma nos limiares mais complexos de nossa relação ao dizível. (ORLANDI, 1993,p. 108).

A verificação da desimportância dada ao poder privado/latifúndio na cobertura do conflito agrário aponta a presença de uma homologia entre os discursos circulantes e a naturalização de determinados contextos sociais. Significa reconhecer a existência de uma conexão histórica e dialética desses discursos com as estruturas materiais e simbólicas da sociedade. Tal aspecto observável no *corpus* da pesquisa pode revelar, desde cedo, um poder que este possui de não mostrar-se em determinadas circunstâncias. Não mostrar-se em um contexto de conflito fundiário, violência e disputa pela terra acaba por desvinculá-lo do acontecimento relatado. Ainda que existam dois lados em combate, evita-se expor o poder privado/latifúndio e associá-lo às contradições impulsionadas pela sua existência.

Deste modo, a inscrição dos sentidos, dos seus silenciamentos e das possibilidades de deslocamentos envolve-se com a noção de ideologia, pensada aqui como o imaginário que relaciona o ser humano com suas condições de existência:

A ideologia afeta a todos indistintamente e a importância de trabalhos teóricos e analíticos de desnaturalizar os sentidos implica refletir sobre os movimentos das filiações históricas dos processos discursivos de substituições, paráfrases e sinônimas e compreender que os processos discursivos não caminham acumulativamente em linha reta e sim em uma pluralidade de filiações compostas por diferentes significações que se articulam por contradição, adesão, silenciamento etc. (MARIANI, 2007, p. 206).

O ocultamento de um sentido negativo sobre o sujeito social em questão é edificado a partir das relações sociais historicamente instauradas e que por sua vez, atualizam e são atualizadas, dialeticamente, pelos discursos postos em circulação. No *corpus* analisado, a teia discursiva vai sendo tecida, palavra por palavra, e nela, emerge o sujeito coletivo sem-terra, associando-se diretamente à violência e ao contexto de disputa pela terra. Também palavra por palavra, o discurso cotidiano dos meios de comunicação o vincula a um contexto de conflito cujas motivações, concentração de terra e de riqueza, há muito são interditadas, impedidas de circular, pois, ao que parece, estabilizaram-se como verdades invioláveis.

Isso posto, o apagamento do poder privado/latifúndio no discurso jornalístico apresenta uma reflexão sobre a dimensão do poder que este detém, a ponto de, em seu benefício, ser poupado do circuito discursivo analisado. É certo que esta pesquisa não resolve ou responde ao questionamento de maneira mais ampla. No entanto, tal averiguação não se trata de uma relação específica ou de uma situação conjuntural que envolveu o proprietário da Terra – o Grupo João Santos – e um jornal específico. As coberturas dos quatro jornais analisados tiveram como característica esta ausência, seja no aspecto quantitativo de inserções do discurso do poder privado nas matérias, seja nas temáticas abordadas sobre o conflito, seja evitando expor seu nome próprio nas capas dos jornais. Assim, abre-se o caminho para que as estruturas sociais consolidadas historicamente não sejam associadas a contradições que possam significar e desestabilizar seu *status* e seus sentidos.

3.3 DISPENSABILIDADE AMPARADA NO DISCURSO DA LEGALIDADE

O apagamento do poder privado/latifúndio na cobertura midiática oculta e interdita a circulação de determinados sentidos indesejáveis. No entanto, foi verificado no *corpus* analisado que tal operação de ocultamento e interdição se completa a partir de uma reorientação discursiva. Aí reside outro aspecto predominante que foi identificado sobre a cobertura jornalística em sua relação discursiva com o poder privado/latifúndio em contexto de conflito. Nas poucas vezes em que esteve presente na cobertura midiática, o conteúdo argumentativo utilizado pela Usina, e selecionado pelos Jornais para compor nas matérias, indica uma associação ao discurso do direito, da justiça e de medidas condenatórias contra os trabalhadores rurais. O elemento central de tal argumentação funda-se na propriedade privada

como um princípio inviolável, absoluto e inatingível. Na medida mesmo em que é posto em circulação o discurso vinculado à justiça, é constituído o *ethos* discursivo do poder privado/latifúndio nas matérias dos jornais.

Diante de tal observação, faz-se necessário introduzir no texto alguns exemplos extraídos do *corpus* para reconhecer a (des)estabilização dos sentidos contidos na voz do poder privado. Isso porque, ainda que tenha sido identificado apagamento do poder privado/latifúndio na cobertura em questão, ele não desaparece por completo. Embora esta afirmação que acaba de ser feita possa inicialmente parecer incoerente, ela é possível e até inevitável, pois a compreensão sobre o seu papel no regime discursivo nos dá pistas para compreender porque o seu apagamento pode ser materializado. Seguem adiante alguns fragmentos de matérias analisadas:

- (23) O gerente geral da Usina afirmou que as 104 lavouras destruídas foram negociadas e devidamente indenizadas. “Não vamos entrar em conflito. As medidas judiciais já foram tomadas”, informou. (“Sem-terra destroem Engenho”, *Jornal do Commercio*, Recife, 20 mai. 2003).
- (24) “Juntamos nosso pessoal da região e queimamos as máquinas antes que elas passassem por cima de tudo”, afirmou o líder do MST. “Foi um ato de autodefesa”, declarou. Para Amorim, o fogo na casa e galpões foi “consequência dessa revolta”. O gerente geral da Usina Santa Tereza, José Mário Santos, que detém o controle do Engenho Prado, negou a acusação de Amorim e afirmou que não responderia às ‘provocações’ do MST. “Não vamos entrar em conflito, porque isso só interessa a eles”, declarou. (“MST depreda Engenho em Pernambuco”, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 mai. 2003).
- (25) O gerente geral da Usina Santa Tereza, José Mário Barros, que administra o Prado e outros quatro engenhos do grupo na região da Zona da Mata, creditou ao governo estadual a responsabilidade sobre um possível conflito. “Isso é um assunto para a Polícia Militar, que está sob o controle do Estado”. [...]. “A lei tem que ser respeitada e nós não vamos fugir disso”, informou. (“Aumenta tensão no Engenho Prado”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 jul. 2003)

A partir desta construção do discurso de apelo à justiça, evita-se a contradição inerente ao *modus operandi* do latifúndio canavieiro. O efeito de sentido causado é que o seu apagamento, além de dissociá-lo de um comportamento ativo no conflito em questão, está amparado no discurso da legalidade. As denúncias de que a Usina estaria cometendo atos de violência contra os trabalhadores rurais dispersam-se ao longo do *corpus*. Não emerge, no discurso jornalístico, a necessidade de que as ações da Usina contra os trabalhadores rurais sejam noticiadas, comentadas ou publicadas nas matérias como foi o caso das ações dos trabalhadores contra a Usina. Em seu lugar, assume o discurso da justiça.

Verifica-se que, nesta perspectiva, o efeito de sentido presente é o de que não cabe ao poder privado/latifúndio comentar os acontecimentos, cabe à justiça falar em seu nome, defendê-lo. Assim, sua voz não é constantemente colocada em circulação no discurso porque as formas jurídicas, que possuem historicamente o *status* de verdade, e as organizações do Estado responsáveis por operá-las, já ocupam este lugar. Cabe ressaltar que o apelo à justiça poderia ser feito pelos dois sujeitos envolvidos no conflito; contudo, o sentido de ligação com a justiça se materializou no discurso do poder privado/latifúndio, não se materializando no discurso relatado dos trabalhadores rurais sem-terra.

Tal aspecto pode ser associado ao que Foucault afirmou sobre os processos de constituição de verdades, quando se dedicou à análise das formas jurídicas que, em determinado momento da história, segundo o autor, passaram a atuar como mecanismo de estatização dos grupos de controle. Foucault identifica que a constituição destas formas jurídicas (e o controle moral que elas representam):

Vai ser exercido pelas classes mais altas, pelos detentores do poder, pelo próprio poder sobre as camadas mais baixas, mais pobres, as camadas populares. Ele se torna assim um instrumento de poder das classes ricas sobre as classes pobres, das classes que exploram sobre as classes exploradas, o que confere uma nova polaridade política e social a essas instâncias de controle. (FOUCAULT, 2001, p.22).

Sob tal horizonte, identificamos a relação discursiva entre a voz do poder privado/latifúndio, das formas jurídicas e, por conseguinte, do próprio aparato do Estado. Esta relação expressa arranjos complexos de poder que envolvem a estabilização de discursos legitimadores dos aparatos de segurança do Estado em benefício do poder privado/latifúndio. O apelo ao discurso da justiça sob outra perspectiva – a da democratização das terras – não ganha corpo. Ganham corpo, neste sistema, as formas legitimadoras de controle e exercício do poder a partir do domínio dos discursos que dão sustentação e legitimidade a tais

instituições e atualizam sentidos historicamente consolidados com efeitos de verdade.

O exercício do controle e do poder são praticados na medida em que determinada instituição se insere nas situações discursivas dadas historicamente, quando possui a possibilidade de significar-se e mostrar-se no seu tempo. Mas o inverso também pode funcionar: em determinados contextos, é preciso estar fora de circulação para manter em exercício o seu poder e o seu controle e, assim, permitir a sua reprodução e viabilidade história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre os modos como emergem os discursos da violência e da luta pela terra nos meios de comunicação chega, aqui, em sua etapa final: apontar as considerações finais, o desenlace dos traços peculiares do discurso midiático sobre tal assunto. Em verdade, trata-se de uma “etapa final” que reconhecemos saber, com alívio, não ser o fim. Esperamos que, a partir daqui, sejam lançadas possibilidades de diálogos com outras análises e que, através de um processo dialético, possam somar compreensões e também questionamentos sobre os modos como funcionam e se movimentam os sentidos sobre a violência e a luta pela terra nos discursos.

Assim, o objetivo deste trabalho foi, através dos estudos e análises dos discursos presentes nos meios de comunicação sobre o conflito de trabalhadores rurais sem-terra contra o secular monocultivo açucareiro na Zona da Mata de Pernambuco, estimular ou contribuir humildemente com o debate sobre as relações entre discurso e poder na sociedade em que estamos inseridas/os.

Ao todo, foram analisadas 221 matérias jornalísticas sobre o conflito no Engenho Prado, publicadas pelos três jornais de circulação diária do estado, além do jornal de circulação nacional, Folha de S. Paulo. A partir de uma necessária contextualização sócio-histórica, contida no primeiro capítulo desta pesquisa, buscou-se situar o leitor e leitora no universo sob o qual estão inseridos os discursos analisados, a fim de que fosse possível encontrar e estabelecer a articulação entre contexto e discurso.

Após esta etapa, a utilização dos princípios da análise do discurso adotados nesta dissertação foi substancial para que fosse possível enxergar os mecanismos sob os quais se constituem e se movimentam os sentidos nos discursos. O intuito não era estabelecer parâmetros comparativos entre um jornal ou outro acerca da cobertura midiática em questão. Ao contrário: buscou-se enxergar o *corpus* em sua dimensão mais geral, mais ampla, para que fosse possível avistar aspectos que estão para além de demandas editoriais específicas de cada veículo de comunicação. Aspectos estes que poderiam nos dizer sobre um sentido presente na superfície dos discursos cotidianos nos meios de comunicação sobre a temática abordada.

Assim, operamos a análise em busca de identificarmos os modos de narração sobre os acontecimentos, as formas linguísticas utilizadas para expressar ou mascarar relações de poder estabelecidas entre os sujeitos envolvidos no conflito, os espaços que eram ocupados por cada um dos personagens da história, as formas de apresentação e introdução de seus discursos, as formas como eram designados cada um dos indivíduos presentes na cobertura jornalística dos quatro meios de comunicação analisados.

O diálogo entre o aporte teórico utilizado e o *corpus* analisado fez com que fossem verificados os aspectos que resumidamente apontaremos aqui. Logo no início da pesquisa, como quem dá pistas para decifrar um enigma, a orientadora aconselhou que a pesquisadora se deixasse surpreender pelo *corpus*, que deixasse que ele se confessasse ou dissesse o que tinha a dizer. Assim, a análise dos textos deveria partir de uma posição desprendida, sem expectativas ou ideias pré-concebidas. A análise do *corpus*, sob esta perspectiva, permitiu logo nos primeiros momentos, que fossem visualizados elementos indicadores do discurso que nos levou a identificarmos uma característica que estava fora das hipóteses inicialmente levantadas.

Até então, não esperávamos que a voz do poder privado fosse aquela a quem os meios de comunicação deixassem de recorrer para pedir sua versão dos acontecimentos. Os dados levantados na pesquisa afirmam que o poder privado correspondeu somente a 6,1% dos registros de inserção de vozes em todo o *corpus* analisado. A sua entidade de classe, o Sindaúcar, correspondeu somente a 0,6% dos registros de vozes no total das 221 matérias analisadas. Tal constatação nos causou estranheza, uma vez que recai sobre o lado oposto ao poder privado, neste caso, os trabalhadores rurais sem-terra, o histórico silenciamento na esfera pública.

A partir da análise dos quatro jornais impressos, foi possível constatar que tal apagamento não dizia respeito a um ou a outro jornal, que não era uma especificidade editorial de um ou outro veículo de comunicação. Com a análise, foi possível mapear o traço comum entre os quatro jornais em torno do discurso sobre violência e luta pela terra e sobre o comportamento acerca da voz do poder privado.

Um discurso que põe em circulação determinado sentido requer inexoravelmente que outros sejam apagados. Alguma coisa precisa estar fora para não ser significada, enquanto outras entram em circulação. Ambos, o que grita e o que cala, integram a sutil e cotidiana teia através da qual os mecanismos e o exercício de poder são atualizados. Tal observação nos fez revisitar um pensamento de Foucault que esteve presente no início de nossas reflexões,

impulsionando-as e estimulando a busca por novas revelações sobre a relação discurso e poder. Segundo o filósofo,

O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas, no entanto, os interditos que o atingem revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e o poder. E com isso não há com que admirarmo-nos: uma vez que o discurso – a psicanálise – mostrou-o, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objecto do desejo; e porque – e isso a história desde sempre o ensinou – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos. (FOUCAULT, 2006, p. 2).

O resultado da pesquisa nos impôs, então, o exercício de olhar sob outra perspectiva para aquilo que até então entendíamos sobre a busca por um assenhoreamento dos discursos. As relações entre discurso e poder não estão somente vigentes naquilo que pode ser visto, dito ou ouvido. Não estão somente presentes na capacidade que uma determinada voz tem de ver repercutido aquilo que diz. A pesquisa dialoga com o inverso: o apagamento de uma determinada voz social também se apresenta como uma forma de assenhoreamento do discurso.

Se houve um momento em que o discurso midiático seguiu na direção de explicitar a voz de um determinado sujeito para legitimá-lo, não é o caso desta pesquisa. Não podemos dizer que houve legitimação do discurso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, mesmo que estes tenham emergido com mais frequência que a voz do poder privado, porque, diante das análises realizadas, eles foram contrastados com o discurso do direito e da justiça e com o discurso da competência do Estado. Podemos afirmar, por outro lado, que, nas coberturas analisadas, o sentido de violência foi vinculado à identidade destes sujeitos coletivos e à luta pela efetivação de seus direitos.

Chega-se em um tempo em que o mais conveniente é estar fora dos discursos que circulam cotidianamente. A partir do certo apagamento do poder privado escapam-se os sentidos indesejáveis que estabeleçam conexões entre a empresa e a pauta da violência e do conflito fundiário. Assim, quanto menos em vista, quanto menos aparição neste contexto de violência e disputa pela terra, melhor será não estar ao alcance dos olhos do leitor. O silenciamento da voz do poder privado configurou-se, então, a nosso ver, como uma ferramenta disponível para manutenção de um determinado poder que este dispõe sobre a ordem das coisas. Assim, para alguns sujeitos ou para determinadas condições sociais, está na

possibilidade do apagamento, e não na possibilidade de aparição, a sua manutenção e viabilidade histórica, a sua possibilidade de permanência e de naturalização.

O silenciamento histórico ao qual os povos empobrecidos estão vinculados não é da mesma ordem do silenciamento do poder privado/latifúndio. Ambas as formas de silenciamento, ao certo, possuem o elemento do controle do discurso e do controle da circulação de sentidos como exercício de poder. No entanto, cada uma aponta para motivações que podem ser diametralmente opostas. Se, de um lado, o apagamento do discurso de um determinado grupo social é uma das primeiras medidas tomadas no caminho para a descaracterização e deslegitimação de sua identidade e existência, do outro lado, o apagamento também pode ser da ordem inversa: um dos primeiros passos para a manutenção de um determinado *status quo*.

O mecanismo de não significar sentidos indesejáveis se completa a partir de outra estratégia discursiva: a reorientação dos discursos. Ainda que tenhamos identificado o certo apagamento do poder privado na cobertura midiática, ele não desaparece por completo. Os poucos momentos em que esteve presente nas páginas dos jornais nos indicam em que a sua ausência se ampara. A Usina emerge na cobertura jornalística a partir da constituição de um discurso do fazer justiça e do apelo à legalidade. Não se apresentam como necessárias à elaboração da notícia as declarações que tratem diretamente dos atos de violência protagonizados pelo poder privado/latifúndio. Tal mecanismo sugere desativar as relações de causa e efeito dos conflitos sociais e os insere em uma perspectiva de desvio às normas, às leis e de excepcionalidade humana.

Com isso, conectamos os discursos do poder privado ao discurso competente do direito e da justiça que, por sua vez, é resguardado pelo aparato do Estado. Nesse movimento, os meios de comunicação posicionam-se na trincheira localizada ao lado destas instituições, pois atualiza o sentido de naturalização das desigualdades na medida em que somente insere o discurso do poder privado em uma perspectiva de apego às normas estabelecidas.

As considerações desta dissertação, por tanto, sugerem que sejam estabelecidas cada vez mais reflexões que atentem para as nuances que estão fora do circuito discursivo. Isso implica reconhecer que há sentidos dormentes, há vozes fora do circuito discursivo e que precisam ser postas em questionamento para que corram o risco de significar o que em realidade significam. Não se trata aqui somente de propor a reflexão acerca dos sentidos que são apagados porque põem em xeque as contradições sociais e o *status quo*. Ao contrário, tratamos daqueles sentidos que deixam de entrar em circulação para que ele mesmo possa

permanecer intocado, tabu do objeto (FOUCAULT, 2006), como algo que não deve ser despertado.

Percorrer os caminhos da análise dos discursos e compreender quais sentidos da violência e da luta pela terra são cotidianamente apagados, atualizados ou ressignificados, é agora responder uma inquietante indagação: como se posicionar diante de tais processos investigados? A ressignificação dos sentidos sobre conflitos sociais, de maneira geral, e sobre a luta pela terra, em particular, precisa ser possível e visível, não somente pela experiência de transformação que estes processos provocam irremediavelmente nos homens e mulheres envolvidos diretamente no conflito, mas também para a sociedade que pode, a partir dele, enxergar o afloramento das contradições sociais. Colocar em circulação os sentidos historicamente dormentes ou ocultos contribui para o questionamento e desvelamento dos males, das contradições e das injustiças sociais do país: significa enxergar a realidade de desigualdades estruturais sob a qual estão semeados tantos outros “Prados”.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

AMÂNCIO, Cristiane Oliveira da Graça. O Sabor Agridoce da Reforma Agrária em Pernambuco: Refletindo Sobre a Experiência de Chico Mendes II e Nova Canaã em Tracunhaém, PE. Tese de Doutorado em Ciências do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/ePVZyY>>. Acesso em: 01 jul. 2009. Acesso em: 28.nov.2014.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3 ed. (Revista e Atualizada). São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, Manoel Correia de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: FJN. Ed. Massangana, 1989. 114 p. (República, v.1)

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneité montrée et heterogeneité constitutive: elements pour une approche de l'autre dans Le discours. DRLAV – **Revue de Linguistique**, 26, 1982, p. 91-151.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade enunciativa. **Cadernos de estudos linguísticos**, 19. Campinas: IEL, 1990.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, VN. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 10 ed. São Paulo: Hucitec/Anna Blume. 2002 [1979].

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas-SP: Unicamp, 2004.

CALDAR, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **O Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. Cortez, 1990.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2003** (Organização: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2004.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2011** (Organização: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2012** (Organização: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2013.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2013** (Organização: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2014.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2014** (Organização: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2015.

CPT NE II. **A re-volta dos camponeses e camponesas: A luta e a conquista da terra pelos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra no Engenho Prado 1997 – 2005**. Comissão Pastoral da Terra. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2007.

ELIAS, Robert. **A Culture of Violent Solutions**. The Web of Violence, Urbana & Chicago. University of Illinois Press, 1997, p.133.

FETAPE. **Diretrizes socioprodutivas para a região da zona da mata de Pernambuco**. Pernambuco, Agosto: 2013.

FERREIRA, Lucia M.A. **Uma memória da normatização da conduta feminina na imprensa**. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e _____. (orgs.) **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. p. 57-70. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007.

FIORIN, J.L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2008.

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo feminino no contexto da dominação**. Recife: Massangana, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo

Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 25 ed., 1987.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese de Doutorado em Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>. Acesso em: 19 dez.2014.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

INCRA. **II Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco**, 2004.

JULIÃO, Francisco. **Cambão: A Face oculta do Brasil**. Recife: Editora Bagaço, 2009.

MOURA, Severino. **Senhores de engenho e usineiros, a nobreza de Pernambuco**. Recife: Fiam, CEHM, Sindaúcar, 1998. 320 p. (Tempo municipal, 17).

MAINGUENEAU, Dominique. **Elementos de lingüística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **A propósito do ethos**. In: MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A ação dos verbos introdutórios de opinião**. INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo, ano XIV, n. 64, p. 74-92, 1991.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 146-168

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinitivo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARIANI, Bethânia. Imprensa, produção de sentidos e ética. In **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Ribeiro, Ana P G; Ferreira, Lucia M A. Mauad X, 2007.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a Imprensa: os Comunistas no Imaginário dos Jornais 1922-1989**. Campinas: SP. Unicamp, 1998.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. e-ISSN 2176-2767; ISSN 0102-4442, 2004, 29.02.

MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MORAIS, Clodomir Santos de. **Historia das ligas Camponesas do Brasil**. Brasília, DF: Iattermund, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Unicamp, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Leitura**. Campinas: UNICAMP, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8.ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2012, p. 240.

SERVOLO DE MEDEIROS, L. Sem Terra, Assentados, Agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. **Una nueva ruralidad en América latina**, 2001, p.103-128.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol. II, Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teoria do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis. Insular, 2005.

SILVA JUNIOR, José Plácido da. **“Ilhados” pela cana, “suspensos” pela usina, “assituados” pela vida: des-territorialização e resistência de uma comunidade de pescadores artesanais no estuário do rio Sirinhaém, Sirinhaém-PE**. Dissertação de Mestrado em Geografia da UFPE. Recife, 2011.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó, SC: Argos, 2002.

SIGAUD, Lygia et al. A forma acampamento. **Novos Estudos** n° 58. São Paulo: CEBRAP. p. 73-92. Nov., 2000.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani. **O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem.** Linguagem em (Dis) curso, v. 8, n. 2, p. 353-371, 2008.

APÊNDICE A – Lista das matérias analisadas

1) Jornal Diario de Pernambuco

Título	Editoria	Classificação temática
Maio		
Sem-terra invadem e depredam engenho	Vida Urbana	Ação dos Movimentos sociais Rurais
Polícia já instaurou inquérito	Vida Urbana	Ação dos Movimentos sociais rurais
Força-tarefa chega ao estado	Vida Urbana	Aspectos legais
Sem-terra enfrenta segurança de Usina	Vida Urbana	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Veículo oficial detido durante operação	Vida Urbana	Violência – Poder Público
PM faz bloqueio e assusta sem-terra	Vida Urbana	Violência – Poder Público
Incra faz levantamento agrário	Vida Urbana	Aspectos legais
Pernambuco lidera em conflitos rurais	Vida Urbana	Luta pela Terra PE
Junho		
Audiência discute conflitos	Vida Urbana	Luta pela Terra PE
Relator da ONU avalia quadro	Vida Urbana	Luta pela Terra PE
MST ameaça fazer novas ocupações* ⁸³	Vida Urbana	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
TRF mantém vistoria em engenho	Vida Urbana	Aspectos legais
Sem-terra dão ultimato para Incra	Vida Urbana	Ação dos Movimentos sociais rurais
Julho		
PM retira sem-terra de três áreas ocupadas	Vida Urbana	Violência – Poder Público
Incra evita despejo	Vida Urbana	Violência – Poder Público
Dorany: Governo do estado cumpre a lei	Vida Urbana	Violência – Poder Público
Juiz manda parar reocupação de engenho	Vida Urbana	Aspectos legais
Ouvidor do Incra quer retorno dos sem-terra	A12	Aspectos legais
Ministros têm opiniões contrárias	Brasil	Violência – Poder Público
Denúncia é entregue ao MP e Governo	Vida Urbana	Violência – Poder Público
Tribunal de Justiça decide impasse em engenho	Vida Urbana	Aspectos legais
TJ impõe trégua à área de engenho	Vida Urbana	Aspectos legais
Estado descarta indenizações	Vida Urbana	Violência – Poder Público
Tenente pede para deixar comando	Vida Urbana	Violência – Poder Público
Mutirão reconstrói acampamento da CPT	A6	Ação dos Movimentos sociais rurais
Situação veio à tona em maio	A6	Aspectos legais
TJPE deve julgar mérito	A6	Aspectos legais
Incra diz que engenhos são improdutivos	Vida Urbana	Aspectos legais
Justiça decide hoje sobre reintegração de posse	Vida Urbana	Aspectos legais
Denúncias à ONU e à OEA	Vida Urbana	Violência – Poder Público
Grupo contesta ação do Incra em engenhos	Vida Urbana	Aspectos legais
Aumenta tensão no Engenho Prado	Vida Urbana	Ação dos movimentos sociais rurais
Governo discute assunto em reunião	Vida Urbana	Aspectos legais

⁸³ A utilização do símbolo * serve para representar os títulos que foram capa dos jornais.

Sem-terra devem deixar Engenho Prado	Vida Urbana	Aspectos legais
Incra teme confronto	Vida Urbana	Aspectos legais
Agosto		
Estado media acordo no Engenho Prado	Vida Urbana	Aspectos legais
Sem-terra recusam proposta para deixar Engenho Prado	Vida Urbana	Aspectos legais
Sem-terra aceitam acordo	Vida Urbana	Aspectos legais
Sem-terra do Engenho Prado admite que pode negociar	Vida Urbana	Aspectos legais
Índio apoia acampados em Engenho	Vida Urbana	Ação Movimentos sociais rurais
Estado oferece terreno	Vida Urbana	Aspectos legais
Setembro		
Fracassa nova tentativa de acordo sobre Engenho	Vida Urbana	Aspectos legais
Acampado vai visitar área	Vida Urbana	Aspectos legais
Outubro		
Governo pode cumprir ordem de reintegração	Vida Urbana	Violência – Poder Público
Pouca chance de reviravolta	Vida Urbana	Aspectos legais
Revolta entre os sem-terra	Vida Urbana	Ação dos movimentos sociais rurais
Acampado pode ser despejado de Engenho	Vida Urbana	Violência – Poder Público
Estado vistoria áreas para abrigar sem-terra	Vida Urbana	Aspectos legais
Promotora quer suspender reintegração	Vida Urbana	Aspectos legais
Polêmica se arrasta há cerca de seis anos	A7	Aspectos legais
Desocupação tem contagem regressiva	A7	Aspectos legais
Ações pedem agilidade	Vida Urbana	Aspectos legais
Técnicos da Funasa detidos no Prado	Vida Urbana	Ação dos movimentos sociais rurais
Grupo rebate informações	Vida Urbana	Aspectos legais (Usina)
Governo acatará decisão judicial	Vida Urbana	Aspectos legais
Ouvidor anuncia desapropriação	Vida Urbana	Aspectos legais
Promotor fará apreciações	Vida Urbana	Aspectos legais
Estado deve acatar ordem	Vida Urbana	Aspectos legais
TJPE mantém reintegração de engenho	Vida Urbana	Aspectos legais
Ouvidor não consegue suspender despejo	Vida Urbana	Aspectos legais
Agricultores querem conhecer nova área	A10	Aspectos legais
Promotor recebe ofício da PM	Vida Urbana	Aspectos legais
Grupo impetra recurso no Incra Nacional	Vida Urbana	Aspectos legais
Engenho Prado será desocupado hoje *	A11	Violência – Poder Público
Novembro		
PM desocupa Engenho Prado *	A14	Violência – Poder Público
Operação teve início às 4h	A14	Violência – Poder Público
Ficar na PE-41 é nova polêmica	A14	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Incra tenta desapropriação	A14	Aspectos legais
Litigio judicial dura mais de 6 anos	A14	Aspectos legais
Relatório aponta irregularidades	A14	Violência – Poder Público
Famílias armam barracos em rodovia	A14	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Continua tenso clima no Engenho Prado	A9	Violência – Poder público
PM mantém efetivo nas proximidades do Prado	Vida Urbana	Violência – Poder Público
Ouvidoria faz visita a acampados	Vida Urbana	Violência – Poder Público
PM vai reforçar segurança de sem-terra	Vida Urbana	Outros
TRF susta processo de desapropriação	A14	Aspectos legais

Mantida liminar contra sem-terra	A11	Aspectos legais
Incrá vai comprar terras para assentar famílias	Vida Urbana	Aspectos legais
CPT pressiona por desapropriação	A15	Aspectos legais
Sai decreto para desapropriar engenho	Vida Urbana	Aspectos legais

2) Jornal do Commercio

Título	Editoria	Tipologia
Maio		
Selvageria no campo*	Capa	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Sem-terra destroem engenho	Cidades	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Ouvidor nacional do Incra visita hoje área destruída por agricultores	Cidades	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Área não pode ser desapropriada	Cidades	Aspectos legais
Sem-terra fazem reféns em engenho	Capa	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Sem-terra fazem dois reféns	Cidades	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
PM coíbe novas ações de sem-terra	Cidades	Violência – Poder Público
Pedido de mandados de busca e apreensão para 6 acampamentos	Cidades	Violência – Poder Público
Após conflito, sem-terra voltam a cuidar da lavoura	Cidades	Ação dos Movimentos sociais rurais
Junho		
Falta de estrutura emperra órgão	Cidades	Luta pela Terra em PE
Sem-terra dão ultimato ao Incra	Cidades	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Estado é líder em área de conflito no campo	Cidades	Luta pela Terra em PE
Situação da Mata Norte pode se agravar se não houver desapropriações	Cidades	Luta pela Terra em PE
MST vai dividir terra na marra	Cidades	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
TRF libera vistoria para os 5 engenhos	Cidades	Aspectos legais
Julho		
Força tarefa atuará em 12 municípios	Cidades	Luta pela terra PE
Justiça expulsa MST e depois volta atrás	Capa	Violência – Poder Público
TJ beneficia sem-terra despejados	Cidades	Aspectos legais
Incra alerta para novo conflito	Cidades	Outros
Ouvidor não perdoa ação em Tracunhaém*	Capa	Violência – Poder Público
Ouvidor diz que ação foi ilegal	Cidades	Violência – Poder Público
Sem-terra voltam à área sob tensão	Cidades	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Ouvidor pedirá indenização para sem-terra	Cidades	Violência – Poder Público
Mutirão reconstrói 180 casas de sem-terra	Cidades	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Trabalhadores rurais prometem resistir a nova ação de despejo	Cidades	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
TJ decide hoje futuro de Sem-terra	Cidades	Aspectos legais

Entidades denunciam ao MP violação de direitos em despejo	Cidades	Violência – Poder Público
TJ adia decisão sobre engenho	Cidades	Aspectos legais
Sem-terra comemoram após a sessão	Cidades	Aspectos legais
Oficial é afastado de ações da PM que envolvam desapropriações	Cidades	Violência – Poder Público
Entidades vão relatar condições das famílias à ONU e à OEA	Cidades	Violência – Poder Público
Engenhos considerados improdutivos	Cidades	Aspectos legais
MST resistirá à ação de despejo	Cidades	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Mesmo com a saída das famílias engenho pode ser desapropriado/Situação do engenho Prado	Cidades	Aspectos legais
Sem-terra reúne 2 mil para resistir	Cidades	Ação dos Movimentos sociais Rurais
Comissão se reúne com o governo para expor a situação no engenho	Cidades	Violência – Poder Público
Agosto		
Estado garante que sem-terra serão avisados	Cidades	Aspectos legais
Ibama quer medir plantio de bambu	Cidades	Aspectos legais
Sem-terra aceitam área oferecida pelo governo		Aspectos legais
Sem-terra só deixam Engenho Prado após ver as novas áreas	Cidades	Aspectos legais
Relatores da ONU analisam conflitos em Pernambuco	Cidades	Luta pela Terra PE
CPT só sai de engenho com acordo	Cidades	Aspectos legais
Ofertas de Terra não satisfaz CPT	Cidades	Aspectos legais
Setembro		
Impasse em Engenho Perto do Fim	Cidades	Aspectos legais
Agricultores visitam área em Passira	Cidades	Aspectos legais
Sem-terra adiam decisão sobre retirada do engenho Prado	Cidades	Aspectos legais
Outubro		
Sem-terra rejeitam área oferecida pelo Estado	Cidades	Aspectos legais
Agricultores vão reagir à desocupação de terras	Cidades	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Lula decidirá futuro de sem-terra	Cidades	Aspectos legais
Estado e agricultores tentam resolver impasse	Cidades	Aspectos Legais
Despejo de Sem-terra já é certo	Cidades	Violência – Poder Público
PM usará efetivo de 180 homens para retirar sem-terra	Cidades	Violência – Poder Público
Promotora pede a juiz suspensão do despejo	Cidades	Aspectos legais
CPT vai à justiça para tentar impedir despejo	Cidades	Aspectos legais
Ministro pede para Jarbas evitar conflito no campo	Cidades	Aspectos legais
Equipe da Funasa cercada em engenho	Cidades	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Superintendente do Incra contesta nota de donos da terra	Cidades	Aspectos legais
Decreto sai na próxima semana	Cidades	Aspectos legais
TJPE nega recurso e mantém reintegração de posse	Cidades	Aspectos legais
Ouvidor tentará evitar despejo	Cidades	Aspectos legais
Impasse em engenho sem solução	Cidades	Aspectos legais
Incra vai insistir em negociar com dono de engenho	Cidades	Aspectos legais
Sem-terra vão conhecer área oferecida em riacho das almas	Cidades	Aspectos legais
Agricultores, Incra e Estado aprovam a proposta da empresa	Cidades	Aspectos legais
Oferecida nova área à Sem Terra	Cidades	Aspectos legais

Novembro		
Sem-terra deixam o Engenho Prado antes da PM chegar	capa	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Famílias deixam Engenho antes da chegada da PM	Cidades	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Violência no campo: Conflito e prisões no despejo em engenho	Capa	Violência – Poder Público
Sem-terra são retirados do engenho Prado	2. edição	Violência – Poder Público
Impasse se arrasta por quatro meses	2. edição	Aspectos legais
Lula deve assinar desapropriação da área quinta-feira	2. edição	Aspectos legais
Promotor aguarda relatórios da CPT sobre desocupação da área	Cidades	Violência – Poder Público
Sem-terra recebem água e comida no novo acampamento	Cidades	Violência – Poder Público
Sem-terra colhem o que restou em roça de engenho	Cidades	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Ouvidoria agrária visita acampamento às margens da PE-41	Cidades	Violência – Poder Público
Ouvidoria critica ação policial	Cidades	Violência – Poder Público
Desapropriação será paga com abatimento de dívida	Cidades	Aspectos legais
Engenho Prado - Desapropriação não saiu do papel	Cidades	Aspectos legais
TRF suspende os atos do Incra no engenho Prado	Cidades	Aspectos legais
TJ julga recurso sobre vistoria no Engenho	Cidades	Aspectos legais
TRF mantém suspenso processo de desapropriação do engenho	Cidades	Aspectos legais
Sem-terra vão à Brasília pressionar Lula	Cidades	Ação dos Movimentos sociais Rurais
Relatório aponta violações ao MP	Cidades	Violência – Poder Público
Presidente brinca com garota que o chamou de “o gordo”	Cidades	Outros
Lula desapropria 4 engenhos	Cidades	Aspectos legais
Ocupações atrasaram o processo	Cidades	Aspectos legais
Dono da terras contesta decisão	cidades	Aspectos legais
Dezembro		
Sem-terra festejam desapropriação	Cidades	Aspectos legais
TRF suspende reflorestamento	Cidades	Aspectos legais
Famílias do Engenho Prado conquistam a posse da terra	Especial retrospectiva	Aspectos legais

3) Folha de Pernambuco

Título	Editoria	Tipologia
Maio		
Sem-terra tocam fogo em engenho	Grande Recife	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Ambiente fica ainda mais tenso no Engenho Prado	Grande Recife	Violência – poder privado
Polícia reforça efetivo de PMs	Grande Recife	outro
Julho		

Operação especial para desocupação de Engenhos	Grande Recife	Violência – poder público
Colonos têm a posse de Penedinho	Grande Recife	Aspectos legais
Governo diz que vai cumprir a lei	Grande Recife	Violência – poder público
Sem-terra recebem doações	Grande Recife	outros
Denúncia é entregue ao MP e Governo	Grande Recife	Violência – poder público
Ministério Público vistoria engenho	Grande Recife	Violência – poder público
Famílias têm que deixar Engenho Prado	Grande Recife	Aspectos legais
MST convoca filiados para resistir	Grande Recife	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Agosto		
Juiz vai estudar forma de retirada	Grande Recife	Aspectos legais
CPT entra com ação em favor das famílias	Grande Recife	Aspectos legais
CPT quer solução para impasse	Grande Recife	Aspectos legais
Direitos humanos são violados em vários setores	Grande Recife	Violência – poder público
Destino de famílias será visto hoje	Grande Recife	Aspectos legais
Famílias do Prado vão para Passira	Grande Recife	Aspectos legais
Outubro		
Ainda indefinida situação do Engenho Prado	Grande Recife	Aspectos legais
Suspenso mandado de reintegração	Grande Recife	Aspectos legais
Ministro vai intervir em processo	Grande Recife	Aspectos legais
Assentados detiveram seis agentes de saúde	Grande Recife	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Ouvidor vê final feliz para Engenho Prado	Grande Recife	Aspectos legais
Justiça mantém ordem de despejo	Grande Recife	Aspectos legais
Ouvidor negocia impasse no Prado	Grande Recife	Aspectos legais
Famílias perdem mais uma vez	Grande Recife	Aspectos legais
Grupo disponibiliza terra	Grande Recife	Aspectos legais
Novembro		
Famílias ocupam margens da PE-41	Grande Recife	Aspectos legais
Impasse na desocupação do Engenho Prado	Geral	Violência – poder público
Despejados por duas vezes	Grande Recife	Violência – poder público
Relatório será enviado ao Ministério Público	Grande Recife	Violência – poder público
A espera da desapropriação	Grande Recife	Aspectos legais
Do engenho Prado para a PE-41	Grande Recife	Violência – poder público
Agricultores voltam ao Engenho Prado	Grande Recife	Aspectos legais
Ouvidoria nacional virá ao Recife	Grande Recife	outro
Incra desapropriará engenho Prado	Grande Recife	Violência – poder público
Ouvidoria negocia com exército	Grande Recife	outro
Pendências estão perto de solução	Grande Recife	Aspectos legais
Famílias vão até Brasília pressionar	Grande Recife	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Ações no Prado são suspensas	Grande Recife	Aspectos legais
Desapropriação continua suspensa	Grande Recife	Aspectos legais
Famílias acampam em Brasília	Grande Recife	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Trabalhadores rurais fazem denúncia	Grande Recife	Violência – poder público
Famílias confiantes em voltar ao local	Grande Recife	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Lula desapropria Engenho Prado	Grande Recife	Aspectos legais

4) Folha de S. Paulo

Título	Editoria	Classificação temática
Maio		
MST depreda engenho em Pernambuco	Brasil	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
MST invade banco e prefeitura e faz dois reféns	Brasil	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Engenho invadido é a primeira área excluída da reforma agrária no ano	Brasil	Aspectos legais
Pastoral da Terra critica declarações de Lula	Brasil	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
MP antiinvasão será ignorada, diz secretário	Brasil	Aspectos legais
Ouvidor agrário diz temer 'várias mortes'	Brasil	outro
Incra culpa fazendeiro por desrespeito à MP	Brasil	Luta pela Terra em Pernambuco
Julho		
Polícia retira sem-terra de engenho em PE	Brasil	Violência - poder público
Justiça de PE suspende despejo de sem-terra	Brasil	Aspectos legais
MST ameaça se armar contra despejo em PE	Brasil	Ação dos Movimentos Sociais Rurais
Novembro		
Seis sem-terra são presos em Pernambuco	Brasil	Violência - poder público
Lula libera Engenhos para reforma agrária	Brasil	Aspectos legais

APÊNDICE B – Verbos introdutórios de opinião

1) Diário de Pernambuco

Verbs introdutórios de opinião		
Diário de Pernambuco		
Fonte	No Discurso Direto	Discurso Indireto
Trabalhadores/as rurais	Relatar, afirmar, dizer, não esconder insatisfação, declarar, questionar, desabafar, acrescentar, confirmar, informar, afirmar chorando.	Reclamar, concordar, resolver, enfatizar, admitir, tecer duras críticas, acusar, indicar, comentar, denunciar, afirmar, de acordo, segundo, prometer, preferir, esperar, classificar, rejeitar, dizer, decidir.
Entidades de apoio	Explicar, acrescentar, disparar, afirmar, dizer.	Prometer, solicitar, dizer, divulgar, revelar constatação, alertar, informar, pedir.
CPT	Dizer, disparar, afirmar, explicar, relatar, ser enfática, tentar amenizar, questionar, contestar, pontuar, declarar, ameaçar, mostrar-se surpresa, protestar, ressaltar, argumentar, comentar, adiantar, salientar, avaliar, corrigir, apontar.	Dar sinal verde, exigir, conforme, criticar, segundo, prometer, declarar, adiantar, denunciar, não descartar uso de armas, para, garantir, comemorar, declarar, afirmar, alegar, reclamar, frisar, dar ultimato.
MST	Declarar, justificar.	De acordo, conclamar, afirmar, concordar, segundo, garantir, justificar, voltar a acusar, reivindicar, dizer, tentar minimizar.
Instâncias estatais – executivo	Lembrar, garantir, afirmar, voltar a afirmar, alertar, dizer, reconhecer, explicar, adiantar, desabafar, considerar, informar, opinar, criticar, justificar, salientar, descartar, declarar, responder, ponderar, prosseguir, adiantar, frisar, antecipar, classificar, ser cauteloso, defender.	Prometer, condenar, repudiar, dizer, afirmar, reconhecer, segundo, classificar como gravíssimo, alegar, adiantar, acreditar, informar, anunciar, ainda de acordo, reforçar, defender, chegar a defender, entretanto, responder, chamar, contestar, considerar, rebater, declarar, ratificar, comprometer-se, revelar, não rejeitar, sacramentar, garantir, limitar-se em dizer, dar outra versão, reafirmar, ressaltar, reiterar, descartar, não saber informar, mostrar-se satisfeito, esclarecer.
Poder Judiciário	Destacar, afirmar, defender, ressaltar, ser enfático, informar, acrescentar, garantir, declarar, explicar.	Informar, ressaltar, na interpretação de, ratificar, no entendimento, rebater, responsabilizar, rechaçar, prometer, de acordo, interpretar.

Polícia	Explicar, registrar.	Dizer, segundo, informar, de acordo, afirmar, preferir não se pronunciar sobre as acusações, definir, alegar, garantir.
Usina	Declarar, denunciar, pontuar, informar, dizer, registrar.	Anunciar, creditar ao governo a responsabilidade, dizer, informar, alegar, acusar, reconhecer, reiterar.

2) Jornal do Commercio

Verbos introdutórios de opinião		
Jornal do Commercio		
Fonte	No Discurso Direto	No Discurso Indireto
Trabalhadores/as rurais	Contar, comentar, dizer, avaliar, declarar, afirmar, gritar, dar demonstração de animo, observar.	Acusar, rebater, anunciar, pedir, reforçar, alegar, prometer resistir, reclamar, lamentar, denunciar, afirmar.
Entidades de apoio	Ressaltar, criticar, dizer, declarar.	Denunciar, segundo, dizer.
CPT	Explicar, ameaçar, declarar, citar, anunciar, comemorar, acreditar, dizer, informar, destacar, enfatizar, completar, criticar, questionar, afirmar.	Segundo, informar, alegar, prometer radicalizar, avisar, dizer, saber, de acordo, relatar.
MST	Explicar, declarar, discursar, rebater, afirmar, pedir paciência, ameaçar, justificar, dizer, anunciar, disparar, reforçar, ratificar, festejar, criticar.	Dizer, de acordo, afirmar, alegar, justificar, declarar, reagir, acusar, segundo.
Instâncias estatais – executivo	Afirmar, explicar, dizer declarar, informar, alertar, falar, ponderar, avisar, comentar, festejar, justificar, comunicar, classificar, garantir, adiantar, acreditar, avaliar, lembrar, argumentar, destacar, salientar, assegurar, considerar, calcular, prever, resumir, observar, brincar.	Afirmar, classificar, voltar a criticar, declarar, acreditar, de acordo, definir, informar, não querer comentar, comunicar, segundo, não saber explicar, dizer, garantir, endurecer o discurso, voltar a afirmar, reconhecer, ressaltar.
Poder Judiciário	Declarar, resumir, dizer, justificar, falar, informar, explicar, contemplar, argumentar, recomendar.	Citar, entender, para ele, deixar claro, alegar, justificar.
Polícia	Declarar, dizer, explicar, informar, comentar, revelar, afirmar, enfatizar.	Segundo, afirmar, informar, alegar, justificar.

Usina	Afirmar, relatar, declarar, contentar-se em dizer.	Calcular prejuízo, contar outra versão, considerar, alegar, no entendimento.
--------------	--	--

3) Folha de Pernambuco

Verbos introdutórios de opinião		
Folha de Pernambuco		
Fonte	No Discurso Direto	No Discurso Indireto
Trabalhadores/as rurais	Dizer, gritar, revoltar-se, calcular, relatar, afirmar, acusar, colocar.	Reclamar, acusar, denunciar, afirmar, questionar, segundo.
Entidades de apoio	Disparar, denunciar, relatar, propor.	
CPT	Comentar, complementar, ironizar, ponderar, detalhar, acusar, afirmar, avaliar, disparar, dizer, declarar, argumentar, falar, reclamar, colocar, registrar, atacar, denunciar, garantir, resumir, pontuar.	Segundo, pretender, considerar, defender, alegar, de acordo, informar, acrescentar, reclamar, acreditar, criticar, acusar, apontar, dizer, entender, reafirmar.
MST	Disparar, criticar bastante, dizer, afirmar.	
Instâncias estatais – executivo	Declarar, afirmar, explicar, acusar, comentar, garantir, defender, criticar, frisar, ponderar, contar, de acordo, dizer, resumir, considerar, ressaltar.	De acordo, segundo, dizer, afirmar, informar, confirmar, recomendar, partilhar da ideia, declarar, acreditar, garantir, adiantar, não saber dizer, entender.
Poder Judiciário	Limitar-se a dizer, dizer, esclarecer, afirmar, explicar.	Afirmar, garantir, ressaltar, não se pronunciar, desmentir, declarar.
Polícia	Completar, garantir, dizer, alegar, justificar, colocar.	Avisar, garantir, explicitar, classificar, justificar, informar.
Usina		Afirmar.

4) Folha de São Paulo

Verbos introdutórios de opinião		
Folha de São Paulo		
Fonte	No Discurso Direto	Discurso Indireto
Trabalhadores/as rurais	Dizer, perguntar.	Negar, dizer, afirmar.
Entidades de apoio		
CPT	Criticar, dizer, evitar criticar, terminar.	Defender, dizer, de acordo, afirmar.
MST	Afirmar, declarar, dizer.	Afirmar, classificar, segundo, dizer.

Instâncias estatais	Considerar, declarar, dizer ter se surpreendido, afirmar, segundo, dizer, negar.	De acordo, estimar, considerar, não querer comentar, dizer, condenar, explicar, informar, diz temer, segundo.
Poder Judiciário		Segundo.
Polícia	Afirmar, segundo ele.	Segundo, negar, dizer, afirmar, ainda de acordo.
Usina	Declarar.	Calcular, negar, dizer.